



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Comunicação e Informação  
Científica e Tecnológica em Saúde

---

## Especialização em Comunicação em Saúde

**O ESTADO DA SAÚDE E A “DOENÇA” DAS PROSTITUTAS:  
UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DA PROSTITUIÇÃO  
NOS DISCURSOS DO SUS E DO TERCEIRO SETOR**

**Flavio Cruz Lenz Cesar**

Orientador: Professor Igor Sacramento

Rio de Janeiro, 2011

FLAVIO CRUZ LENZ CESAR

O ESTADO DA SAÚDE E A “DOENÇA” DAS PROSTITUTAS:  
UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DA PROSTITUIÇÃO  
NOS DISCURSOS DO SUS E DO TERCEIRO SETOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Instituto de Comunicação e Informação  
Científica e Tecnológica em Saúde da Fiocruz,  
como parte dos requisitos necessários à obtenção  
do grau de especialista em Comunicação e Saúde

Orientador: Professor Igor Sacramento

RIO DE JANEIRO, 2011

A meus pais, Maria Luiza e Waldo Cesar,  
em memória de seu amor, carinho, atenção e repreensão.

Às mulheres de batalha.

À minha mulher da vida.

## AGRADECIMENTOS

Ao Paulo Giacomini, ex-aluno do Comunicação e Saúde, pelo incentivo e até insistência para que eu me candidatasse ao curso de 2010.

A Tonia Cenzi, da Gestão Acadêmica, pela presteza, eficiência, simpatia. E a suas colegas.

A todos os colegas de curso, pelo muito que aprendemos juntos. Entre tantos amigos, a Noilma Passos, pelo empréstimo de uma máquina fotográfica na hora certa; a Gilza Vidal, permanente produtora de imagens. Em especial a Cláudia Ferrari, também companheira de intervalos, Denise Assis, Berenice de Freitas Diniz e Zu Moreira, grupo quase permanente de estudos, descobertas e alegria.

A Janine Cardoso, coordenadora do curso, pela paciência e impaciência, pelo rigor e informalidade, pelo estimulante reencontro a nos fazer mais que “amigos de portão”, do tempo em que nossos filhos frequentavam o mesmo colégio.

A Izamara Bastos, também coordenadora, pelos seminários e pela foto de última hora.

Aos professores, pelo rigor e incentivo, como encontrei em Kátia Lerner, Francini Guizard, Adriana Kelly dos Santos. Em especial a Inesita Araújo – saberá ela o que uma só aula pode provocar? Minha admiração a Ana Paula Goulart, Paulo Sabroza, professor Valdir de Castro Oliveira, Luiz David Castiel. Também reencontrei Rodrigo Murtinho, no lugar que merece e merecemos.

Igor Sacramento, professor que se tornou meu orientador, contribuiu com dedicação e entusiasmo na construção dos vários caminhos que trilhamos. Rasurou minha hipótese inicial com elegância e simpatia, compreendeu meus limites e possibilidades, soube ouvir e dizer, propôs e acolheu novos sentidos, inesperadas retas e curvas – mesmo que não goste de “metáforas acadêmicas” –, e, sobretudo, sempre esteve ao meu lado. Muitas vezes, tão logo eu pedia seu apoio. Por tudo isso, e pela amizade, agradeço.

A Laura Murray, José Miguel Nieto Olivar, Thaddeuss Blanchett, Soraya Simões, Roberto Chateaubriand, Mauricio Toledo, Guilherme Toledo, pelo incentivo e interesse durante esta batalha. Além disso, Ana Bia Pereira de Andrade emprestou-me praticamente toda a obra de Michel Foucault.

A Liandro Lindner, também um incentivador na reta final.

A Andreas Behn, por conversas anteriores e simultâneas ao curso.

A Friederike Strack, pela atenção, pelo carinho, por uma foto já na prorrogação.

A Gisele Veiga, por ter garantido, em dois simples recados, que ia dar tempo e que eu conseguiria.

A todos que assistiram à defesa desta monografia – e aos que pretendiam mas não puderam fazê-lo –, contribuindo com sua presença para uma apresentação mais confiante: Maurício Toledo, Friederike Strack, Andreas Behn, Izamara Bastos, Janine Cardoso, Camila Cruz, Cláudia Ferrari, Jean Santana, Noilma Passos, Rafael Cesar, Gabriela Leite e Maria Nilce dos Santos, esta com uma chegada inesquecível.

A Wilson Couto Borges, parecerista, por suas contribuições a esta versão final.

A Rafael Cesar, com quem vivi momentos ímpares de pai e filho. Simultaneamente, ele buscava seu título de mestre, brilhantemente conquistado, e eu, esta especialização. As trocas não foram poucas, entre dificuldades e êxitos. Muito, muito mesmo, aprendi com ele. Deu-me dicas valiosas e a certeza de que eu podia. Obrigado, meu filho.

A Gabriela Leite. Pelo companheirismo, pela paciência, pelo apoio, por seus escritos e falados; pelas pausas de fina gastronomia e durante a novela da madrugada. Sem ela, isto não existiria. Muito do que está aqui se deve a 26 anos de conhecimento: três como colegas, 23 de trabalho conjunto, e, principalmente, 20 anos recém-completados – enfim reconheço – de conversas do amor.

Tudo o mais, não devo nada. Mas o que faltar ou exceder, que fique na minha conta.

Palavra puxa palavra, uma ideia traz outra, e assim se faz um livro, um governo, ou uma revolução, alguns dizem que assim é que a natureza compôs as suas espécies.

Machado de Assis

## RESUMO

LENZ, Flavio. **O Estado da Saúde e a “doença” das prostitutas**: uma análise das representações da prostituição nos discursos do SUS e do Terceiro Setor. Rio de Janeiro, 2011. Monografia (Especialização em Comunicação e Saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

Este trabalho compara os discursos e representações sociais sobre as prostitutas no Sistema Único de Saúde (SUS) com as autorrepresentações construídas por elas no movimento social. A partir das concepções originadas no saber biomédico do século XIX, explora os novos discursos e autorrepresentações do movimento de prostitutas, inaugurado no último quinto do século XX, e as estratégias de comunicação de uma organização de meretrizes (Davida), analisando neste percurso os discursos e representações da Saúde. Procura-se demonstrar que a prostituição, enquanto afirmada por suas protagonistas como profissão, permanece confinada pelo Estado a políticas públicas de Saúde, associada a doença biológica, comportamental e social.

Palavras-chave: prostituição; representação social; saúde; comunicação; políticas públicas

## ABSTRACT

This work compares the discourses and social representations of prostitutes in Brazil's Unified Health System with the self-representations constructed by sex workers within their own social movement. Beginning with concepts that emerged from biomedical knowledge in the nineteenth century, it explores the new discourses and self-representations of the prostitute movement, inaugurated in the last fifth of the twentieth century, and the communication strategies of an organization of female sex workers (Davida), analyzing the discourses and representations of Health throughout this trajectory. It demonstrates that prostitution, while affirmed by its protagonists as a profession, is still confined by the Brazilian State, especially in the Health sector, and associated with biological, behavioral and social disease.

**Key words:** prostitution; social representation; health; communication; public policy



## RESUMEN

Este trabajo compara los discursos y representaciones sociales sobre las prostitutas en el Sistema Único de Salud, con las representaciones construidas por las propias prostitutas en el movimiento social. A partir de concepciones originadas en el saber biomédico del siglo XIX, explora los nuevos discursos y auto-representaciones del movimiento de prostitutas, inaugurado en el último quinto del siglo XX, y las estrategias de comunicación de una organización de meretrices (Davida). En este recorrido son analizados los discursos y representaciones de la Salud. Se busca demostrar que la prostitución, afirmada por sus protagonistas como profesión, permanece confinada por el Estado a políticas públicas de Salud, asociada a enfermedad biológica, comportamental y social.

Palabras-clave: prostitución; representación social; salud; comunicación; políticas públicas

## RÉSUMÉ

Ce travail met en comparaison les discours et les représentations sociales sur les prostituées, dans le cadre du Système Unique de Santé (SUS), et les auto-représentations construites par les prostituées, dans le cadre du mouvement social. A partir des conceptions issues du savoir biomédical du XIX<sup>ème</sup> siècle, nous explorons ces nouveaux discours et auto-représentations engendrés au sein du mouvement social des prostituées, celui-ci démarré aux derniers vingt ans du XX<sup>ème</sup> siècle, ainsi que les stratégies de communication mises en place par une association des prostituées (Davida), de façon à analyser, a travers ce parcours, les discours et représentations sur la Santé elle même. Or la prostitution, alors que revendiquée par ses protagonistes comme profession, demeure confinée par l'État dans l'ambite des politiques publiques de Santé, associée à la maladie biologique, comportementale e sociale.

Mots-clés: prostitution; représentation sociale; santé; communication; politiques publiques

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
1.1 SUJEITO-OBJETO	11
1.2 MARCO TEÓRICO	13
<b>2 CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES DA PROSTITUTA E DA PROSTITUIÇÃO NO SÉCULO XIX</b>	<b>17</b>
2.1 A CIÊNCIA E A MULHER BIOLÓGICA	18
2.2 PROSTITUTA, A “MULHER INACABADA”	21
2.3 AMEAÇA-FANTASMA	24
2.4 O PAPEL DO ESTADO: REGULAMENTAR OU ABOLIR?	25
<b>3 CONSTRUÇÃO DE AUTORREPRESENTAÇÕES PELO MOVIMENTO DE PROSTITUTAS E EMBATES EM POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	<b>29</b>
3.1 MULHER: DA VIDA, É PRECISO FALAR	35
3.2 AS PROSTITUTAS E O CONCEITO AMPLIADO DE SAÚDE	48
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E TERCEIRO SETOR: PARCERIA E AUTONOMIA	53
3.4 PROMOÇÃO DA SAÚDE, ESTIGMA E ATIVISMO	70
<b>4 ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DE UMA ONG DE PROSTITUTAS</b>	<b>87</b>
4.1 DE PROJETO A INSTITUIÇÃO, VIA RUPTURA E CONTINUIDADE	88
4.2 COMUNICAÇÃO, ESTIGMA E IDENTIDADE	92
4.3 EM PARIS, OU DECADENCE AVEC ELEGANCE	109
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>113</b>
5.1 A PUTA CIDADÃ E A DOENÇA NOS GABINETES DA SAÚDE	113
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>121</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>129</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 SUJEITO-OBJETO

Sou sujeito e objeto nesta monografia. Jornalista, desde os anos 1980 atuo no Terceiro Setor e, durante 10 anos, simultaneamente em redações de jornais cariocas. No final daquela década, fui convidado a editar um jornal do nascente movimento de prostitutas. Simpatizei com a causa da batalha por direitos e cidadania, de enfrentamento da identidade deteriorada, do preconceito e da discriminação, de apoderamento. Tornei-me um aliado, conheci prostitutas de Norte a Sul do país, e até no exterior. Alguns anos depois, casei-me com a principal liderança deste movimento.

Buscavam as mulheres da vida, desde então, construir novos discursos e autorrepresentações, como enfoco segundo capítulo, diante daqueles promovidos pelo saber biomédico no século XIX, tema do primeiro capítulo. A comunicação era – como é – estratégica para “produzir sentidos, dar significado e difusão às ações organizacionais” e do próprio movimento (OLIVEIRA, 2003, p.4-5), o que abordo no terceiro capítulo. O setor de Saúde foi o que o Estado acionou mais rapidamente em resposta às muitas e diversas demandas do movimento organizado. Programas chamados de políticas públicas foram formulados e implementados ao longo dos anos, do que também trato nesse último capítulo.

Comunicação e saúde, assim, passaram a fazer parte da minha vida. Dentro de uma ONG de prostitutas – Davida, da qual sou um dos fundadores –, articulada em rede com dezenas de outras espalhadas pelo país, em constante interlocução com o Estado, sempre no setor de Saúde, especificamente relacionado com doenças sexualmente transmissíveis e Aids. Não diferente das associações feitas com a prostituição no século XIX. Mas a batalha de representações com o Estado já é mais do que ser objeto delas.

Aos poucos, nesse trajeto, fui me dando conta do estigma. Ele rondava até mesmo quem não **era** da batalha, mas **estava** nela. Há mesmo um nome para isso, um tanto chocante, mas nem tanto

quanto o que provoca: “estigma de cortesia”, cunhado por Goffman. O tema amplo da identidade deteriorada é abordado tanto no segundo como no terceiro e mesmo no primeiro capítulo – perpassa todo o trabalho. Em contraposição, a tentativa de positivação de uma identidade social também está aqui.

Em mais de duas décadas de trabalho adentrei fundo na prostituição e em seu estigma, na vitimização e na autovitimização, na violência, nas contradições da legislação, que reconhece a atividade mas não as relações de trabalho que nela existem, em programas piores e melhores de prevenção de Aids, nas contendas do controle social.

Mas também vivi momentos históricos nos bastidores e diante de passarelas passeatas da Daspu, em que cada “desfile-intervenção” é “desfile-que-não-termina”, “reinventando ações políticas” (BORTOLANZA, 2007). Conheci de perto putas, orgulhosas e arrependidas, prostitutas, trabalhadoras do sexo e profissionais do sexo. Putas profissionais e putas cidadãs. Convivi com a generosidade de quem se dispõe a entender e atender fantasias sexuais, a lidar com a sexualidade de modo único. A manter sua sexualidade insubmissa. Putas mulheres.

Em 2010, incentivado por um colega jornalista que havia passado por este Curso Comunicação e Saúde, voltei à academia, que só tinha frequentado durante a graduação (afora as relações profissionais e pessoais com acadêmicos e a leitura constante de seus textos durante um período em que fui redator de revista científica).

Aqui encontrei mais do que esperava, ou talvez fosse mesmo isso o que quisesse: a possibilidade de refletir sobre as últimas décadas de minha vida, articulando experiência com teoria.

Por tudo isso, como disse lá no início, sou sujeito-objeto. Como, aliás, somos todos sujeitos e objetos da história. Ou, com Foucault, sujeitos produzido dentro do discurso, este sim a produzir saber.

## 1.2 MARCO TEÓRICO

Este trabalho tem como objetivo comparar os discursos e representações sobre as prostitutas no Sistema Único de Saúde (SUS) com as autorrepresentações construídas por elas no movimento social. São objetivos específicos analisar a reprodução e a resistência aos estigmas associados à prostituição pelo saber biomédico desde o século XIX no setor de Saúde; e investigar as estratégias de comunicação de uma organização de prostitutas.

A hipótese é que a prostituição, enquanto afirmada por suas protagonistas como profissão, permanece confinada pelo Estado sobretudo ao setor de Saúde, associada a doença biológica, comportamental e social.

Para empreender tal tarefa, parti do conceito de representação social. Com o olhar informado pelo teórico dos Estudos Culturais Stuart Hall, investi em revisão bibliográfica, em análise de fontes documentais, de políticas públicas, do Terceiro Setor, de mídia comercial e comunitária.

Estigma é outro importante conceito aqui utilizado. Guiado por Goffman e com o apoio de Leite, pude refletir inclusive sobre este lugar de sujeito-objeto, tema que já introduzi.

Diversos outros autores e conceitos são essenciais neste estudo, como detalho a seguir, retomando também os já citados.

No primeiro capítulo, contei com C. Batistella, F. Rhoden, M. Giffin, M. Engels e M. Rago. Com os três primeiros, aprendi sobre o modelo biomédico de saúde, com sua concepção naturalista e biológica da mulher, o controle de sua sexualidade e seu isolamento social, deixando a ela o lugar da reprodução e da maternidade.

Dessexualizada, a princípio, ela depois é representada como um “corpo hormonal”, porque a falta do desejo era percebida como “ameaça ao casamento e à divisão sexual do trabalho”, numa verdadeira “passagem de um modelo biomédico para um modelo bioquímico de entendimento do corpo humano”, presente até hoje (ROHDEN, 2008).

Reaprendi com eles, também, que o discurso científico é um vizinho da ideologia e da história de cada tempo, a retratar o que se espera da sociedade e do comportamento de seus atores.

Ao lado de M. Engels e de M. Rago, que estudaram o **Saber médico e a prostituição no Rio de Janeiro** de 1840 a 1890, a primeira; e a **Prostituição e os códigos da sexualidade feminina em São Paulo**, de 1890 a 1930, a segunda, aprofundei-me nas representações sobre uma mulher em especial: a prostituta.

Exercendo uma sexualidade insubmissa, driblando as funções exclusivas de reprodutoras e mães, ousando associar o sexo à atividade produtiva e ocupando o espaço público, essencialmente masculino, elas passaram a ser objeto de modelos explicativos, sempre baseados nas concepções da “mulher normal”. A prostituta é uma ameaça, a “estimular” o desejo das outras mulheres de participar da esfera da vida pública.

Num contexto em que se passava da teoria dos miasmas para a bacteriana, com o foco voltado agora ao indivíduo, entra em cena a disciplinarização das cidades, afetando profundamente as prostitutas. A prostituição vira doença para, assim classificada, tornar-se mais controlável.

Ao lado de juristas, os doutores serão então os protagonistas do debate sobre a regulamentação ou a abolição da prostituição, criando-se daí novas concepções sobre a prostituta, inclusive a de vítima.

O segundo capítulo narra o nascimento e o desenvolvimento do movimento de prostitutas no Brasil, sua luta para criar novas representações e discursos, tendo como referência a mídia comercial e comunitária, as possíveis associações entre esses novos discursos e o conceito ampliado de saúde, a Reforma Sanitária, a promoção da saúde, no âmbito das políticas públicas dirigidas a elas. Ao lado dos embates ocorridos no contexto das políticas públicas, exploro também o papel do Terceiro Setor no período pós-redemocratização, inclusive o movimento de luta contra a Aids. O estigma também é parte importante do capítulo, assim como as diversas nomenclaturas utilizadas por e para prostitutas, que indicam as disputas por sentidos e representações, sempre construídos em

determinados contextos históricos e culturais, como quer Foucault.

Neste capítulo, Stuart Hall foi meu principal condutor, na primeira parte. Com ele aprendi, entre muito mais, que os sentidos são construídos e reconstruídos, e assim por diante, e que por isso nunca há uma representação última, derradeira. Foucault também me acompanhou em boa parte do capítulo, e na realidade, da monografia, dando-me, com o apoio de Hall, boas aulas sobre os micropoderes, o regime de verdade, o saber/poder e o discurso.

Muitos outros interlocutores estão aqui. São eles a mídia e documentos oficiais, Goffman, Gregolim, Leite, Olivar, Piscitelli, Freitas, Gerschman e Santos, Bresser-Pereira e Grau, Barbosa, Schmidt, Höfling, e Araújo. Pelo menos.

Já o **terceiro capítulo** trata sobretudo de uma ONG de prostitutas e de suas estratégias de comunicação, que procuram desmedicalizar as ações, como é o caso da grife Daspu. Pelo fato de ser a organização em que atuo há diversos anos, procurei estar perto e distante, dentro e fora, neste meu lugar de sujeito-objeto.

O estigma volta a ter forte presença aqui, no embate entre uma identidade deteriorada e outra, positivada, ambas vividas simultaneamente por prostitutas multiplicadoras de informação. Por isso, novamente se discute o tema das políticas públicas.

Outra vez, diversos autores estiveram comigo neste percurso: Oliveira, Foucault, Leite, Mello, Goffman, Simões, Bortolanza, Cardoso, novamente documentos oficiais e do Terceiro Setor, e mídia. Certas partes são fruto de minha memória, verificada frequentemente com Leite, fundadora do movimento de prostitutas no Brasil, com quem tenho a oportunidade de não só ler seus escritos, como de dialogar face a face.

Nas considerações finais, retomo os principais aspectos abordados nos **capítulos**, acreditando ter demonstrado que as prostitutas estão confinadas pelo Estado ao setor de Saúde, mas questionando se de fato há políticas públicas dirigidas a ela neste campo. Trato ainda do que me parece ser realmente uma política pública em progresso, num setor ao qual as prostitutas têm



tentado se associar, o do Trabalho, na busca pela afirmação de sua identidade profissional.

Finalmente, aponto para desafios no horizonte do movimento organizado, entre a profissão e uma identidade mais complexa, e para dúvidas e possibilidades de o Estado da Saúde deixar de viver a “doença” das prostitutas.

Acredito que este trabalho possa contribuir, ao lado de outros, para um olhar mais atento, acurado, informado e atual às prostitutas e à sua batalha para se constituírem como putas cidadãs, e para uma nova visão dos programas e políticas públicas. Nessa trajetória, se puder contribuir, também, para reflexões dentro do movimento social e do Estado, e para a interlocução entre ambos, considerarei que fui bem-sucedido. Desejo, sobretudo, que tenha sido capaz de produzir e fazer circular sentidos. Comunicar.

## **2 CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES DA PROSTITUTA E DA PROSTITUIÇÃO NO SÉCULO XIX**

Redimensionando os aspectos morais cristãos, o saber médico buscou legitimar-se e consolidar-se ao longo do século XIX como uma nova instância de poder na sociedade (ENGEL, 2004, p.68).

O século XIX consolidou o modelo biomédico de saúde, que promoveu uma concepção naturalista e biológica da mulher, o controle de sua sexualidade, sua reclusão doméstica e isolamento social, conferindo a ela a reprodução e a maternidade como função social. Ao mesmo tempo, reservou ao homem o espaço público e a atividade de produção, criando, com esse conjunto de concepções científico-ideológicas, uma divisão sexual do trabalho.

Essas representações da mulher, enraizadas em uma suposta inferioridade biológica, num contexto de crescimento urbano, industrialização e desenvolvimento do capitalismo, transbordaram marcas sobre as prostitutas, que não se restringiam aos limites estabelecidos para as mulheres em geral. Ao contrário, insubmissas, exerciam a sexualidade para além das funções de reprodutoras e mães, ousando ademais associar o sexo à atividade produtiva, e, finalmente, ocupando o espaço público, também essencialmente masculino.

Essas características despertaram a necessidade de modelos explicativos para essa mulher radicalmente fora de norma, modelos baseados nas concepções forjadas para a “mulher normal”.

E se muitas dessas concepções sobre as mulheres, e também sobre os homens, mantêm-se presentes nos dias de hoje – mesmo que elas tenham sido impulsionadas para a esfera de produção, a reprodução ainda define ideologicamente a essência feminina –, o mesmo se pode afirmar em relação às prostitutas. Como, ademais, o modelo biomédico permanece predominante nas práticas do processo saúde-doença, todo esse conjunto científico-ideológico merece ser investigado para que seja possível compreender melhor as representações das políticas públicas sobre as prostitutas, no século XXI.

Portanto, neste capítulo inicial, vamos abordar, na primeira parte, a consolidação do modelo biomédico; na segunda e na terceira, as representações construídas sobre as prostitutas e seus efeitos nelas e na sociedade em geral; e, na quarta, o debate sobre o papel do Estado diante da prostituição, protagonizado por defensores do regulamentarismo e pelos antirregulamentaristas, influenciados pelo pensamento europeu e suas práticas.

Ao final, estaremos em melhor posição para, no capítulo seguinte, conhecer o nascimento e o desenvolvimento do movimento organizado de prostitutas, as rupturas e continuidades presentes nas autorrepresentações por ele construídas.

## 2.1 A CIÊNCIA E A MULHER BIOLÓGICA

O século XIX consolidou o modelo biomédico de saúde, originado nos 1700 num contexto de afirmação da ciência. Até a metade do século XIX, a doença era entendida como “uma entidade que subsistia no ambiente como qualquer outro elemento da natureza” (BATISTELLA, 2007, p.52).

Ao longo dos 1800, as doenças passaram a ser descritas, identificadas e classificadas a partir dos seus sintomas. Só com a clínica moderna há uma ruptura com esse sistema teórico. Essencial para essa mudança foi a reorganização dos hospitais, que passaram a separar os doentes de acordo com os sintomas e a registrar sistemática e estatisticamente o quadro clínico dos pacientes (idem).

Com isso, o hospital também se torna um “espaço de produção de conhecimento e de ensino”, no qual o “sintoma passa a representar a linguagem primitiva do corpo” (ibidem, p.53).

O passo seguinte da medicina moderna ocorreu com o aprofundamento dos estudos anatômicos, incluindo as dissecções de cadáveres, de modo que a doença passa a ser procurada no corpo, e não fora dele. Nesse rumo, os tecidos superam os órgãos como “unidade de análise” e a doença se transforma em patologia.

Em consequência, surge a concepção de que a saúde é a ausência de patologia, ou o

equivalente a não-doença, base do modelo biomédico.

Ao defender que a classificação de estados humanos como saudáveis ou doentes deva ser realizada somente com dados objetivos – a serem extraídos dos fatos biológicos da natureza sem necessidade de juízos de valor –, Boorse exclui as dimensões econômica, social, cultural e psicológica da base teórica da saúde-doença, rejeitando também a experiência clínica como referência viável, reafirmando que somente a biologia e a patologia podem fornecer dados objetivos para sua definição (ALMEIDA FILHO & JUCÁ apud BATISTELLA, 2007, p.54).

As críticas a esta visão são inúmeras, dentre elas a de que, se há disfunções ou alterações de processos biológicos, referidas pela patologia, a “enfermidade [...] incorpora a experiência e percepção individual, dizendo respeito aos processos de significação da doença” (BATISTELLA, 2007, p.55).

Nosso propósito, contudo, é abordar como esse processo de consolidação do modelo biomédico, incluindo suas práticas,<sup>1</sup> promoveu uma concepção naturalista e biológica da mulher, considerando desde fatores como estatura, força muscular, tamanho do cérebro, até, e, principalmente, os órgãos reprodutivos e a mecânica dos hormônios, num contexto em que se buscava construir a diferença entre os sexos (GIFFIN, 1991; ROHDEN, 2008).

Todos esses fatores, construídos a partir de uma ciência ideológica, eram utilizados para caracterizar a suposta inferioridade biológica da mulher, conferindo a ela uma função social ligada exclusivamente à reprodução e à maternidade. Desse modo, cria-se uma divisão sexual do trabalho, “havendo universalmente ‘uma identificação muito geral... das mulheres com a vida doméstica e dos homens com a pública’ ao nível de atividades” (ROSALDO apud GIFFIN, 1991, p.191). Produção, assim, é atividade masculina, e reprodução, feminina.

As teorias biológicas das diferenças sexuais passam a constituir “suportes ideológicos importantes, no século XIX, para explicar as crescentes desigualdades sociais nas potências

---

<sup>1</sup> E, de fato, se pensarmos como Foucault, vamos encontrar nas práticas, discursivas ou não – como a da reorganização dos hospitais –, a constituição dos objetos, como a doença, e não o contrário, ou seja, “que a unidade dos discursos está fundada na existência do objeto-realidade objetiva, que estaria pronto esperando por uma consciência para ser libertado” (RAGO, 2004)

colonizadoras” (STOLKE apud GIFFIN, 1991, p.193). Nelas, a manutenção dos privilégios da classe dominante seria garantida pela “reprodução biológica intraclasse que, por sua vez, implicava o controle da sexualidade das mulheres, e seu isolamento social e reclusão doméstica” (idem).

Essa situação de subordinação, contudo, “se chocava com a ideologia da igualdade”, e era necessário que a maternidade fosse aceita como função natural, bem como se reconhecesse a incapacidade feminina de “fazer qualquer coisa além disto” (ibidem). Assim,

Definida social e cientificamente como vocação natural, a criação de filhos não requer habilidades especiais e não merece compensação além do prazer intrínseco: o trabalho doméstico, portanto, não é considerado trabalho; não é apenas inferior, mas invisível. Stolke conclui que, tanto no nível de classe como ao nível de sexo, o papel da ciência nestes casos era altamente conservador (GIFFIN, 1991, p.194).

Aprofundando a biologização e naturalização das mulheres, sempre baseada em sua função reprodutiva, a medicina investiga, a partir da metade do século XIX, a “relação entre órgãos genitais, sexualidade feminina e doenças de caráter amplo e instável” (ROHDEN, 2008, p.135), incluindo tratamentos cirúrgicos, como castração ovariana ou ovariectomia, e reclusão. “Coibir a sensualidade de certas mulheres debochadas” era, segundo a tese de 1873 de Miguel Archanjo da Silva (apud ROHDEN, 2008, p.136), motivo para essa cirurgia. Até mesmo perturbações mentais ganhavam relação com os órgãos genitais, efetivando-se tratamentos por esses meios cirúrgicos.

No entanto, outros doutores defendem a “importância da integridade desses órgãos para a saúde mental da mulher e para a manutenção do desejo sexual” (ROHDEN, 2008, p.138), o que, na virada do século, é reelaborado para a importância de uma certa “secreção interna” do ovário, que deveria ser repostada em caso de cirurgia (idem, p.139). Nasce ainda mais fortemente, aí, a mulher como “corpo hormonal”, o que ainda hoje, nos tratamentos de reposição hormonal, está presente, no que a autora entende como a “passagem de um modelo biomédico para um modelo bioquímico de entendimento do corpo humano” (ibidem, p.146).

O fundamental é que a “dessexualização da mulher era percebida como uma ameaça ao casamento e à divisão sexual do trabalho, considerados os dois pilares da sustentação da sociedade e

da nação” (idem, p.144). Dessa forma,

Saímos de uma lógica do excesso a ser coibido para uma lógica da falta que precisava ser suprida – perspectiva que permanece ainda hoje governando as ideias sobre as diferenças entre os gêneros e especialmente sobre a sexualidade de homens e mulheres (p.145).

O que também vale ressaltar, nesse contexto de investigação sobre “como as mulheres se comportam em virtude de seus ovários e de seus hormônios”, é que o “discurso científico está, na realidade, retratando o ‘gênero esperado’ ou o comportamento adequado a essas mulheres” (p.148).

## 2.2 PROSTITUTA, A “MULHER INACABADA”

Ao associarem de forma tão estrita a função e o comportamento femininos a seus órgãos genitais e reprodutivos, a seus mecanismos hormonais, ao buscarem o controle de sua sexualidade e ao promoverem a reclusão doméstica e o isolamento social, as concepções sobre as mulheres criadas pelo modelo biomédico tiveram poderosas repercussões para as prostitutas.

Entre as mulheres, quem seria a prostituta? Afinal, se havia a necessidade de se compreender, explicar e atribuir lugares, funções e comportamentos a essa “mulher normal”, num período de construção de um discurso sobre o sexo que não era “unicamente o da moral, mas da racionalidade” (FOUCAULT apud ENGEL, 2004, p.13), como não enfrentar o enigma dessa outra que não se submetia aos parâmetros da ideologia científica, sobretudo no campo da sexualidade?

Uma tripla insubmissão aos limites da mulher, tal como representada, estava presente na meretriz: não se restringia à função reprodutiva e materna, mesmo se fosse mãe; utilizava a sexualidade como atividade produtiva, invadindo uma função social destinada aos homens; e ainda avançava sobre outro domínio exclusivamente masculino: o de exercer a sexualidade com igual ou até maior liberdade.

Na procura de explicações para a prostituição, a ciência dos homens passou por várias etapas.

Desde o século XVIII associada ao lixo, ao lado “do louco, de certos detentos, do judeu, do homossexual e do *homem-esterco*” (ENGEL, 2004, p.54, grifo do autor), a prostituição passa a ser tema frequente entre os doutores, a princípio na Europa e logo a seguir no Brasil, já num contexto de crescimento das cidades, como veremos na seção seguinte.

Em 1837, A.J.B. Parent-Duchâtelet publica *De la prostitution dans la ville de Paris sous le rapport de l'hygiène publique, de la morale e de l'administration*, evidenciando, já no título, suas preocupações higienistas. Elas foram reproduzidas no Brasil a partir de 1840, especialmente no que se refere a temas como “a definição e a classificação da prostituição e das prostitutas, causas e efeitos da prostituição, a prostituição como um mal necessário e a regulamentação” (ENGEL, 2004, p.55). Outra representação aterradora considerava as prostitutas, assim como os esgotos, receptoras dos “dejetos humanos” (BRESCIANI apud ENGEL, 2004, p.54).

Na década de 90 do mesmo século, uma teoria sobre o perfil típico da prostituta alcançou grande impacto e arrecadou muitos seguidores no Brasil. Médico e fundador da Antropologia Criminal, Cesare Lombroso publicou com G. Ferrero, em 1893, a obra que inaugura o discurso da “degenerada nata”, intitulada *La donna delinquente, la prostituta e la donna normale*. Já caracterizando negativamente a “mulher normal”, como mentirosa, desleal, sugestionável, vingativa, avarenta, crédula, injusta, violenta, mesmo sendo, sobretudo, mãe, os autores destilam – naturalmente, digamos assim – ainda mais perversão contra as prostitutas. “Se esta [a mulher normal] é um ‘macho inacabado’, aquela é uma ‘mulher inacabada’ e imperfeita na evolução humana, muito mais próxima do selvagem” (RAGO, 2008, p.187).

Entre as tantas características que atribuía às prostitutas, cuja identidade era construída a partir do que seria a “mulher normal”, ele dessexualiza as primeiras ainda mais, partindo da concepção vigente de que a sexualidade feminina estava ligada apenas à reprodução e à maternidade. A frigidez sexual da prostituta, para Lombroso, é uma vantagem, uma “adaptação darwiniana” que facilitaria ter várias relações diariamente (idem).

Desse modo, a prostituição seria decorrente não da “luxúria”, mas da “loucura moral”, de uma “fascinação mórbida por tudo que é proibido”, e por ser apropriada como “o melhor meio de viver sem trabalhar” (LOMBROSO apud RAGO, 2008, p.186). Esta última noção, por outro lado, também inclui as prostitutas no campo representacional da “mulher normal”, excluídas do espaço do trabalho e da produção. Se “trabalham”, é porque descobriram como fazê-lo de forma ociosa e desonesta, sem realmente labutar (ENGEL, 2004, p.94-95).

Nem todas as teorias perversas e conservadoras de Lombroso, contudo, são encampadas pelos médicos brasileiros. No que se refere à sexualidade, outra linha de pensamento é manifestada, mostrando que, se não escapavam de algumas representações sobre as mulheres em geral, as prostitutas ganhavam especificidades. Segundo Engel (2004, p.71), nos textos sobre prostituição produzidos no Rio de Janeiro entre 1840 e 1890, embora a “satisfação do desejo sexual” fosse reconhecida “como uma exigência fisiológica”, o desejo também é visto como “veneno para o corpo”, de modo que a “livre manifestação do desejo é definida pelas noções de *excesso de prazer* e/ou *ausência de finalidade reprodutora*” (grifos da autora).

Prazer excessivo e não-reprodução são vinculados à prostituição, “inserida pelo médico no espaço da sexualidade pervertida”, portanto, doente (p.72). Sendo uma enfermidade do corpo, a prostituição é também um “foco infeccioso que ameaça a saúde e a vida” (idem, p.74), raciocínio que dá impulso ao comércio do sexo como “fonte e agente de propagação da sífilis”, metaforizada na expressão “monstro sifilítico de mil cabeças”, utilizada como sinônimo de prostituição pelo doutor L.D. de Azevedo (apud ENGEL, p.75).

Além de ser agente de doenças transmissíveis, a prostituta também pode “contaminar” outras mulheres – já mais presentes nos espaços públicos – com sua sexualidade pervertida, desequilibrando a sociedade.

As meretrizes passam, assim, segundo as perspectivas de duas autoras já citadas aqui, Margareth Rago, estudando prostituição em São Paulo de 1890 a 1930, e Magali Engel, focando-se



no Rio de 1840-1890, a ser representadas como *fantasma*, para a primeira, e *ameaça*, para a segunda, conforme iremos revisar, a seguir, visando os propósitos deste trabalho.

### 2.3 AMEAÇA-FANTASMA

Num contexto em que a medicina científica moderna formava-se subordinada ao desenvolvimento do capitalismo (FOUCAULT apud BATISTELLA, 2007, p.52), no qual produção, consumo e lucro tornam-se centrais na sociedade; em que se transitava da era dos miasmas para a era bacteriológica, protagonizada por Louis Pasteur e Robert Koch, assim como avançava a epidemiologia, com o trabalho precursor de John Snow relacionado ao cólera, também se alteravam as estratégias de ordenação e disciplinarização dos espaços urbanos, da localização e circunscrição de áreas que originavam perigosos ares (ENGEL, 2004, p.47-48) para qualquer ser ou situação.

Substituindo a teoria dos miasmas, a teoria pasteuriana dos germes indicava que a doença não provinha fundamentalmente dos pontos concentrados de sujeira, mas poderia emanar de qualquer parte: assim, todo indivíduo se tornava suspeito, aparecendo como um portador em potencial do micróbio. A ameaça do contágio poderia estar em qualquer parte. (RAGO apud ENGEL, p.48)

A cidade, portanto, estava doente, segundo detectado pelo saber da ciência médica, o que iria conferir aos médicos o papel de protagonistas dessa batalha, naquele período de crescimento urbano, industrialização e desenvolvimento do capitalismo.

Um aspecto relevante desse período de transição está no fato de que, diante das novas descobertas da ciência, os médicos precisavam enfrentar restrições de fundo moral cristão, promovidas principalmente pela Igreja Católica, mas compartilhadas por governantes e pelo povo, para fazer valer suas estratégias de profilaxia e tratamento. As doenças venéreas eram um caso típico desse enfrentamento, com destaque para a sífilis, cuja percepção de gravidade havia aumentado durante o século XIX (CARRARA, 1996).

Se para essas crenças as doenças venéreas seriam “um castigo divino às práticas sexuais

pecaminosas e, por isso, não poderiam ser evitadas ou curadas” (ENGEL, 2004, p.67), os médicos precisavam impor uma nova perspectiva. O argumento principal é o de que a sífilis fazia também vítimas inocentes, inclusive crianças e esposas, e portanto não poderia ser um castigo de Deus. Além disso, negar tratamento seria contra a religião e a moral.

Em oposição a essas vítimas inocentes, as prostitutas são cada vez mais associadas às doenças venéreas, o que contribui para legitimar uma ação de tipo saneador por parte do médico nas cidades. Ao mesmo tempo, ao representar a prostituição como doença, deixando de vê-la somente como pecado, é preciso que “o médico faça da *ameaça* oculta uma *ameaça* conhecida e classificada, tornando-a, assim, controlável” (ENGEL, 2004, p.66). Ameaça não só física, mas moral e social.

Hipótese semelhante tem Margareth Rago, em **Os prazeres da noite**. Para a autora, a prostituição era transformada em um “*fantasma* de contenção às mulheres que pressionavam para ingressar na esfera da vida pública” (2008, p.41). Caracterizada também como independente, livre e até poderosa, associada à liberalização dos costumes, capaz até de dissociar prazer e amor, a meretriz podia “contaminar” as demais mulheres que ganhavam os espaços públicos, atuando em fábricas, escolas, comércio. Essas últimas, como relatou Oswald de Andrade, esmagavam “o corpo entre espartilhos e barbatanas de cintas ferozes [...], nada de canelas à mostra, nem braços, nem começos saltitantes de seios [...]. As mulheres não podiam sequer revelar a sexualidade natural que todas têm. Eram logo putas” (ANDRADE apud RAGO, 2008, p.43).

É nesse ambiente, em que também se associava prostituição à escravidão, como veremos, que dá o debate entre regulamentaristas e abolicionistas.

## 2.4 O PAPEL DO ESTADO: REGULAMENTAR OU ABOLIR?

Diagnosticada como ameaça ou assombração, parte integrante da cidade doente, havia providências a serem tomadas a respeito da prostituição. No Rio dos 1840, setores da comunidade

médica passam a defender a regulamentação sanitária da prostituição pública, inspirada na obra do Dr. Parênt-Duchâtelet. A base do argumento era de que, sendo inevitável – já que era a “profissão mais antiga do mundo”, protegia as jovens virtuosas dos instintos sexuais masculinos, preservando instituições sociais como o casamento –, era um mal necessário a ser controlado. Assim, no que se refere à ameaça à integridade física dos indivíduos, o remédio seria o controle médico; e, quanto aos riscos sociais de sua exibição pública, o isolamento de bordéis em áreas distantes.

Mas outra parcela dos médicos, representada pelos abolicionistas, era contrária a essa posição. Eles criticavam a interferência estatal na vida privada, a institucionalização de uma profissão que só poderia ser temporária, a segregação das mulheres em guetos, como bordéis afastados, até a injustiça contra a mulher, porque só a elas era prevista punição, como multa e até prisão se faltasse a exames obrigatórios (ENGEL, 2004; RAGO, 2008).

Ainda mais: a identificação de escravas que teriam sido forçadas pelos senhores a fazer prostituição, no Rio de Janeiro dos 1870, fortaleceu a associação entre escravidão e prostituição, “tornando cada vez mais impensável que o Estado assumisse o papel de ‘senhor’ das prostitutas, regulamentando seu trabalho” (PEREIRA, 2005, p.43). Alguns abolicionistas também associavam o nascente tráfico de “escravas brancas” à regulamentação já criada em alguns países europeus.

A mudança fundamental de visão, porém, era de degenerada para a de vítima do meio social. Portanto, de uma visão psicologizante (que inclui ainda traumas de infância e sexualidade exuberante ou perversa) para uma explicação econômica, esta, em especial, vitimizadora.

Mesmo que algumas experiências regulamentaristas tenham sido praticadas no país, por iniciativas isoladas e até ilegais em distintas cidades, os debates só levariam a uma primeira posição formal – não regulamentarista – na década de 1890, com o primeiro Código Penal republicano, que criminalizou o lenocínio. O Código mais recente, de 1940, que vem sendo modificado periodicamente, é exemplar da posição abolicionista assumida pelo Brasil: criminaliza a “Mediação para servir a lascívia de outrem”, o “Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração

sexual”, a manutenção de “Casa de prostituição”, o “Rufianismo”, que é a obtenção lucro com a prostituição alheia, o “Tráfico internacional [e interno] de pessoa para fim de exploração sexual”.

Ou seja: tudo em torno da prostituição é crime, a não ser o próprio oferecimento, realização e contratação de serviços sexuais, desde que entre maiores de idade.

Essa posição tem origem na reação de feministas inglesas, na metade do século XIX, à detenção de mulheres suspeitas de prostituição em nome do combate a doenças sexualmente transmissíveis. Para as abolicionistas, as prostitutas eram vítimas, exerciam a prostituição por razões sócio-econômicas, e não deveriam ser reprimidas nem punidas, mas resgatadas ou reabilitadas. (DOEZEMA apud MELLO, 2007, p.9). Essa posição se formalizou no Tratado Abolicionista Internacional, da Organização das Nações Unidas (ONU), assinado pelo Brasil em 1951.

O único modelo que torna tudo ilegal, desde a oferta pela prostituta, a busca e até a contratação do serviço sexual pelo cliente, além da intermediação por terceiros, é o proibicionismo, vigente, por exemplo, nos Estados Unidos (à exceção de dois estados), na China e em países muçulmanos. Baseia-se na idéia de que “a prostituição é um desvio moralmente condenável, constituindo a sua prática um crime a erradicar” (RIBEIRO, 2008).

Essas políticas relativas à prostituição nos interessam aqui, sobretudo, porque deixam mais claras as representações sobre as prostitutas e/ou a prostituição, construídas e reconstruídas no período. Uma reflexão possível é nos imaginarmos, em nossas profissões, objeto de tais representações, relacionadas no texto e listadas conjuntamente abaixo.

Lixo e esgoto; mal necessário; degenerada nata; mulher inacabada; mulher dessexualizada, fria; louca moral; desvio moral; inimiga do trabalho; fantasma e ameaça social (como principal transmissora de doenças venéreas e potencial transmissora de maus exemplos para outras mulheres); independente, livre e poderosa (representações que alimentavam a ideia dos efeitos negativos nas outras mulheres, por “contaminação”); vítima (seja da miséria, da escravidão ou do

tráfico internacional de mulheres); femme-fatale, mulher pervertida e doente

Acossadas por tais representações, estigmatizadas e silenciadas, enfrentando práticas repressivas, as prostitutas iriam, décadas depois, construir autorrepresentações que se confrontassem com o discurso hegemônico.

É o nascimento e desenvolvimento do movimento de prostitutas no Brasil, com suas rupturas e continuidades, que vamos examinar no próximo capítulo.

### 3 CONSTRUÇÃO DE AUTORREPRESENTAÇÕES PELO MOVIMENTO DE PROSTITUTAS E EMBATES EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Na hora do sofrimento, magicamente as pessoas abrem mão do estigma e falam  
(LEITE, 2009, p.76).

Depois de examinar como foram construídos e disseminados discursos, representações e sentidos sociais sobre as prostitutas, principalmente no século XIX, pelo saber biomédico, vamos acompanhar a origem e o desenvolvimento do que seria o oposto disso: a construção de autorrepresentações pelas mulheres da vida.

Antes disso, vou aprofundar o conceito de representação na companhia de Stuart Hall, e contando também com o pensador francês Michel Foucault. Para começar, é preciso abordar o que Hall considera “um dos mais difíceis conceitos nas ciências humanas e sociais”: cultura (HALL, 1997, p.2). Três formas de entender cultura são distinguidas pelo autor, a princípio: a mais tradicional a vê como o conjunto das grandes ideias de um determinado período, como obras literárias clássicas, pintura, música, filosofia, remetendo à noção de erudição, ou “alta cultura”; mais tarde, somou-se a este “quadro de referência” o que está presente no cotidiano das “pessoas comuns”, distribuído maciçamente, de música a publicidade, arte, design, ou as atividades de lazer e entretenimento – no que é chamado de “cultura popular” ou “cultura de massa”. Criou-se portanto essa divisão, ou oposição, entre alta cultura e cultura popular. E, recentemente, num contexto que é mais ligado às ciências sociais, especificamente à antropologia, a palavra cultura passou a se referir ao que é distintivo de um grupo social, comunidade, nação – o seu modo de vida. A palavra “cultura”, escreve Hall, pode ser usada para descrever “os valores compartilhados’ de um grupo ou de uma sociedade” (idem).

O teórico jamaico-britânico considera que esta “virada cultural” no conceito tende a enfatizar a importância do sentido na definição de cultura, de tal forma que ele, o sentido, seria “*produzido* – construído – ao invés de simplesmente ‘achado’” (ibidem, p.5, grifo do autor). Não seria, assim, o

conjunto de práticas o que forma a cultura, mas “a produção e troca de sentidos – ‘o dar e receber sentidos’ – entre os membros de uma sociedade ou grupo”. Assim, cultura depende de seus participantes interpretarem de forma semelhante o seu entorno, de o mundo “‘fazer sentido’” similar para eles, sendo os “sentidos culturais [que] “organizam e regulam as práticas sociais, influenciam nosso comportamento e conseqüentemente têm efeitos reais, práticos” (idem *ibidem*, p.2).

E aqui ele começa a introduzir o conceito de representação, ao afirmar que “é pelo uso que fazemos das coisas, pelo que dizemos, pensamos e sentimos sobre elas – pela forma como as **representamos** – que *damos sentido a elas* (p.3, grifos meu e do autor). Um bom exemplo: “É o uso que fazemos de tijolos e massa que faz deles uma ‘casa’, e o que sentimos, pensamos e falamos sobre ela que faz da ‘casa’ um ‘lar’” (idem). Ou seja, podemos dar sentido a objetos, pessoas e eventos pela interpretação que lhes damos ou pela forma como os utilizamos. Em resumo, diz Hall, “sentido está sendo constantemente produzido e compartilhado em cada interação pessoal e social da qual fazemos parte” (*ibidem*).

A questão é que, “para comunicar esses sentidos para outras pessoas”, é necessário “usar os mesmos códigos linguísticos, ‘falar a mesma língua’”. Não necessariamente um idioma em particular, mas esses códigos linguísticos entendidos de forma mais ampla, incluindo “a linguagem corporal e as expressões faciais” interpretadas de forma semelhante (p.4).

Linguagens, assim, “operam através da representação. São ‘sistemas de representação’” (...) que usam alguns elementos – sons, palavras, notas, gestos, expressões, roupas – para tomar o lugar ou representar um pensamento, conceito, ideia, sentimento” (p.4-5).

Essa visão privilegia a terceira das concepções que explicam “como a representação do sentido opera por meio da linguagem”. Na primeira, a **reflexiva**, “o significado já estaria dado no objeto, pessoa, ideia ou evento do mundo real, e a linguagem funcionaria como um espelho, para *refletir* o verdadeiro significado que já existe no mundo” (p.24, grifo do autor). Na segunda, a **intencional**, é o falante, o escritor, o autor, enfim, que impõe seu próprio significado através da linguagem, ou

seja, “palavras significam o que o autor pretende que elas signifiquem” (p.25). Finalmente, na abordagem **construcionista**, “as coisas não *significam*: nós *construímos* sentido, usando sistemas representacionais – conceitos e signos” (idem). Assim:

... não devemos confundir o mundo *material*, onde coisas e pessoas existem, e as práticas e processos *simbólicos* por meio dos quais representação, significado e linguagem operam. Construtivistas não negam a existência do mundo material. Contudo, não é o mundo material que proporciona sentido: é o sistema da linguagem ou qualquer outro sistema que nós utilizamos para representar nossos conceitos. São os atores sociais que usam os sistemas conceituais de sua cultura e os sistemas lingüísticos e outros sistemas representacionais para construir sentidos, para fazer o mundo ter sentidos e para comunicar sobre o mundo de uma forma que faça sentido para todos (ibidem, p.25, grifos do autor).

Mas a representação, alerta Hall, não prescinde da dimensão material, ou ainda melhor, os sistemas de representação são compostos desta dimensão, já que ela está nos “*sons*” produzidos por nossas cordas vocais, nas “*imagens*” impressas no papel foto sensível da era analógica, nas “*marcas*” pintadas na tela, nos “*impulsos*” digitais que transmitimos eletronicamente (idem, grifos do autor).

Por isso:

Representação é uma prática, um tipo de ‘trabalho’, que usa objetos materiais e efeitos. Mas o sentido depende não da qualidade material do signo, mas da sua função *simbólica*. É porque um som particular ou uma palavra toma o lugar de, *simboliza* ou representa que ele/ela pode funcionar, na linguagem, como um signo e proporcionar sentido – ou, como dizem os construcionistas, significar (sign-i-fy) (ibidem, p.26, grifos do autor).

Stuart Hall toca então num ponto essencial do conceito de representação. Se é uma prática, se os sentidos são construídos, interpretados, eles podem ser reconstruídos, novamente construídos, e assim por diante. Por isso, as representações estão sempre mudando, nunca é possível

produzir um momento final de verdade absoluta. Ao contrário, [trata-se de uma] corrente infinita (...) Qualquer noção de um sentido *último* é sempre, interminavelmente, adiada, descartada. Os Estudos culturais (...) são inevitavelmente aprisionados neste círculo de sentidos (idem, p.42, grifo do autor).

O autor aprofunda o tema ainda mais, aproximando o conceito de representação da **microfísica do poder** de Michel Foucault. Ao invés de se concentrar na concepção semiótica – que “confina o



processo de representação à linguagem” (p.42), busca compreender *como* a linguagem e seus signos produzem sentido na cultura, ou o *como* da representação –, a questão agora são as representações como “fonte de produção de *saber* social – um sistema mais aberto, conectado de forma mais íntima com práticas sociais e questões de poder (idem, grifo do autor).

É aí que entra em cena a preocupação de Foucault com “a produção de saber (ao invés de sentido) através do que ele chama **discurso** (ao invés de apenas linguagem)” (p.43). O que ele faz é historicizar o discurso, a representação, o **saber/poder** e a ‘verdade’.

As coisas significavam algo e eram “verdade”, ele argumentou, *apenas dentro de um contexto histórico específico*. Foucault não acreditava que o mesmo fenômeno pudesse ser encontrado em diferentes períodos históricos (...). Ele pensava que, em cada período específico, discurso produzia formas de saber, objetos, sujeitos e práticas de saber (...) sem que houvesse, necessariamente, continuidade entre eles (...) Que saber e práticas não existiriam fora de discursos específicos (HALL, 1997, p.46, grifos do autor)

Assim, Foucault se afasta da ideia das continuidades trans-históricas adotada pelos historiadores, acreditando que “mais significativas eram as rupturas radicais e descontinuidades entre um período e outro, entre uma formação discursiva e outra” (idem, p.47). Ele ainda atenta para como o saber é “posto para trabalhar através das práticas discursivas em determinadas instituições a fim de regular a conduta dos outros” (ibiidem), passando a se ocupar das relações entre saber e poder.

E que Poder é este? Segundo Gregolim (2007, p.17), “Como os sujeitos são sociais e os sentidos são históricos, os discursos se confrontam, se digladiam, envolvem-se em batalhas, expressando as lutas em torno de dispositivos identitários”. E prossegue:

Michel Foucault (1978) enxerga, nesses intensos movimentos, uma *microfísica do poder*: pulverizados em todo o campo social, os micropoderes promovem uma contínua luta pelo estabelecimento de verdades que, sendo históricas, são relativas, instáveis e estão em permanente reconfiguração. Eles sintetizam e põem em circulação as *vontades de verdade* de parcelas da sociedade, em um certo momento de sua história. As identidades são, pois, construções discursivas: o que é “ser normal”, “ser louco”, “ser incompetente”, “ser ignorante”... senão relatividades estabelecidas pelos jogos desses micropoderes? (idem, grifos da autora)

O saber/poder biomédico, por exemplo, como vimos no capítulo anterior, construiu, dentro de determinado período histórico, um discurso sobre a prostituição e as prostitutas, além de ideias e práticas disciplinarizantes. Esse discurso, ou essas formações discursivas, sustentariam, para Foucault, um **regime de verdade**.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela aceita e faz funcionar como verdade, os mecanismos e instâncias que permitem que se distingam afirmações verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada uma é sancionada... o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdade (FOUCAULT apud Hall, 1997, p. 49).

Nesse sentido, a abordagem discursiva também está interessada nos

*efeitos e consequências* da representação – suas políticas. [A abordagem discursiva] examina não apenas como linguagem e representação produzem sentido, mas como o saber que um discurso particular produz se conecta com poder, regula condutas, delinea ou constroi identidades e subjetividades, e define a forma pela qual certas coisas são representadas, pensadas, praticadas ou estudadas. A ênfase da abordagem *discursiva* está sempre na especificidade histórica de uma forma particular de ‘regime’ de representação: não na ‘linguagem’ como uma preocupação geral, mas em *linguagens* ou sentidos específicos, e em como eles são disseminados em épocas específicas, em lugares específicos. Ela nos aponta para uma especificidade histórica mais ampla, a forma pela qual práticas representacionais operam em situações históricas específicas, na prática (HALL, 1997, p.6, grifos do autor).

Não vou adentrar ainda mais, neste trabalho, nas vastas e complexas concepções de Foucault, inclusive na que pode ser a mais radical delas: a de que “é o discurso, não os sujeitos que o dizem, que produz saber”, ou que “o ‘sujeito’ é produzido dentro do discurso” (idem, p.55).

Acredito que estas páginas já são suficientes para compreender representação como uma prática ou modo de produção de sentido, em que “a palavra toma o lugar de, simboliza, representa, significa”, e que as representações nunca produzem um sentido último, estão sempre mudando; além de poderem nos aproximar da questão das lutas pelo poder/saber nos discursos.

Com esses dois conceitos, creio que estamos, leitores e eu, em boa posição para investigar as autorrepresentações e os discursos produzidos pelo movimento de prostitutas, em relação às produções do saber/poder biomédico do século XIX, e que se reconfiguram e atualizam ao longo

das décadas como preconceito e estigma, inclusive em políticas públicas, que analisaremos aqui.

Para isso, precisaremos avançar muitas décadas. No Brasil, as prostitutas começaram a se organizar em um movimento na segunda metade dos anos 1980, período de redemocratização do país, em que se aprofundava a organização da sociedade civil e também o processo da Reforma Sanitária.

Pouco antes, no exterior, já se havia iniciado uma mobilização de mulheres da vida em torno de seus direitos, afetados, sobretudo, por violência policial, motor de suas denúncias, manifestações e reivindicações, tal como ocorreria no Brasil.

Com base em documentos da época, como reportagens na mídia comercial e cidadã, mas também em textos oficiais, vamos propor uma certa mirada sobre a origem e o desenvolvimento desse movimento social, buscando compreender como a violência e também o estigma, estreitamente associado a um discurso moral e sanitário, impulsionaram a organização e a construção de autorrepresentações pelas mulheres da vida, que buscavam uma nova identidade social afirmando a prostituição como profissão.

Examinaremos estratégias adotadas pelo movimento no campo da comunicação e saúde, quase simultâneas à construção, pelos ativistas da Reforma Sanitária, de discursos “sobre direito à informação, educação e comunicação como inerentes ao direito à saúde” (ARAÚJO; CARDOSO, 2007, p.26) e a respeito do controle social do Estado pela população organizada.

Algumas dessas estratégias do movimento tiveram justamente no campo da saúde, em particular na Aids, tentativas de promover mudanças nas representações construídas pelo saber/poder biomédico do século XIX.

Por isso, as interlocuções iniciadas com o governo federal, seus desafios, embates, conquistas e insucessos no campo de políticas públicas são destaque neste capítulo, que inclui trecho sobre uma batalha em torno das nomeações das prostitutas e seu sentido para as representações e a construção de uma nova identidade social. Outras interlocuções – ou não – entre o modelo de promoção da

saúde e o movimento de prostitutas conformam mais uma parte.

Investigaremos ainda como o então recente discurso sobre o conceito ampliado de saúde surge nas vozes de mulheres da vida, que, aparentemente, não tinham conhecimento dos debates empreendidos no bojo da Reforma Sanitária.

Finalmente, tentaremos nos deter um pouco mais nas possíveis associações entre o movimento sanitarista brasileiro e o movimento de autorrepresentação das prostitutas.

### 3.1 MULHER: DA VIDA, É PRECISO FALAR

Nascido na década de 1970 na Califórnia americana, impulsionado na França e em outros países europeus nos anos seguintes, e inaugurado no Brasil e na América hispânica nos 80, o movimento de prostitutas representa um momento-chave em que as mulheres da vida tomam de assalto a palavra e promovem novos discursos, construindo autorrepresentações sobre sua vida e profissão.

No Brasil, a primeira ação pública de prostitutas em defesa de seus direitos aconteceu em 1979, na cidade de São Paulo.<sup>2</sup> Impedidas de ficar nas ruas após as 22h, vítimas de extorsão, prisões, tortura, desaparecimentos e até assassinatos, prostitutas e travestis da Boca do Lixo se uniram para denunciar as violações de direitos humanos lideradas por um delegado de polícia. “Que homem entraria num prédio de prostituição com dois carros de polícia parados na portaria?” (LEITE, 2009, p.74).

---

<sup>2</sup> No início do século XX, prostitutas judias da Europa do Leste, conhecidas como polacas, criaram associações de ajuda mútua no Rio, em São Paulo e em Santos, tendo como bens principais cemitério e sinagoga. Duplamente estigmatizadas, pela comunidade judaica e pela nova sociedade nacional, elas se organizaram para se autoprotger, romper com a exclusão religiosa e social e construir uma identidade social positiva, como analisa o pioneiro e corajoso estudo de KUSHNIR (1996). Recentemente, o estigmatizado – ainda pela comunidade judaica – Cemitério Israelita de Inhaúma saiu finalmente do abandono, com o início da recuperação e identificação das lápides, resultado de uma batalha de décadas da historiadora (KUSHNIR, 2011; LENZ, 2011). Restauração semelhante já acontecera, anos antes, no Cemitério Israelita de Santana/Chora Menino, em São Paulo.

Como nos Estados Unidos e na França, a repressão do Estado foi, aqui também, o estopim para a organização do movimento brasileiro.<sup>3</sup> Uma manifestação na Praça da Sé e uma assembleia no teatro da atriz Ruth Escobar, na Rua dos Ingleses, resultaram no afastamento do policial, em plena ditadura. O sucesso da reação, porém, com a volta da rotina, desmobilizou a categoria tão rapidamente quanto ela havia se mobilizado. “Isso acontece em qualquer movimento; na hora da coisa feia se junta, depois não quer mais saber de nada” (DANTAS, 2006, p.48). No Rio, no mesmo período, iniciava-se um processo de mobilização de prostitutas e cafetinas por conta da desapropriação de casas da antiga Zona do Mangue, relacionada à construção do metrô. De novo, perturbava-se o negócio do sexo.

A formalização de um movimento organizado, porém, se daria apenas em 1987, no Rio, com o I Encontro Nacional de Prostitutas, cujo tema era “Os direitos das prostitutas e o resgate da cidadania”. Realizado no Centro (municipal) de Artes Calouste Gulbenkian, com apoio do Ministério da Cultura, foi encerrado no Circo Voador, com a participação de artistas, intelectuais e simpatizantes, num debate intitulado “Mulher: da vida, é preciso falar” (expressão que acabou sendo repetida e consagrada como se fosse o tema do encontro).

Promovido por Gabriela Leite, que havia participado da revolta paulistana, trabalhara na Zona Boêmia de Belo Horizonte, mudara-se para o Rio para trabalhar na Vila Mimosa (o que restava do Mangue) e coordenava, na época, o Programa Prostituição e Direitos Cíveis, na organização não-governamental Instituto de Estudos da Religião (Iser), o encontro contou com a participação de 70

---

<sup>3</sup> A norte-americana Margo St. James é reconhecida como a primeira prostituta a defender publicamente os direitos da classe, afetada, por exemplo, pela quarentena na cadeia à espera de resultados de testes compulsórios de gonorreia. Ela fundou em 1973, em São Francisco, a organização Coyote, sigla para *Call off your old tired ethics* (acabe com a sua velha ética cansada). Trata-se de uma referência ao coiote, animal que vive fugindo de caçadores e, apesar da reputação de promiscuidade, mantém um parceiro fixo por toda a vida. Já na França, em 1975, cem prostitutas ocuparam uma igreja em Lyon, para protestar contra perseguições e abusos da polícia. Foram violentamente expulsas após alguns dias, mas a data da ocupação, 2 de junho, tornou-se o Dia Internacional da Prostituta. Para um breve histórico desses e de outros episódios fundadores do movimento internacional de prostitutas, confira, entre outros: BRASIL, 2002, p.27-32; COYOTE (website). Disponível em: [www.coyotela.org](http://www.coyotela.org). Acesso em: 27/1/2011; BAYSWAN (website). Disponível em: [www.bayswan.org/margostory.html](http://www.bayswan.org/margostory.html). Acesso em: 27/1/2010. BEIJO DA RUA. Rio de Janeiro: Davida, maio de 2005. Disponível em: <http://beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=21&coluna=6&reportagem=506&num=1>. Acesso em: 21/1/2011.

prostitutas de 11 estados e alcançou grande repercussão na mídia nacional e internacional, embora desta última não tenhamos registros documentais. Do evento resultaram a fundação de associações de mulheres da vida em diversos estados e a criação da Rede Brasileira de Prostitutas.<sup>4</sup>

Sexualidade, violência, saúde e educação, em destaque, mas também profissão, organização, preconceito, discriminação, estigma, moralismo e hipocrisia, faziam parte da ampla pauta do encontro.<sup>5</sup> Porém, “mesmo com todo o esforço para conduzir a discussão [...], tudo acabava no assunto da violência. [...] Mas não era de qualquer violência [...], e sim da violência policial” (LEITE, 2009, p.147). Para além deste tema-estopim do movimento no exterior e no Brasil, o que parece ainda mais primordial neste I Encontro foi que: “A sociedade nos viu organizadas pela primeira vez. Nós nos vimos assim pela primeira vez” (LEITE, 2009, p.149).

O processo de redemocratização, nesta segunda metade dos anos 1980, após 25 anos de ditadura militar, certamente contribuiu para a iniciativa do movimento e para essas percepções. Crescia em todo o país a mobilização de movimentos sociais, entre eles o de luta contra a Aids, ainda incipiente, de que trataremos com maior profundidade adiante. Embora houvesse resistências, em organizações da sociedade civil, a associações com um Estado recém-saído de um período repressor, surgiam as primeiras articulações nesse sentido, do que é sintomático o apoio do Ministério da Cultura ao evento das prostitutas.

Analisando esse período, no contexto da precedência dos direitos sociais sobre os direitos civis e políticos, no processo de constituição da cidadania no Brasil, Carvalho (2002, p.227) afirma:

Se há algo importante a fazer em termos de consolidação democrática, é reforçar a organização da sociedade para dar embasamento social ao político, isto é, para democratizar o poder. A organização da sociedade não precisa nem deve ser feita contra o Estado em si. Ela deve ser feita contra o Estado clientelista, corporativo, colonizado.

---

<sup>4</sup> Não vamos desenvolver um largo histórico do movimento, que já ultrapassa duas décadas. Mas, ao longo do texto, situações e fatos relevantes surgirão, relacionados ao escopo desta monografia.

<sup>5</sup> LEMOS, Jesus. Anos 80: sexo vira moda mas não resolve sexualidade. **Beijo da rua**, Rio, 1991. Ano III, nº 7. Moral da História (VI), p.14; LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio: Objetiva, 2009, p.147; DAVIDA. **Prostitutas cidadãs**: o movimento organizado no Brasil e no exterior. Rio, maio de 1994.

Ao longo desse processo, certos setores da academia também passaram a se interessar e aproximar dos movimentos sociais, embora essa tendência viesse a se tornar mais visível a partir dos anos 1990 (PISCITELLI, 2005, p.15). Estudos sobre prostituição e sexualidade estavam “informados pelas diferentes posições feministas no debate sobre prostituição” (idem).

De um lado, a sexualidade entendida como “elemento utilizado para objetificar as mulheres, impedindo-as portanto de aceder ao reconhecimento de sujeitos portadores de direitos civis”, e a prostituta, assim, “percebida como inerentemente vítima da violência [...], um objeto sexual, um ser passivo e carente de poder”. De outro, “a sexualidade como uma arena de potencial liberação para as mulheres”, e as práticas de sexo comercial como “um símbolo da autonomia sexual das mulheres e, como tal, uma ameaça ao controle patriarcal sobre a sexualidade das mulheres [...], espaços de resistência e de subversão cultural [...], em que se faz um uso ativo da ordem sexual existente” (ibidem, p.13-14).

Nesse período, porém, embora essas questões estivessem no horizonte das feministas, o foco desse movimento, no Brasil, era outro:

Enquanto no mundo anglosaxão as feministas se debatiam nas “guerras do sexo” em torno da pornografia e prostituição, a organização dos grupos feministas brasileiros girou em torno de outras questões. O feminismo se desenvolveu, a partir da década de 1970, em um contexto marcado pelas desigualdades e pelo peso da ditadura militar. Esse cenário mantém relações com as preocupações do movimento (Moraes, 1996), que privilegiou a luta contra a ditadura e a violência contra as mulheres (Corrêa, 1984) e, posteriormente, questões relacionadas com a saúde da mulher e os direitos reprodutivos (Sarti, 2004). De acordo com depoimentos de diversas ativistas, durante as décadas de 1970 e 1980, a prostituição não integrou esse leque de inquietações... (PISCITELLI apud BLANCHETTE, 2001).

Assim, não se pode afirmar que as feministas tiveram algum papel explícito – embora o discurso feminista, de modo amplo, certamente estivesse presente – no contexto das origens do movimento de prostitutas, o qual vamos melhor investigar, a seguir.

Sem documentos formais produzidos pelo evento, perdidos ou não localizados, a maior parte

dos registros do I Encontro Nacional de Prostitutas está na imprensa brasileira.<sup>6</sup> Nela, é possível encontrar indicações da luta do movimento organizado para tentar desconstruir representações e construir novos discursos e autorrepresentações, mediados, certamente, pelos veículos de comunicação comercial.

Coordenadora geral do encontro, Gabriela Leite é a principal fonte dos jornais da época. Já no dia da abertura do evento, ela é assim citada: “Para que este encontro seja vitorioso é preciso que ao final dele as prostitutas saiam com a sensação de terem conquistado um espaço. Este é o primeiro passo para o reconhecimento da nossa cidadania” (O FLUMINENSE, 20/7/1987, s/p.)

Esse espaço a que se referia, certamente, não é o da zona, já de muito conquistado, mesmo que pela concessão. “Se for preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutro lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, senão nos circuitos da produção, pelo menos nos de lucro” (FOUCAULT, 2003, p.10). E, contrariamente ao sentido pejorativo da palavra zona (bagunça, confusão, falta de ordem), parece tratar-se de um espaço formal, organizado, de discurso, onde seja possível se fazer ouvir e afirmar a existência, na tentativa de superar o “tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo” (idem).

Já no **Globo** do dia seguinte, a coordenadora ataca as representações mais comuns sobre a prostituição: “Somos contra as teses de direita, que dizem que a prostituta é um mal necessário, e contra as de esquerda, que afirmam que prostituta é resultado da sociedade capitalista, passível, portanto, de recuperação pela sociedade ideal (...). Não somos vítimas (...), temos que lutar por nossos direitos, o nosso espaço, e não continuarmos marginalizadas.” (O GLOBO, 21/7/1987, s/p.)

Em outro jornal, na mesma data, Emi Gonçalves, prostituta da Vila Mimosa que batalhara na Zona do Mangue, também reivindica a possibilidade de falar e ser ouvida: “a importância desse encontro é que nós vamos poder desabafar”. Seu principal desabafo é relacionado à associação

---

<sup>6</sup> DAVIDA, op. cit. A reprodução de trechos de material editorial relativos a este encontro tem como fonte este caderno de clippings, com originais e fotocópias de matérias de jornais e revistas reunidas e organizadas pela ONG, com datação de 1982 ao início de 1994.



histórica das meretrizes com doenças sexualmente transmissíveis. Conforme relata o diário, ela denunciou que “um médico da Casa do Hemofílico (...) esteve no Mangue realizando exames nas mulheres (...) e anunciou na imprensa que quatro das prostitutas portavam o vírus da Aids, o que foi severamente contestado (...) Segundo ela, testes feitos nas mesmas mulheres pela Fundação Oswaldo Cruz deram resultado negativo.” (O DIA, 21/7/1987, s/p.) No **Globo** da mesma data, o relato da prostituta, aqui nomeada de Enyr, é acrescido de suas opiniões e de uma dolorosa informação: “Duas delas tentaram suicídio. Foi uma atitude desonesta deste médico. (...) É um absurdo que usem uma doença grave deste modo.”

Ainda sobre o tema, Gabriela Leite afirma, na mesma reportagem de **O Dia**, que “as prostitutas sempre foram responsabilizadas pelo surgimento de doenças (...), foi assim com a sífilis, e está sendo agora com a Aids”.

O estigma relacionado à Aids e à prostituição em geral é citado por outras participantes do encontro. Lurdes (na verdade, Lourdes) Barreto, de Belém do Pará, “de 45 anos, há 28 como prostituta”, diz: “Da prostituição não me queixo. Me queixo sim da sociedade, que não dá chances para uma pessoa marginalizada. Está na hora de encarar a prostituição como qualquer outra profissão” (O GLOBO, 21/7/1987, s/p).

Já Sueli, 24 anos, também da Vila Mimosa, afirma que “a gente não é aquele foco da Aids (...), a gente chega num lugar, se fala que a gente é isso, nossa senhora!” (CASTILHO, 1987, p.6). Embora o tema da Aids surja em alguns dos jornais, ele é claramente minoritário em relação a “violência policial”. Independente do se tratar de Aids, de ausência de cidadania, de vitimização, de mal necessário, marginalização, recuperação, o que se nota, claramente, é como a denúncia central das mulheres está referida ao estigma.

Se não o das “abominações do corpo – as várias deformidades físicas”, ou “os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família”, o terceiro tipo relacionado por Goffman (1988, p.14): o das

“culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade...”

Outra fonte, também midiática, tem lugar especial e merece ser considerada. Trata-se do tabloide **Beijo da rua**, concebido naquele encontro de 1987 (portanto sem a cobertura do evento), lançado em 1988 pelo Iser e desde 1993 publicado pela ONG de prostitutas Davida, e que vem acompanhando o movimento organizado desde então.

O jornal cobre eventos promovidos por associações e/ou pela Rede Brasileira de Prostitutas, o cotidiano da prostituição, temas relacionados à atividade e ao movimento, como saúde, direitos humanos, legislação, cultura. É editado por este pesquisador desde o lançamento e ganhou, em 2004, uma versão eletrônica ([www.beijodarua.com.br](http://www.beijodarua.com.br)).<sup>7</sup> Tem e teve contribuições de outros jornalistas, de prostitutas, de aliados do movimento, de profissionais das ciências sociais e da saúde. Sua relevância está no fato de se constituir mídia do próprio movimento organizado, ou seja, ser o principal mediador e representante dos novos sentidos sociais propostos desde dentro. Nele é possível encontrar, a partir do lançamento, reações e novas proposições no que se refere às representações e identidades associadas às prostitutas.

Na “Coluna da Gabi” da primeira edição, por exemplo, lê-se, à semelhança da declaração ao **Globo**, mais de um ano antes, que

... tentamos priorizar a organização das prostitutas em um movimento, e ao mesmo tempo enfatizar que a prostituição não é um fenômeno à parte da sociedade e sim que está inserida nela. Dessa forma, tentamos mostrar que a prostituta não é uma vagabunda ou então o resultado do capitalismo selvagem, mas sim a linha direta de uma sociedade que morre de medo de encarar sua sexualidade e conseqüentemente se sente profundamente ameaçada quando a prostituta mostra seu rosto (LEITE, 1988, p.2).

Como se vê, duas das principais representações da prostituta, a vagabunda (inimiga do trabalho, assim como degenerada) e a vítima da miséria, são novamente confrontadas neste texto. Assim

---

<sup>7</sup> Minha posição de editor inclui promover reuniões de pauta, sugerir e acolher sugestões de matérias, pautar jornalistas e outros profissionais, apurar e escrever reportagens, trabalhar com o editor de arte e editar o jornal, propriamente. Apesar deste envolvimento, nunca fui o único responsável pela orientação editorial do **Beijo da rua**, além de não intervir conceitualmente em textos de prostitutas e de outros ativistas do movimento.

como nos discursos médicos do século XIX, especialmente por Lombroso, que constroi a identidade da prostituta a partir do que seria a “mulher normal”, também aqui se vê uma reconstrução de sentidos em que é necessário remeter-se a um pré-construído. Ou seja, se a prostituta é o oposto da “mulher normal”, para reconstruir a identidade da primeira se recorre justamente às “características” atribuídas à prostituta em oposição àquela outra mulher, de tal modo que, para as protagonistas do movimento, é preciso remontar a equação: a prostituta, agora, é reconstruída em oposição à prostituta construída em oposição àquela mulher. Ao mesmo tempo, também se buscará criar uma outra “mulher normal”, na qual habitem tanta esta, sem as representações negativas, como aquela, sem as representações negativas de uma e outra. Dessa forma, existiria apenas uma mulher, seja ela meretriz ou não. “Está na hora de encarar a prostituição como qualquer outra profissão” (Lourdes Barreto) ou “a prostituição não é um fenômeno à parte da sociedade e sim [...] está inserida nela” (Gabriela Leite).

Interessante refletir também sobre alguns pontos relativos a esta mídia cidadã. A idéia de criar o **Beijo da rua** é de Gabriela Leite, que percebia a presença de prostitutas na imprensa comercial e hegemônica apenas nas “páginas de polícia”. Em relação ao jornal, fundadora que é, faz logo nos primeiros números afirmações sobre o seu propósito. Na mesma coluna citada acima, por exemplo, escreve:

Desde os áureos tempos em que surgiu nas bancas de jornal **O Lampião** que eu imaginava o movimento de prostitutas tendo um jornal, onde se pudessem discutir todas as questões que dizem respeito a nossa amada-maldita marginália (LEITE, 1988, p.2).

Na coluna da edição seguinte, escreve sobre “o gostinho de Poder que representa um veículo de comunicação” (LEITE, 1989, p.2).

Este “Poder” poderia ser compreendido como aquele que já abordei, com Gregolim, na introdução deste capítulo: trata-se dos micropoderes que “promovem uma luta contínua pelo estabelecimento de verdades que, sendo históricas, são relativas, instáveis e estão em permanente reconfiguração”; fazem circular essas “*vontades de verdade* de parcelas da sociedade” nos

discursos, “expressando as lutas em torno de dispositivos identitários”, que por sua vez são “construções discursivas: o que é “ser normal”, “ser louco”, “ser incompetente”, “ser ignorante”... senão relatividades estabelecidas pelos jogos desses micropoderes?” (GREGOLIM, 2007, p.17, grifo da autora).

Nesse sentido, seria possível pensar neste recurso à mídia cidadã como uma estratégia de pôr em circulação “as *vontades de verdade* de parcelas da sociedade”. Poderíamos acrescentar às perguntas de Gregolim, neste contexto a que nos referimos, “o que é ser prostituta”. Além disso, não podemos deixar de considerar o momento que se vivia no país, como já citado: um presidente civil, depois de mais de duas décadas de ditadura militar, movimentos sociais crescendo e se fortalecendo.

Nesse período de redemocratização, em 1986, a VIII Conferência Nacional de Saúde, “um marco no processo de reforma sanitária brasileira e da afirmação da saúde como um direito de todos”, havia sido o “*locus* da emergência pública do discurso – hoje amplamente reconhecido – sobre direito à informação, educação e comunicação como inerentes ao direito à saúde” (ARAÚJO; CARDOSO, 2007, p.26).

O relatório final da conferência, ao relacionar as garantias necessárias para o “pleno exercício do direito à saúde”, cita, entre outros, o “direito à liberdade, à livre organização e à livre expressão” (BRASIL, 1986, p.383), bem como o estímulo “à participação da população organizada [...], assegurando o controle social sobre as ações do Estado (p. 384)”.

Embora não tenham sido encontradas referências explícitas à VIII Conferência na cobertura pela mídia (comercial ou não) das origens do movimento de prostitutas, sabemos que “nosso conhecimento, nossas ideias, não se formaram por um ato inaugural, mas num processo sempre relacional, sempre inclusivo, sempre intertextual” (ARAÚJO; CARDOSO, 2007, p.13).

Assim, é possível considerar a presença de outras vozes (polifonia) no discurso (ou texto) daquelas ativistas, que buscavam entre outros direitos os da comunicação, da livre expressão e da participação, ao iniciar seu movimento e ao criar um veículo midiático, como já propusemos acima.

Para concluir este argumento, se por um lado não aparecia explicitamente a VIII Conferência, a Assembleia Nacional Constituinte, instalada em fevereiro de 1987 e em pleno andamento no início do movimento de meretrizes, é referida até em título de reportagem (“Prostituta se organiza para ir à Constituinte”), devido ao anúncio de que o documento final do encontro de julho de 1987 seria enviado aos parlamentares (ÚLTIMA HORA, 24/7/1987, s/p). Como sabemos, foi a Constituição de 1988, fruto da Constituinte, que criou o Sistema Único de Saúde e referendou a saúde como “direito de todos e dever do Estado”, formalizando o processo democratizante da reforma sanitária, como pretendia a VIII CNS.

Entre os temas priorizados no jornal criado pelo movimento de prostitutas, a violência policial, tão marcante e nociva para a categoria, surge logo na edição inaugural (LENZ; GUEDES, 1988, p.4-5). Ocupando as duas páginas centrais, tem no alto da 5 a vinheta “Violência”, sublinhada por um fio, seguida abaixo da manchete “Prostituição não é caso de polícia”, em caixa alta, e do subtítulo “Sociedade se mobiliza para mudar lei confusa”. A mesma página, composta de três colunas, tem na primeira delas um “lidão”, em negrito e entre fios. Abaixo do fio inferior, está indicada a autoria da “reportagem” e do “texto final”. A reportagem, propriamente, começa ainda na primeira coluna (sob o intertítulo “Legislação incoerente”) e se estende pelas duas outras, e voltaremos a ela após descrever a página par da matéria (ANEXO A – Reportagem “Prostituição não é caso de polícia”).

Nela, à esquerda, uma coluna em formato de caixa (*box*) é ocupada com a reprodução do trecho do Código Penal que trata de prostituição. Acima dela, um pequeno título onde se lê “Código Penal”. Abaixo do *box*, uma legenda com discurso indireto de um dos personagens da matéria. E no pé da página, ainda à esquerda, o número da página (4) e o nome do jornal, o que se repete abaixo da terceira coluna da página ímpar. As outras duas colunas da página 4 são ocupadas por uma foto dramática de uma mulher de pé, algemada a uma árvore, de lado para a câmera, com parte de um seio à mostra, boca aberta esboçando um grito e demonstrando sofrimento, a cabeça ligeiramente

tombada para trás. Acima da imagem, a legenda: “A prostituta ‘Branquinha’, algemada na 2ª DP, no Rio de Janeiro, este sim um caso de polícia!” A foto tem ainda o crédito do fotógrafo e do veículo, com a data em que foi sacada, um ano antes do lançamento do jornal.

Voltando ao corpo da reportagem, na página 5, ele traz três intertítulos. No primeiro, “Legislação incoerente”, há declaração em discurso direto de Gabriela Leite, abrindo o texto, e referências a uma manifestação de prostitutas, em Campinas, onde foi dada a declaração. A intenção das manifestantes de criarem uma associação local é referida, bem como o apoio de Gabriela Leite a essa iniciativa.

No segundo intertítulo, “Hábitos confusos e propostas claras”, há declarações em discurso direto e indireto de um juiz do Trabalho, com análise crítica à legislação penal sobre prostituição e defesa de um novo marco legal. O terceiro intertítulo, “Mudanças à vista”, traz declarações em discurso direto e indireto do advogado penalista Nilo Batista; citação de um trabalho apresentado por um juiz de Menores num encontro classista; referência a um psicólogo que desenvolve pesquisa sobre jurisprudência a respeito da prostituição; e, finalmente, uma conclusão em discurso indireto de Gabriela Leite.

A apresentação desta reportagem, aqui, pretende demonstrar como o veículo citado procurou, como ainda procura, promover a produção social de (novos) sentidos, ressignificar imagens e palavras, lutar pela construção/reconstrução de identidades (GREGOLIM, 2007).

Aliás, é disto que tratam os textos. Aprofundando essas concepções:

Quando escrevemos, produzimos sentidos. Texto quer dizer tecido, trama, malha, rede. Tal como os tecidos, textos são produto do entrelaçamento de muitos fios, que, em contato uns com os outros, formam uma trama única, resultado da combinação das várias cores e matizes, várias texturas. Cada fio representa um sentido, produzido em outros con-textos, que agora estão ali, prontos para uma nova combinação. Textos são feitos, então, de sentidos que preexistem, e que são combinados por nós para atender uma dada situação, para serem lidos em determinados momentos, por pessoas que possuem características específicas, em contextos específicos. E, naqueles momentos, naqueles contextos, eles se tornarão fios de uma nova trama, ao se associarem a outros textos, para formarem novos sentidos.

Textos são parte importante da construção dos sentidos sociais. Textos expressam modos de ver a realidade e, como tal, participam da construção da realidade. Só podemos compreender a realidade através de algum enquadramento, alguma forma, algum modelo. Esses modelos encontram seu melhor espaço de expressão nos textos que circulam através da prática comunicativa, sejam em suporte impresso ou eletrônico. Por isso, textos são espaços de luta pelo poder simbólico, o maior poder de todos, o poder de fazer ver e fazer crer (BOURDIEU, 1989). O modo como construímos nossos textos – dispositivos de comunicação – são, então, dispositivos de poder ou de luta pelo poder (ARAÚJO, 2006, p.49).

Tomando como referência algumas das questões “formuladas para inspirar o orientar o olhar analítico” contidas em roteiro para análise de materiais de Araújo (2010) e em guia semelhante traduzido e comentado também por Araújo (1999), afirmo o que se segue:

- o emissor institucional do jornal é apresentado no expediente, à página 2 – “Programas ‘Prostituição e Direitos Civis’ e ‘Publicações’ – Instituto de Estudos da Religião (ISER)” – e se demonstra associado a prostituição e sexualidade logo na capa. Nela se vê uma ilustração que ocupa 75% do espaço total, em que uma figura de mulher, de costas para o destinatário, aparece em pé, dos pés aos ombros, levantando ligeiramente o vestido, pernas afastadas ligadas por uma espécie de escada, galgada a meio caminho por uma figura masculina. O nome do periódico, **Beijo da rua**, e os títulos destacados na capa – “Prostituição não é caso de polícia”, “O sexo das meninas”, “Vida nova no Recife”, “Deus e o diabo na Zona do Mangue”, “Gabi”, “Poesia” e “Prostitutas não vão em massa à zona eleitoral” –, complementam a identificação do emissor, já que as palavras “Beijo”, “rua”, “prostituição”, “sexo”, “diabo”, “Zona”, “Mangue”, “prostitutas”, conhecidas do leitor e diretas, indicam a associação suposta. Além disso, a antítese “Deus e o diabo” e as duas negativas que opõem prostituição a polícia e prostitutas a eleição sugerem ao destinatário a existência de conflito e de reação a uma situação negativa (polícia versus prostitutas) e desinteressante (eleição), mostrando que o personagem principal pode estar à margem ou insatisfeito com o que a sociedade lhe impõe. Finalmente, a capa pode também levar o leitor a identificar o emissor como pertencente a este grupo. Neste caso, o destinatário que se parece pretender alcançar, ou a imagem que se propõe dele, é de um potencial aliado de uma causa, de uma reação;

- a reportagem em pauta, propriamente, tem título que não deixa margem a dúvidas do que se afirma (ou se rejeita), ao mesmo tempo que apresenta uma denúncia (afirmar-se que “Prostituição não é caso de polícia” leva a pensar que neste momento da leitura, ela o é). Título e subtítulo – “Sociedade se mobiliza para mudar lei confusa” – demonstram e propõem uma determinada concepção da realidade e posição diante dela, uma concepção ativa do sujeito, indicando ação em curso, no verbo mobilizar, conclamando adesão a esta ação, estimulando, enfim, uma reflexão;

- a página par, com a enorme foto de uma mulher desnuda, algemada a uma árvore, é coerente com a denúncia e a traduz em imagem, ainda mais quando se pode ver a algema, equipamento utilizado pelas polícias. A legenda deixa claro que se trata de uma prostituta, dando inclusive seu nome de batalha, entre aspas, e que ela está em uma delegacia policial (“DP”, abreviatura conhecida). A diagramação, para completar, joga o leitor do título para a imagem, e vice-versa, por vários motivos: estão ambos no alto de páginas contíguas, o título está em letras muito grandes, e ainda em negrito e caixa alta, e a foto atrai o olhar pelo tamanho e dramaticidade; título e imagem, claramente, dialogam;

- na mesma página par, a reprodução da legislação, intitulada “Código Penal”, oferece ao destinatário a possibilidade de conhecer, se não conhece, de refletir sobre a lei, de discuti-la;

- não há, tanto na capa como nas duas páginas da reportagem, indicação de preconceito, estereótipo ou discriminação em relação às prostitutas e à prostituição, assim como aos objetos alvo de foco – lei e polícia –, mas crítica, neste caso;

- são convocadas diversas vozes para dar credibilidade à posição do emissor e a suas críticas: ativista do movimento de prostitutas, juiz do trabalho, advogado penalista, que tratam da importância e da repercussão do tema para os direitos humanos da categoria e sugerem soluções. Não estão, de fato, presentes vozes que contestam a posição do emissor.

Esta análise poderia ir muito além, tratando de diversas outras questões, inclusive no texto da reportagem, propriamente. Mas acredito já ter sido capaz de demonstrar a intenção do veículo e da



reportagem de produzir novos sentidos, ressignificar imagens e palavras, lutar pela construção/reconstrução de identidades e, principalmente, de criar “espaços de luta pelo poder simbólico, o maior poder de todos, o poder de fazer ver e fazer crer”.

### 3.2 AS PROSTITUTAS E O CONCEITO AMPLIADO DE SAÚDE

Outro tema que frequenta as páginas do **Beijo da rua**, e que é essencial nesta monografia, é o da saúde-doença. A edição inaugural já trazia nota sobre o projeto “Prevenção e Informação sobre DST-AIDS para as Prostitutas do Mangue” (de fato, da Vila Mimosa), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca), que incluía estudo de prevalência de sífilis, hepatite, doença de Chagas e Aids (dez. 1988, p.7). Os resultados parciais foram divulgados, “com exclusividade”, no número seguinte do jornal (ROCHA, 1989, p.11).

Nesta matéria, divulgam-se dados sócio-econômicos levantados pela pesquisa, comportamentos, atitudes e práticas das prostitutas relacionados à saúde, incluindo acesso a serviços, aborda-se o “potencial” das meretrizes na prevenção da Aids junto a clientes (já no título), mas não há referência aos resultados do estudo de prevalência, embora exista a informação de que a coleta de sangue já havia sido feita, em dezembro de 1988.

O resultado do estudo de prevalência, de fato, não tinha chegado ao conhecimento dos ativistas e jornalistas do veículo comunitário. É muito razoável supor, contudo, que não seria publicado, exceto se a prevalência fosse muito baixa ou desprezível, uma vez que o movimento organizado buscava construir novos sentidos e representações, e reiterar a associação histórica das prostitutas com a transmissão de doenças venéreas, e especialmente a Aids, que naquele momento era considerada uma doença de “grupos de risco”, corresponderia a dar mais fôlego ao estigma, o exato

oposto do que se pretendia.<sup>8</sup>

Ao contrário, a reportagem afirma que a pesquisa, aliada a práticas como exames preventivos (87,65% das pesquisadas já os haviam feito) e ao “papel de confidente e terapeuta exercido muitas vezes por elas junto aos seus clientes, indica que as prostitutas poderiam atuar como educadoras e multiplicadoras de informações sobre as DST-AIDS, ao invés de serem vistas unicamente como **possíveis transmissoras** do vírus” (grifo meu).

O **Beijo**, além disso, encerra a matéria com remissão a outra página, a 12, onde está publicada uma carta, reproduzida do jornal suíço **Mot de Passe**, em que prostitutas do movimento local se dirigem aos “Queridos clientes” com uma série de argumentos sedutores sobre o uso da camisinha.

Assim, pode-se ver nesse contexto, como dito: a intenção de afastar a culpabilização (ou responsabilização) do indivíduo prostituta e do grupo prostitutas como transmissoras potenciais do HIV e de doenças venéreas em geral (CASTIEL e ÁLVAREZ-DARDET, 2007); ao mesmo tempo, a responsabilização pela promoção da saúde (de si e do outro), assumindo uma política de mudança de comportamento originária do próprio discurso da saúde persecutória; e, finalmente, a adoção de um modelo de comunicação aplicado à saúde conhecido como comunicação em duas etapas – consolidado por Lazarsfeld e Elihu Katz em 1955 –, na qual um mediador se encarrega de fazer a ponte entre a fonte e o destino da mensagem, como “um ‘tradutor’ autorizado do conhecimento científico para códigos mais facilmente reconhecíveis” (ARAÚJO, I.S.; CARDOSO, J. M., 2007, p.52-54).

Esse modelo, aliás, foi amplamente incorporado não só pelo movimento de prostitutas, como pelo movimento de luta contra a Aids e por diversos outros, gerando os conhecidos multiplicadores

---

<sup>8</sup> Anos depois, num estudo que incluiu a prevalência de HIV entre prostitutas, patrocinado pelo governo federal, a divulgação dos resultados seria negociada pelo movimento, para serem apresentados num quadro comparativo com outros países, além de se dar destaque a achados qualitativos da pesquisa. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Programa Nacional de DST e Aids. **Avaliação da efetividade das ações de prevenção dirigidas às profissionais do sexo, em três regiões brasileiras**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Resumo em **Beijo da rua**, abril 2002, p.7-10. Disponível em: <http://www.bejodarua.com.br/materia.asp?edicao=1&coluna=6&num=0>. Acesso em: 28/1/2010.

de informação (seja de saúde, educação ou outra área). A metodologia empregada é a do contato (ou intervenção) face-a-face, associada ao conceito de educação pelos pares (*peer education*).<sup>9</sup>

Já vimos que o fator que mais contribuiu para a primeira revolta organizada de prostitutas, em São Paulo, e para o nascimento do movimento organizado, no Rio, foi a repressão do Estado, expressa na violência e nas arbitrariedades policiais. Mas se em 1979 a Aids ainda não era uma realidade (os primeiros casos, de 1977 e 1978, só seriam classificados como tal em 1982), no ano do I Encontro, 1987, o HIV já havia sido isolado, o Brasil tinha mais de 2.000 casos notificados e homossexuais masculinos e usuários de drogas injetáveis, sobretudo, mas também prostitutas, ainda sofriam as consequências da concepção de grupos de risco.<sup>10</sup>

A própria imprensa, como vimos, já registra a revolta das prostitutas com a associação do vírus HIV a elas – embora não fosse novidade serem culpabilizadas por doenças sexualmente transmissíveis, tratava-se agora de uma doença que levava rapidamente à morte, ainda distante de mapeamento científico mais apurado e que a própria ciência admitia, como ainda admite, não ter cura. Portanto, pode-se afirmar que, mesmo não sendo fator preponderante para a organização das prostitutas, a Aids já era um tema considerado por elas, como o será, nos anos seguintes, de forma crescente. No segundo evento do movimento organizado, em dezembro de 1988, no Recife, o tema da Aids volta a aparecer em diversos jornais comerciais, ainda que, novamente, com menor destaque que violência (DAVIDA, op. cit.).

Já na cobertura deste I Encontro Norte e Nordeste de Prostitutas publicada na edição de abril-maio de 1989 pelo **Beijo da rua**, o debate sobre saúde se revela bem mais amplo, tendendo mesmo para um conceito ampliado do tema, que será tratado mais adiante. Veja o lide da matéria “Falando de Saúde”:

---

<sup>9</sup> A educação pelos pares, no campo da prevenção de Aids, “consiste em capacitar técnica e pedagogicamente lideranças locais, oriundas e legitimadas pela própria comunidade, que passam a ser responsáveis por difundir informações sobre a infecção pelo HIV, a aids e outras DST, de forma horizontalizada, entre seus pares sociais, visando diminuir o impacto da epidemia em seu grupo de origem” (BRASIL, 2002, p.118).

<sup>10</sup> Só em 1986, ano da criação do Programa Nacional de DST e Aids, com a quantidade crescente de casos de Aids notificados em mulheres, a concepção de grupos de risco começa a ser alterada no país. (BRASIL, 2002, p.57).

No painel sobre saúde pouco se falou de doenças, remédios ou médicos. Por outro lado, foram comuns os depoimentos acerca de boas ou más condições de vida, material e existencial: casa, comida, dinheiro, preconceitos, filhos, violência, amor, prazer – este, por sinal, ao contrário do que muitos ainda pensam, um tema muito valorizado pelas prostitutas. “Saúde é amar alguém. Uma relação sexual livre, consciente, faz bem pro seu ego, pra sua saúde”, disse uma delas (LENZ; LEMOS, 1989, p.6).

Outra participante afirma: “Acho que a questão da saúde também tá ligada à parte econômica do país. Um bom salário lhe permite ter uma boa saúde, através de uma boa alimentação [...]. Também o ambiente em que você vive é muito importante” (p. 6). E mais uma: “Lá em Gravatá, João Pessoa, muitas mulheres vivem com lama na porta, pisando na água suja, e nem têm dinheiro. Isso é saúde? Não” (idem). Duas outras abordam o estigma como marca da “própria desgraça”, conforme Goffman (apud BRASIL, 2002, p.41), no sentido de facilitar a doença e criar vulnerabilidades para a saúde. “As pessoas sempre nos menosprezam. Isso é o que causa a doença. A rejeição é uma doença que a gente não vê, só sente”. “... eu não pude ficar em hospital público quando estava grávida. Sabe por quê? Porque o atendente me disse: ‘Você é *dali...*’” (LENZ; LEMOS, 1989, p.6).

No artigo “Abordagens contemporâneas do conceito de saúde”, Batistella (2007) analisa três formulações da questão: a saúde como ausência de doença (base do modelo biomédico); como bem-estar social (por subjetivo, criando riscos de medicalização do desviante); e como um valor social, este o conceito ampliado de saúde adotado na VIII CNS. Vamos nos deter neste e ainda, embora brevemente, em reflexões críticas e complexas a ele, também apresentadas pelo autor, a fim de situar alguns dos comentários das mulheres relacionados acima. Começemos relembrando o enunciado da VII CNS:

Em sentido amplo, a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. Sendo assim, é principalmente resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida. (BRASIL, apud BATISTELLA, 2007, p.64)

Batistella lembra que este conceito foi forjado durante o processo de redemocratização do país, refletindo “a força do movimento sanitário na luta pela ampliação dos direitos sociais” e procurando “resgatar a importância das dimensões econômica, social e política na produção da saúde e da doença nas coletividades”. E mais: “O maior mérito desta concepção reside justamente na explicitação dos determinantes sociais da saúde e da doença, muitas vezes negligenciados nas concepções que privilegiam a abordagem individual e subindividual”. (BATISTELLA, 2007, p.64).

Há no entanto, prossegue, ressalvas a esta concepção, embora sem desmerecer sua importância histórica. Entre elas a de que a base sócio-econômica seria a “única dimensão considerada como determinante absoluta”. (CAPONI apud BATISTELLA, 2007, p.65) Dessa forma, devido à sua amplitude, “correria o risco de ver medicalizados todos os âmbitos da existência (trabalho, alimentação, tempo livre, transporte etc)”. (BATISTELLA, 2007, p.65.)

Sem nos aprofundarmos em demasiado na discussão, o autor apresenta outras contribuições, em especial de Sabroza (apud BATISTELLA, 2007, p.75): “Há uma nítida valorização dos aspectos socioeconômicos na produção da saúde e da doença, no entanto, não são deixados de lado os aspectos relativos ao nível individual”.

Vários elementos são introduzidos na discussão, incluindo referências a novas estratificações sociais, como “os incluídos (porém vulneráveis) e os excluídos” (p.75), que seriam inerentes ao capitalismo. O debate trata, em seguida, das formas de operacionalizar um conceito ampliado de saúde, destacando-se o conceito e as práticas de promoção da saúde. . Entre elas, a necessidade de diagnósticos participativos e interdisciplinares das condições de vida e da situação de saúde da população e o apoderamento de sujeitos e comunidades,<sup>11</sup> no sentido de favorecer o “‘encontro de horizontes’ entre a população e os serviços de saúde” (p.83).

---

<sup>11</sup> Araújo e Cardoso discutem a utilização do anglicismo “empoderamento”, de “*empowerment*”, defendendo o termo “apoderamento” no âmbito da comunicação. Para elas, “as pessoas adquirem poder quando elas tomam posse, se apropriam, se apoderam: de meios de produção, de canais de circulação, dos conteúdos circulantes, de informações, de processos, de políticas, enfim” (ARAÚJO; CARDOSO apud \_\_\_\_\_, 2007, p.78). Ademais, trata-se de palavra substantiva de nossa língua, derivada do verbo apoderar, dicionarizada em sentido semelhante ao utilizado pelas autoras. Adoto assim, daqui em diante, a mesma posição – à parte citações.

Importa sobretudo, aqui, voltando às declarações sobre saúde daquelas mulheres prostitutas no distante dezembro de 1988, mesmo ano do estabelecimento do SUS, sublinhar como estão presentes tanto as dimensões econômica, social e política (salário, alimentação, ambiente) quanto a dimensão individual, no nível da “representação (mediada por valores culturais)” (p. 73), conforme expressada no menosprezo, na rejeição, no “você é dali”.

### 3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E TERCEIRO SETOR: PARCERIA E AUTONOMIA

Vamos nos aprofundar, agora, nas políticas públicas dirigidas a prostitutas, que entraram em cena vinculadas à Aids, por sua vez tornada pauta do movimento em 1989, no seu segundo encontro nacional. Para introduzir o tema, trataremos de concepções relativas a sociedade civil, Terceiro Setor, movimentos sociais, ONG e às próprias políticas públicas.

De acordo com Schmidt (2006, p.4), sociedade civil, para Gramsci, é “a esfera social composta por organizações privadas, associações e instituições de natureza econômica e política (empresas, escolas, igrejas, sindicatos etc.), caracterizada ainda pela produção espontânea de ideias, pactos e acordos capazes de consolidar ou contestar o poder exercido pelos grupos que dominam o Estado”.

Detalhando um pouco mais o percurso histórico:

A sociedade civil era vista pelos filósofos iluministas como sinônimo de sociedade política, em oposição à sociedade ou ao estado da natureza. A partir de Hegel, a sociedade civil se opõe ao Estado, englobando o mercado. Nos últimos anos (...) vem sendo entendida com uma terceira esfera entre o Estado e o mercado – este constituído pelas empresas e os consumidores (BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999, p.19).

Os mesmos autores afirmam que “é importante ver a sociedade civil como a sociedade organizada e ponderada de acordo com o poder que detenham os diversos grupos e indivíduos” (idem), razão pela qual é comum complementar a expressão com “organizada”.

Para eles, a sociedade civil é formada por “indivíduos com poder derivado de sua riqueza, de seu conhecimento ou de sua capacidade organizadora, por organizações corporativas, e por

entidades públicas não-estatais, do terceiro setor...” (ibidem, p.20).

Ainda segundo Bresser-Pereira e Grau, referindo-se à Cohen/Arato, esta “formulação já clássica” (...) permite considerar que o “coração institucional da sociedade civil” é constituído por “‘associações voluntárias’ ou os ‘movimentos sociais’” e que “os direitos são vistos como o princípio organizador de uma sociedade civil moderna” (idem ibidem).

Para efeito deste trabalho, vamos utilizar sobretudo a expressão Terceiro Setor, que, embora por vezes possa ser ligeiramente diferenciada de sociedade civil, também é utilizada em sentido semelhante, como se pode ver em Barbosa (2006, p.174), para quem “suas atividades distinguem-se claramente das do Primeiro Setor – governo –, responsável pelas tarefas peculiares à esfera pública, e do Segundo Setor – mercado –, representado por atividades com fins lucrativos”.

Surgido nos anos de 1960, de acordo com “os vários estudos outrora empreendidos e a própria historiografia”, o Terceiro Setor adquiriu “maior relevância político-social, sobretudo na América Latina (...), como **temática** na década de 90” (idem, p.173, grifo meu).

Segundo o estudo pioneiro no Brasil de Fernandes, citado por Barbosa (ibidem, p.174), o Terceiro Setor “compõe-se por organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, em âmbito não-governamental”. Os primeiros “registros históricos” datam “as origens das ONGs no Brasil na década de 60, [embora] sua “visibilidade política” viesse a se expressar nos anos 70, “momento de articulação de múltiplos atores da sociedade civil em prol da luta por um espaço público democrático e pelo pleno exercício da cidadania” (BARBOSA, 2006, p.173-175).

Cidadania que, no trabalho citado de Fernandes (apud BARBOSA, 2006, p.174), é de fato elemento distintivo de entidades que “dão continuidade às práticas tradicionais de caridade, de filantropia e mecenato, dando expansão ao seu sentido graças ao conceito de cidadania por elas incorporado e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil”.

Vamos neste trabalho privilegiar os atores ONG e movimentos sociais na análise do Terceiro

Setor, sem deixar de referenciar outros atores sociais. Para isso, é necessário recorrer a uma visão mais ampla das transformações do Estado, incluindo posições antagônicas sobre as relações entre este e o Terceiro Setor.

Nos anos de 1970, entrou em crise o Estado Social – o Estado de Bem-Estar Social, nos países em desenvolvimento, o Estado Desenvolvimentista nos países em desenvolvimento, e o Estado Comunista. Voltado a “garantir os direitos sociais e promover o desenvolvimento econômico” por meio da burocracia – execução direta “dessas funções sociais econômicas através da utilização de servidores públicos” –, o Estado Social-Burocrático (como definido nesta análise de BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999, p.16) se fez dominado tanto pelo corporativismo quanto pelos problemas do burocratismo, tornando-se “ineficiente e capturado por interesses particulares” (idem).

Essa crise, cujo maior sintoma foi a desaceleração das taxas de crescimento nos países desenvolvidos, foi acirrada pelo processo de globalização, ao “aumentar a competitividade internacional e reduzir a capacidade dos Estados nacionais de proteger suas empresas e seus trabalhadores” (ibidem, p.15). O resultado foi “um generalizado processo de concentração de renda e um aumento da violência sem precedentes”, mas também o incentivo à “inovação social na resolução dos problemas coletivos e na própria reforma do Estado” (idem ibidem).

Uma dessas inovações “se vincula com a importância que crescentemente adquirem as formas de propriedade e de controle social públicos não-estatais...” (p.16), especialmente quando, em consequência de todo esse panorama, nasce o Estado Neoliberal, com a pretensão de ser mínimo e de abdicar das responsabilidades sociais (foi a um Estado Liberal também em crise que se contrapôs o Social, para garantir o “processo de acumulação de capitais aos países de industrialização” e a proteção daqueles direitos sociais (idem).

Abre-se dessa forma, segundo a dupla de autores citada, a oportunidade de uma mudança no perfil do Estado para:



... um Estado Social-Liberal, que por sua vez proteja os direitos sociais ao financiar organizações públicas não-estatais que defendem direitos ou prestam serviços de educação, saúde, cultura, assistência social, e seja mais eficiente ao introduzir a competição e a flexibilidade na provisão desses serviços [e que], além de social e liberal seja mais democrático, pelo fato de que suas atividades sejam diretamente submetidas ao controle social (p.17).

E aqui registramos “dois vieses analíticos, porém de caráter antagônico”, relativos ao Terceiro Setor: um em que ele “surge como alternativa viável à ineficiência estatal no trato da questão social”; e outro em que ele “emerge do projeto político neoliberal que prima pelo esvaziamento da dimensão pública do Estado” (BARBOSA, 2006, p.173).

De acordo com a visão crítica de Barbosa, o Terceiro Setor “encontra-se indiretamente vinculado à lógica do capital, do lucro privado e do próprio poder estatal, [porque se torna] prisioneiro do pensamento neoliberal, uma vez que traz para si a responsabilidade com a questão social” (p.184). Ela alerta para o “risco da privatização dos serviços públicos” (p.184) e faz distinção entre parceria e autonomia. A primeira contribuiria para que o “Estado se exima de seu papel como gestor das políticas públicas”, enquanto a autonomia seria debilitada porque “ainda existem restrições em face da forma de atuação de algumas ONGs no campo político” (p.179) .

Por fim, ela compreende “sociedade civil”

como espaço de articulação, organização e representação dos diferentes valores, ideologias, culturas e interesses dos grupos sociais. Aqui consolidam-se projetos hegemônicos, de fortalecimento dos espaços públicos, sobretudo nos diálogos empreendidos entre Estado e sociedade civil (p.185).

Enquanto o risco da parceria, ou de trazer para si “a responsabilidade com a questão social”, pode ser visto sob outro prisma, a questão da autonomia é de fato relevante, e ambas se interligam. Embora seja papel do Estado garantir direitos, necessariamente ele não tomará a iniciativa de propor debate ou ações em torno de temas que percebe como distantes de um mínimo consenso social ou que não estejam sendo visibilizados por algum grupo social. Este é o caso, dentre outros, como a afirmação da identidade homossexual, da iniciativa das prostitutas de se auto-organizarem, diante de prejuízos pessoais e coletivos (prostituição como instituição) causados a elas, como a

violação de direitos, o silêncio ou a palavra discriminatória e estigmatizante.

Por que motivo o Estado, ou um governo específico (se descartamos crises, conflitos, revoltas), tomaria a iniciativa de contribuir para a organização autônoma de um determinado grupo social, sequer formalmente reconhecido como tal, que busca sobretudo confrontar e mudar as representações da sociedade sobre ele?

Um Estado, como já ocorreu na França medieval, e mesmo antes, poderia regulamentar a prostituição, ou debater este projeto, conforme verificamos no capítulo anterior ter ocorrido no Brasil, a partir de uma concepção biomédica da mulher. Poderia fazê-lo para conter conflitos, ou mesmo, como também foi observado anteriormente, com Foucault, para dar um lugar às sexualidades insubmissas.

Nesse sentido, os

movimentos [sociais] têm lutado por igualdade de direitos, através de uma ação coletiva baseada na solidariedade e justiça social. Associados **ou não** ao governo, representam uma forma de organização da sociedade civil, ampliando-a no interior das próprias regras do poder político (COONH, 2003). São representantes de determinados grupos sociais e se caracterizam pela espontaneidade e senso de justiça ao mesmo tempo em que possuem independência em relação às elites no poder (CARDOSO, 1983; TOURRAINE, 1983). A legitimidade é alcançada por estarem constantemente associados à busca de melhorias sociais, dada a alta carência dos recursos mais básicos de grande parcela da população (carentes, excluídos, discriminados) (SCHMIDT, 2006, p.9-10, grifo meu).

Os movimentos sociais, assim, “articulam-se em torno de identidades conferidas por necessidades e ideais compartilhados”, ou “articulam definições de identidades coletivas”, (idem, p.10), enquanto “o valor das ONGs deriva do que fazem e não do que representam” (FERNANDES apud SCHMIDT, ibidem). Dessa forma, poderíamos considerar que movimentos sociais representam e ONG atuam, do que trataremos em breve.

O ponto que pretendemos introduzir, no sentido de uma segunda visão sobre a questão das responsabilidades, é que os movimentos sociais também provocam o Estado a assumir a “responsabilidade com a questão social”, ou ao menos percebê-la e, no mínimo, atuar na busca de soluções ou redução de prejuízos.

Em uma classificação de questões que “ascendem à categoria problema na agenda pública”, Schmidt trata das “demandas advindas da sociedade” e daquelas que se originam no próprio governo, ou em sua base de apoio. No primeiro caso, elas são categorizadas em “tipos principais de *inputs*”. Estes seriam as “novas demandas (...), advindas do surgimento na cena política de novos atores ou antigos atores que agora ganham peso para pressionar o poder político, mas também por novos problemas ou antigas questões que agora ganham peso, como a questão ambiental”; e as “demandas recorrentes, que estão sempre voltando à cena pública (por não serem resolvidas ou por serem mal resolvidas)”. Também podem se transformar em problemas na agenda pública crises ou calamidades e a utilização indevida da máquina pública para beneficiar membros do governo ou trazer ganhos políticos, econômicos e outros (SCHMIDT, 2006, p.14-15).

Proponho acrescentar a esses *inputs* as demandas indiretas, ou latentes, em que não há provocação formal, mas um discurso que se apresenta, ou aqueles micropoderes que “sintetizam e põem em circulação as *vontades de verdade* de parcelas da sociedade, em um certo momento de sua história” (GREGOLIM, op.cit., grifos da autora).

Uma situação que será citada adiante em outro contexto pode exemplificar tal demanda indireta. Em 1988, ano seguinte ao do I Encontro Nacional de Prostitutas e mesmo ano em que uma representante da Rede Brasileira de Prostitutas participou de evento promovido pelo Grupo de Apoio à Prevenção à Aids de São Paulo (Gapa-SP), essa mesma liderança foi surpreendida por um convite da Organização Pan-Americana de Saúde para participar de uma teleconferência sobre Aids no Rio de Janeiro.

Isso ocorreu por meio de “uma ligação de Nova York, de uma pessoa da Opas falando em espanhol”, lembra Gabriela Leite, 23 anos depois. Sem qualquer contato prévio com essa organização, mas com presença constante em eventos da sociedade civil e na mídia, ela atribui o convite a “andanças que eu já tinha começado a fazer, indicações de ativistas da Aids, talvez Herbert Daniel, nada a ver com o governo, com certeza”. Uma situação que poderia ser

interpretada, conforme propus, como resultado de uma demanda indireta, ou latente, que se dá por meio da circulação dos discursos num determinado momento histórico, sem que haja uma explícita e formal demanda.

Foi inclusive na teleconferência que Gabriela Leite conheceu Lair Guerra de Macedo, então dirigente da Coordenação Nacional de DST/Aids, nascendo daí as futuras parcerias com o Estado brasileiro. Seja como for, por qual tipo de demanda, são enfim essas parcerias, que apresentam riscos à autonomia dos movimentos, sem dúvida, que se constituirão “espaço de articulação, organização e representação dos diferentes valores, ideologias, culturas e interesses dos grupos sociais” (BARBOSA, op.cit.).

É nesse campo que nasceram as políticas públicas, num processo “permeado por questões políticas que transcendem as questões puramente técnicas presentes no ciclo: “demanda→ agenda→ formulação→ decisão→ implementação→ avaliação” (SCHMIDT, 2006, p.16). No embate político que atravessa o processo, necessariamente não tão seqüencial, “nem todas as alternativas [de formulação serão] novas, pois muitos movimentos sociais já apresentam planos para a resolução de seus próprios problemas”. Pode haver também “a aplicação de modelos já utilizados...” (idem, p.15) e “arranjos institucionais supra-nacionais [em que] agências internacionais buscam acompanhar e intervir sobre o ambiente político, sendo sua estratégia prioritária a oferta e difusão de ideias” (GERSCHMAN; SANTOS, 2006, p.179, em referência MATTOS, 2000; MISOCKSKY, 2003).

Já a implementação “poderá alterar o desenho, o foco, e/ou os objetivos do programa”, conforme as características e a forma como os implementadores entendem a política (SCHMIDT, op.cit., p.16).<sup>12</sup> As decisões tomadas, que representam apenas “as intenções de solucionar os

---

<sup>12</sup> Lipsky (apud Schmidt, 2006, p.17) denomina os implementadores governamentais de políticas públicas como *Street Level Bureaucrats*, ou trabalhadores do nível da rua, que estão em contato direto com os cidadãos (professores, médicos, enfermeiros, policiais e outros). No caso de programas executados na ponta por ativistas do movimento social, como os de prevenção de Aids entre pares, também se desenvolvem técnicas e conceitos não previstos no desenho original da política pública, inclusive devido a situações excepcionais ou críticas.

problemas (...), poderão ser expressas em determinações legais: resoluções, decretos, princípios constitucionais, lei etc”. (idem).

Recupero aqui a distinção entre movimentos sociais e ONG, os primeiros representando e a segunda, atuando. Pois mesmo que, como ocorre na maior parte dos casos, ativistas negociadores de políticas públicas sejam integrantes de instituições, como ONG, eles freqüentam os espaços de articulação na condição de representantes do grupo social, desde, certamente, que legitimados por este e pelos interlocutores.

Visam assim à política pública no sentido mais amplo, embora ainda possam, como integrantes que também são de uma ONG que implementará a política (se for este o caso), apontar questões, possibilidades e impossibilidades na execução. Sendo conhecedores de seu grupo social e de políticas públicas, saberão que, de acordo com características de distintas organizações e ativistas, regiões e outros elementos, as estratégias de ação serão, além de autônomas, diferentes. Poderão inclusive compartilhar tais questões com representantes do Estado e incentivar a presença de outros interlocutores da sociedade civil nos espaços de articulação, seja para o debate das formulações ou da implementação.

Adentremos agora as organizações não-governamentais como um dos atores do Terceiro Setor. O termo ONG surgiu em documento das Nações Unidas (ONU) de 1945, para designar um “universo amplo de entidades que se auto-reconhecem como distintas do Estado e das instâncias governamentais e que recebem ajuda para a execução de projetos voltados para o interesse de grupos ou comunidades” (BARBOSA, 2006, p.174).

Esse tipo de organização – que mais do que defender “interesses”, como as organizações corporativas (também sem fins lucrativos), defende direitos – discorda inclusive, como aponta BARBOSA (idem), de sua inclusão num Terceiro Setor que se compõe ainda de entidades oriundas

da iniciativa privada.<sup>13</sup>

Bresser-Pereira e Grau, aliás, distinguem quatro “esferas ou formas de propriedade relevantes no capitalismo contemporâneo”: pública estatal, **pública não estatal** (expressão que preferem a Terceiro Setor, que consideram limitar-se “ao não-estatal enquanto produção, não incluindo o não-estatal enquanto controle”), **corporativa** e privada (1999, p.16-17, grifos meus). Assim, reforçam a diferença marcada pelas ONG. enquanto identidade social em relação às instituições originadas na iniciativa privada.<sup>14</sup>

Importante salientar que, para os dois autores, o setor público não-estatal engloba “organizações ou formas de controle ‘públicas’ porque estão voltadas ao interesse geral; são ‘não-estatais’ porque não fazem parte do aparato do Estado...” E Terceiro Setor “se limita ao não-estatal enquanto produção, não incluindo o não-estatal enquanto controle” (idem, p.16)

O debate, como vimos até aqui, é amplo, conta com diversas definições, conceitos, posições e contraposições, indicação de funções e papéis e fixação de abrangências para sociedade civil, Terceiro Setor, movimentos sociais, ONG e outros, além de nomenclaturas distintas. Como bem apontam Bresser-Pereira e Grau para o que seria a base desse vasto e complexo campo, “a sociedade civil é, de fato, um conceito político, já que envolve poder” (ibidem, p.19).

A seguir, vou reunir as principais características que, baseado em minha experiência de 27 anos atuando dentro e próximo de diversas ONG, e apoiado pelos estudiosos referenciados ao longo desta seção, considero melhor expressarem o campo a partir do qual elas conquistam poder simbólico e produzem, fazem circular e buscam a apropriação dos sentidos sociais:

---

<sup>13</sup> A fundação em 1991 da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (Abong) demonstra, dentre outras, a intenção de se formalizar uma identidade social específica das ONG, distinta das organizações corporativas. Ela “congrega organizações que lutam contra todas as formas de discriminação, de desigualdades, pela construção de modos sustentáveis de vida e pela radicalização da democracia”, além de ter “sua origem em organizações com perfil político caracterizado pela resistência ao autoritarismo, consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais (...), a universalização e construção de novos direitos e a consolidação de espaços democráticos de poder”. Disponível em: [http://www.abong.org.br/quem\\_somos.php](http://www.abong.org.br/quem_somos.php). Acesso em: 6/4/2011.

<sup>14</sup> Apesar dessas distinções, os autores afirmam que sociedade civil é “formada por indivíduos com poder derivado de sua riqueza, de seu conhecimento ou de capacidade organizadora, por organizações corporativas, e por entidades públicas não-estatais, **do terceiro setor**, que são as focalizadas neste trabalho” (BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999, p.19-20, grifo meu).

a) defendem direitos e não interesses. Estes últimos estariam associados às organizações corporativas, ao representar interesses particulares ou setoriais “que – por seu poder econômico e social – já dispõem de meios de influência sobre o aparato do Estado” (idem ibidem, p.26). Por outro lado, a defesa de direitos é originada de convicções de grupos social ou culturalmente marginalizados que estão “em desvantagem no processo político” (BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999, p.27), têm “necessidades distintas [ou críticas] que só podem [eventualmente] ser atendidas por políticas diferenciadas” (idem) e buscam canais de expressão para se fazer representar;

b) buscam a auto-organização, a auto-determinação, a auto-estima (ou auto-valorização) e o apoderamento dos grupos marginalizados (ou populações mais vulneráveis). E aqui se deve distinguir entre organizações cujos líderes, ao menos, são parte desses grupos (alguns se referem a elas como organizações de base ou comunitárias) e aquelas ONG que, lideradas por não-pertencentes a essas populações, atuam junto a elas, com elas ou para elas.<sup>15</sup> É provável que as primeiras estejam em melhor posição para serem caracterizadas como o foram neste item;

c) pretendem atuar na formulação, implementação e/ou controle de políticas públicas. Enquanto as organizações corporativas têm possibilidades mais amplas de influir nesse processo, o desafio, para os grupos marginalizados, é dispor de “meios eficazes e estáveis para influir sobre os assuntos públicos”, para além “dos instrumentos da democracia direta – referendo, revogação e iniciativa popular” (idem, p.26); e indireta – eleição de representantes políticos –, uma vez que também contam com maiores dificuldades para eleger representantes ou sensibilizar eleitores e eleitos para a sua causa;

d) buscam doações e são dependentes delas, e costumam ter em seus quadros voluntários, sejam ativistas e/ou simpatizantes. Enquanto organizações corporativas contam com recursos privados, e mesmo entidades sindicais têm verbas asseguradas em lei, ONG e movimentos sociais que defendem direitos não dispõem de recursos “naturais”. Assim, necessitam negociar verbas públicas

---

<sup>15</sup> A este respeito, veja RUFINO, Joel. **Épuras do social**: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres. São Paulo: Global, 2004

e/ou privadas, nacionais e/ou internacionais, normalmente mediante a apresentação de projetos, que devem estar adequados ao perfil do financiador e ser submetidos ao seu monitoramento, avaliação e controle. Um problema adicional é que tais doações a projetos financiam ações e, dificilmente, infraestrutura (a maior dependência de verbas públicas domésticas a partir dos anos 90 – quando a cooperação internacional passou a privilegiar os países africanos e da Europa do Leste em detrimento da América Latina – acirrou este fator). Por isso, a locação ou aquisição e a manutenção de espaços cotidianos de trabalho, com seus gastos fixos, surge como um desafio a mais (cessão de imóveis públicos em comodato tem se apresentado como alternativa);

e) têm a expectativa de – e também se espera delas – serem inovadoras e empreendedoras. Isso decorre da origem comunitária, ou pelo menos próxima da comunidade, onde convivem com as dificuldades e/ou restrições de direitos, podendo por isso, em tese, ter maior facilidade de encontrar soluções ou ao menos pistas para elas. Algumas ONG passaram inclusive a criar negócios sociais (de produtos ou serviços), ou seja, empreendimentos com potencial para gerar recursos para a organização. Importante salientar que uma atuação de tal natureza não impede a organização de se manter atuante no controle social e na defesa e promoção de direitos. Pode o empreendimento, além de gerar recursos, servir de instrumento para chamar a atenção e promover a mobilização social em torno de uma demanda ou causa. Este é o caso, por exemplo, da grife Daspu, marca da ONG Davida.

Para concluir esta parte conceitual e penetrar nos meandros de programas recentes dirigidos a prostitutas, vamos abordar alguns outros aspectos de políticas públicas, incluindo a distinção entre elas e as políticas (públicas) sociais, razões para o sucesso ou fracasso desses programas, além das diferenças entre Estado e Governo.

Políticas públicas, no sentido amplo, podem ser entendidas “como o ‘Estado em ação’ (GOBERT, MULLER, 1978); é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, ações voltadas para setores específicos da sociedade” (HÖFLING, 2001, p.31). As



políticas públicas são “as de *responsabilidade* do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada”. Como o Estado “não pode ser reduzido (...) aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas, [estas) não podem ser reduzidas a políticas estatais” (idem).

Nesse sentido, Estado é um

conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação de governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HÖFLING, 2001, p.31).

Já políticas sociais são “formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social” (idem *ibidem*). De acordo com Höfling, o sociólogo alemão Claus Offe, de tradição marxista, identifica a origem das políticas sociais em um Estado capitalista moderno que precisa “responder” a problemas estruturais do sistema, assegurando “as condições materiais de reprodução da força de trabalho – inclusive visando uma adequação quantitativa entre a força de trabalho ativa e a força de trabalho passiva – e da reprodução da aceitação desta condição” (idem, p34). Ou seja, o Estado atua como regulador, como mediador entre interesses conflitivos, tanto a partir dessas “exigências funcionais” do capitalismo quanto por demandas dos “trabalhadores assalariados organizados” (*ibidem*).

Essas ações, complementa a autora, “não têm o poder – e frequentemente não se propõem a – de alterar as relações estabelecidas na sociedade” (idem, p.39).

Comumente, vale lembrar, políticas sociais são entendidas como as que visam a garantia de direitos sociais (diferentemente das de cunho econômico ou administrativo, por exemplo), como as de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento.

Quanto ao sucesso ou fracasso de uma dada política pública e também de “soluções e padrão

adotados para ações públicas de intervenção”, há interferência de “fatores culturais, [que] historicamente vão construindo processos diferenciados de representações, de aceitação, de rejeição, de incorporação das conquistas sociais por determinada sociedade” (idem *ibidem*).

Podemos agora, compreendendo melhor o que são políticas públicas (das quais trata esta monografia, no contexto da prostituição), políticas sociais, Estado e Governo, adentrar nos processos e espaços de articulação das políticas públicas que aqui nos interessam. Por estarem essencialmente associadas à Aids, este tema só poderá ser tratado tendo em vista as concepções construídas a partir do nascimento e com a evolução da epidemia.

Como já enfocamos, os anos 1980, ao trazerem as primeiras notícias sobre a síndrome de imunodeficiência adquirida, associavam a doença à transmissão sexual entre homossexuais masculinos, provocando preconceito e discriminação social e sexual. Criou-se a concepção de grupos de risco, englobando ainda usuários de drogas injetáveis e prostitutas.

A origem dessa concepção está em duas categorias analíticas distintas, fator de risco e vulnerabilidade. O primeiro se origina da noção de risco, que, em epidemiologia, “é a probabilidade de ocorrência de algum evento indesejado quando da exposição a determinado fator ou circunstância”. (BRASIL, 2003, p.18). Da noção de risco vem o conceito fator de risco, normalmente concebido como atributo individual, seja por condições inerentes, como idade e gênero, seja por fatores comportamentais, como uso de drogas e práticas inseguras, mas também presente no ambiente natural, familiar ou social (idem).

Com a identificação de certos fatores de risco para determinados doenças surgiu o termo “grupos de risco”, entendido como “os grupos nos quais um ou mais fatores de risco estão presentes” (idem).

Esse termo passou a ser largamente utilizado no início da epidemia de Aids, “gerando preconceitos, potencializando a discriminação e a estigmatização de alguns segmentos populacionais” (idem *ibidem*).

Ele foi então superado por outra noção, a de “comportamentos de risco”, devido tanto a políticas públicas ineficientes como à mobilização dos movimentos sociais. A diferença, agora, é que se volta não mais para grupos, mas exclusivamente para indivíduos.

Num momento posterior, evoluiu-se para a concepção de “situação de risco”, com a valorização do contexto “em que acontecia a transmissão e as redes microssociais constituídas pelos atores” (idem). Mas, ao ser considerado o momento da ação em que se dá a exposição, a responsabilização do indivíduo permaneceu como a condição principal.

Foi então que surgiu, proposto por Jonathan Mann e colaboradores, no começo da década e 1990, o conceito de “vulnerabilidade”, que considera o contexto sócio-cultural em que o indivíduo está inserido. Essa distinção é

... muito maior que uma simples mudança de terminologia – ao contrário, ela implica uma mudança radical nos paradigmas científicos que organizaram e orientaram a pesquisa da aids até o momento. Transferindo o foco da investigação do risco, percebido tipicamente em termos de comportamento individual, para a análise da vulnerabilidade, entendida como sendo socialmente estruturada e condicionada, esse trabalho recente abriu caminho para um reposicionamento fundamental dos problemas mais básicos que a pesquisa social de HIV/aids vem enfrentando. Igualmente importante, ao relacionar a análise da vulnerabilidade social ou coletiva com a questão da discriminação e da violação dos direitos humanos mais básicos, ele sugeriu também a possibilidade de uma prática radicalmente transformada da saúde pública em resposta ao HIV/aids – uma mudança do que poderia ser descrito como o gerenciamento técnico (ou tecnocrático) da epidemia para respostas fundamentalmente políticas que virão a ser necessárias se quisermos enfrentar os desafios a longo prazo que ela apresenta para a comunidade global (PARKER apud BRASIL, 2003, p.19)

No que se refere à prostituição, contudo,

muito facilmente cria-se a perigosa armadilha que nos reconduz à trilha do grupo de risco. Através da imagem do sacrifício pela sobrevivência, por um lado vitimiza-se o sujeito, porém, paradoxalmente, por outro lado, mantém-se o seu vínculo com a culpa pela exposição ao risco de infecção em razão de sua intensa atividade sexual” (BRASIL, 2002, p.50).

E, de fato, se o movimento de prostitutas recusou e denunciou a culpabilização coletiva contida na noção de grupo de risco e também reagiu contra a responsabilização individual de “práticas e comportamento de risco”, frequentemente questionou, nas instâncias de controle social e em seus

próprios encontros, os “riscos” do conceito de vulnerabilidade. Trata-se de um debate em andamento, que não anula o grande passo dado pela proposta de Mann.

Tanto que o conceito de vulnerabilidade representou o fortalecimento da presença de temas como Direitos Humanos e organização da categoria em documentos relacionadas ao enfrentamento da Aids entre prostitutas. É o caso de recomendações do Seminário Nacional Aids e Prostituição, em 2002, entre as quais, no eixo Prevenção, consta: “Ampliar a participação de profissionais do sexo na implementação e avaliação de ações e empoderar o movimento, incentivando a **auto-organização**” (BEIJO DA RUA, abril 2002, p.6, grifo meu). Outro eixo foi denominado precisamente “Direitos Humanos”, com a recomendação, entre outras, de “promover a visibilidade social e política desse segmento e a defesa de seus direitos” (idem).

Documentos e eventos posteriores também incluíram tais temáticas relacionadas às prostitutas, como na I Consulta Nacional sobre DST/Aids, Direitos Humanos e Prostituição (BRASIL, 2008b), e no Plano de Enfrentamento da Feminização da Aids, na versão 2009 (BRASIL, 2009).

Já no âmbito da sociedade civil, neste mesmo ano a ONG Davida (2009) publicou o livreto **Direitos Humanos e Prostituição Feminina**, que inclui um levantamento das “Violações de direitos no exercício da prostituição” em 11 cidades. Cada violação explicitada é referida a “Percepções de direitos por parte das prostitutas”. A publicação, que é bilíngue (português-inglês), tem ainda um mapa da “Trajetória do movimento de prostitutas sobreposta ao marco jurídico dos direitos humanos”.

Assim, poderíamos considerar que a construção da autorrepresentação da prostituta como sujeito de direitos parece estar presente também com a contribuição do conceito de vulnerabilidade, na “formação discursiva a que um texto ou uma prática pertencem” (HALL, 1997, p.51).

Nossa visão neste amplo campo é que, no início da epidemia de Aids, a concepção de grupo de risco contribuiu para que o Estado visse como **sua responsabilidade** capitanear ações voltadas para essas populações, especialmente homossexuais e prostitutas, por meio da Coordenação Nacional de

DST e Aids, do Ministério da Saúde. No caso das meretrizes, o crescimento da epidemia entre mulheres na segunda metade da década, conforme veiculado nos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde (BRASIL, 2002, p.57), reforçou essa tendência. Essas iniciativas certamente consideravam, no caso das prostitutas, não só essas mulheres, como seus parceiros comerciais – e indiretamente as parceiras destes – e fixos.

Ocorre que essa situação se apresentava simultaneamente ao nascimento e crescente mobilização dos movimentos sociais, na ordem: homossexuais, ativistas da Aids e prostitutas.

O marco institucional do movimento de luta contra a Aids é a fundação do Grupo de Apoio à Prevenção à Aids de São Paulo, o Gapa-SP, em 1985. Dois anos antes, São Paulo criara o primeiro Programa estadual de DST/Aids do país, impulsionando, em 1986, a criação do Programa Nacional.

Constituindo-se ao longo dos anos na forma de rede, os Gapas promoveram em 1988 um encontro nacional, na capital baiana, para o qual convidaram representante da Rede Brasileira de Prostitutas, como já citado. Iniciava-se uma parceria entre ativistas desses movimentos sociais, fortalecida pelo estigma que, semelhante embora não igual, os afetava.

Fantasia sexual, ao invés de promiscuidade, protagonismo na prevenção, no lugar de responsabilização pela transmissão do HIV, e participação na articulação de políticas públicas, ao invés de aceitação da concepção de grupos de risco, foram os principais temas debatidos (BRASIL, 2002, p.60).

No final do mesmo ano de 1988 – lembramos –, a representante da Rede de Prostitutas no encontro dos Gapas, Gabriela Leite, participou de uma teleconferência da Organização Pan-Americana de Saúde, na qual defendeu aqueles pontos de vista.

No ano seguinte foi criado o Projeto Previna, primeira parceria entre o órgão nacional de DST/Aids e o movimento de prostitutas, que também previa ações de prevenção dirigidas a travestis e michês, homossexuais, presidiários e usuários de drogas (injetáveis). Em meio a acalorados debates com representantes de associações de prostitutas de dois estados, Pará e Rio de Janeiro, de

ONG/Aids e de coordenações estaduais, o projeto, que já estava pronto, passou por mudanças estruturais que incluíram a introdução do princípio do protagonismo na prevenção, por meio da metodologia de educação pelo pares (idem, p.61-62).

A primeira ação foi a elaboração de manuais de prevenção dirigidos a prostitutas, travestis que praticavam o comércio sexual e michês, sob a responsabilidade do Programa Prostituição e Direitos Civis, do Iser.<sup>16</sup> Porém,

Como os materiais empregavam a linguagem e a cultura do público-alvo, a Coordenação Nacional de DST-Aids, em um primeiro momento, não concordou com eles, entendendo que as cartilhas deveriam conter informações e uma linguagem científica e não estarem centradas na cultura e na vida das prostitutas, michês e travestis (ibidem, p.63).

Outra avaliação desse processo explicita que os técnicos da Saúde consideraram que os manuais não aprofundavam “suficientemente determinados assuntos **biomédicos**, como a estrutura do HIV e outros”. E indica mais uma resistência, esta por parte de “algumas organizações não-governamentais”, que viam na parceria com o governo federal o risco de o instituto que assumira formalmente a elaboração dos materiais (Iser) ser “cooptado” (PETERSON, 1989, p.4, grifo meu).

Com isso, a Rede Brasileira de Prostitutas decidiu promover um segundo evento nacional, desta vez para tratar especificamente do tema prostituição e Aids, entre pares e com representantes de ONG/Aids e de governos municipais, estaduais e federal, incluindo a discussão do material elaborado.

O I Encontro Interdisciplinar de Prostituição e Aids, em outubro de 1989, resultou na validação dos manuais, com a sua impressão, treinamentos em diversos estados e o início da distribuição, já em 1990.

Mas, sobretudo, conforme expressa Brasil (2002, p.64), esse encontro e essa primeira parceria governo-prostitutas criaram a base do que viria a ser uma política conjunta e continuada em que “sustentabilidade e descentralização das ações, protagonismo do público-alvo, categorias

---

<sup>16</sup> **Fala, mulher da vida.** Rio de Janeiro: ISER, 1989. **Estrela da noite.** Rio de Janeiro: ISER, 1989. **Rapaz da noite.** Rio de Janeiro: ISER, 1989.

epidemiológicas e, principalmente, a noção de estigma foram discutidos e entendidos como fundamentais para um trabalho realmente sério”.

Aparentemente, surgia ali uma ruptura com o modelo biomédico de saúde, com seu enfoque curativo, centralizador e individualista, baseado na doença, para a adoção de princípios da promoção da saúde, como o “caráter coletivo, de autonomia e co-responsabilidade dos sujeitos” (FREITAS *et al.*, 2009).

Nos anos seguintes, inclusive, o projeto Previna e acordos de empréstimo com o Banco Mundial (BRASIL, 2002, p.61-64) garantiram a manutenção dessas políticas, por meio do apoio a projetos desenvolvidos por associações de prostitutas e ONG/Aids atuando junto a prostitutas.

Podemos aqui, porém, introduzir alguns complicadores críticos, que têm como uma das pistas a avaliação dos técnicos de saúde de que determinados “assuntos biomédicos” não estavam suficientemente aprofundados (vale destacar que o autor do artigo citado, Peterson, era um médico epidemiologista que trabalhava no Programa do Iser). Outro indício é que os manuais foram validados dentro de uma arena política montada, e muito bem, pelo movimento. A terceira e mais importante evidência de que, *heureka* e *hélas*, talvez não se tivesse dado uma ruptura, de fato, com o modelo biomédico e suas representações sobre as prostitutas, é o contexto em que tudo isso se passava: o setor de Saúde, e particularmente o de doenças sexualmente transmissíveis e Aids.

Por isso, vamos investigar, a seguir, o modelo de promoção da saúde em relação às prostitutas e à luz do estigma, avaliando ainda efeitos dispersos e talvez perversos de todo esse contexto e suas práticas sobre o ativismo.

### 3.4 PROMOÇÃO DA SAÚDE, ESTIGMA E ATIVISMO

É da década de 1980 – que no campo da saúde está longe de ser perdida – o lançamento do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Ele procurava romper com a

assistência “restrita, reducionista e centralizadora” destinada às mulheres, “com ações voltadas ao ciclo gravídico-puerperal”, para “permitir o acesso da população aos meios de contracepção” e “integralizar essa assistência, incorporando medidas educativas, preventivas, de promoção, diagnóstico” e outras (FREITAS *et al*, 2009).

Essas iniciativas eram fruto de uma série de fatores, como o movimento da Reforma Sanitária, o movimento feminista e o modelo de promoção da saúde surgido na década de 1970 no Canadá (Conferência de Alma-Ata), conceituado em 1986, na Conferência de Ottawa, “como sendo o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação nesse processo” (idem).

As dificuldades não foram poucas, como a insistente “ênfase na resolução de problemas de ordem reprodutiva” (ibidem), embora doenças sexualmente transmissíveis e câncer de mama e de colo de útero também fossem contemplados.

Bem mais adiante, em 2004, o Ministério da Saúde elaborou o documento da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Princípios e Diretrizes (PNAISM), “enfocando, principalmente, a atenção obstétrica, o planejamento familiar, a atenção ao abortamento inseguro e o combate à violência doméstica e sexual” (idem *ibidem*).

Mas ainda naquele contexto dos 1980-1990, é possível afirmar que as políticas públicas de saúde dirigidas às prostitutas, mesmo centralizadas no órgão federal de combate às DST e Aids, levaram em conta alguns princípios da promoção da saúde, como aqueles definidos na Conferência de Ottawa, além de “estratégias de articulação interssetorial, já que tal conceito pressupõe um forte componente de mobilização social, educação para a saúde e melhoria do grau de informação e consciência sanitária” (BRASIL, 2002, p.107). Ademais,

o envolvimento da população no planejamento e na execução das ações de prevenção e promoção da saúde (...) rompe com a ideia de uma ação externa e interventora em uma certa comunidade, que passa a ser considerada um coletivo responsável e implicado no processo, cujos beneficiários são os seus membros como um todo (idem, p.99).



Note-se, contudo, que na PNAISM não há menção específica às mulheres da vida, mas “às mulheres rurais, com deficiência, negras, indígenas, presidiárias e lésbicas” (FREITAS *et al*, 2009), tendo essas autoras identificado, inclusive, a “exclusão de certos segmentos da sociedade (...), como o das prostitutas (...), que continuam alijados das propostas de atenção à saúde” (idem).

As meretrizes ficaram assim, de fato, circunscritas e um determinado órgão federal, o de DST e Aids, o que contribuiu, em alguma medida, para a manutenção da ideia de transmissoras centrais.

Para aprofundar essa discussão e retomar o questionamento da suposta ruptura mencionada no final da seção anterior, alguns projetos financiados pelo Banco Mundial, por meio de concorrências públicas entre organizações não-governamentais, tornaram-se “extremamente técnicos” e passaram a considerar “a prostituta como objeto de estudo” (BRASIL, 2002, p.65). Além disso:

A Coordenação de DST-Aids, do Ministério da Saúde, se preocupava apenas em avaliar dados quantitativos e financeiros e a sociedade civil, inclusive as associações de prostitutas, em oferecer ao governo dados quantitativos e financeiros confiáveis, sempre pensando no próximo financiamento (idem).

Com isso, houve um “deslocamento da ênfase, antes dada ao ativismo, para a execução de projetos (...) Entramos na fase do público-alvo e nos distanciamos de nós mesmos” (ibidem, p.66). Ou seja, as protagonistas tornam-se público-alvo.

Aí se desenvolve profundamente a armadilha do estigma, além de um tema já tratado aqui, as tensões entre parceria e autonomia e a distância entre formulação e implementação de políticas públicas. Aquelas prostitutas capacitadas como multiplicadoras de informação, educadoras de pares, “passam a não mais se considerar prostitutas e sim agentes de saúde” (ibidem, p.67).

O estigma – do qual todos querem fugir – aparece aí em sua plenitude: as prostitutas deixam de ser companheiras e passam a ser público-alvo do projeto; as monitoras ou agentes de saúde deixam de pertencer a uma categoria profissional e passar a fazer parte de outra. O mais irônico é que nenhuma das duas é reconhecida legalmente, mas a de agente de saúde é reconhecida moralmente, não carrega consigo o forte estigma da prostituição (ibidem, p.67).

O que podemos detectar nesse processo, então, é uma das reações possíveis de uma pessoa

estigmatizada ao seu “defeito”:

O indivíduo estigmatizado pode, também, tentar corrigir a sua condição de maneira indireta, dedicando um grande esforço individual ao domínio de áreas de atividade consideradas, geralmente, como fechadas, por motivos físicos e circunstanciais, a pessoas com o seu defeito. Isso é ilustrado pelo aleijado que aprende ou reaprende a nadar, montar, jogar tênis ou pilotar aviões, ou pelo cego que se torna perito em esqui ou em escalar montanhas (GOFFMAN, 2008, p.19).

Ou seja, de transmissora central de DST e Aids, conforme a ela atribuído, a prostituta assume a identidade social do exato oposto: ela agora está dedicada precisamente a evitar a disseminação da qual era culpada.

A origem dessa segunda posição social (já que não se previa que a prostituta abandonasse a primeira, muito ao contrário, é o fato de ser meretriz que lhe confere a legitimidade e a credibilidade de atuar como agente de prevenção) é a política de educação pelo pares, como já vimos. Mas o sofrimento do estigma e o conforto que lhe dá a nova identidade, ainda mais quando atuando diante das próprias colegas, seu espelho, reforça seu desejo de, ao contrário de par, ser ímpar: “Que não tem par; sem-par; sem igual; único: *Tem um caráter sem jaça. Ímpar*” (AURÉLIO, 1986, p.920, acepção 2).

O contexto desse processo é ainda mais complexo do que parece ser. Pois mesmo se, em 2004, a PNAISM não se referisse às prostitutas, a 12ª Conferência Nacional de Saúde, realizada um ano antes, incluiu a categoria em dois eixos temáticos. Em um deles, o eixo 5, “A organização da atenção à saúde”, no item “Saúde e gênero”, chega mesmo a fazer recomendação expressa ao então PAISM com relação às “profissionais do sexo”:

**55.** Avançar na implementação da Atenção Integral à Saúde da Mulher (Paism) no Brasil, garantindo as suas ações tradicionais, propostas em 1983, incorporando a garantia dos direitos reprodutivos e sexuais e considerando **especificidades**, tais como das mulheres negras, lésbicas, **profissionais do sexo** e indígenas (...) (BRASIL, 2004 p.87, grifos meus).

A outra menção está nas diretrizes gerais do Eixo temático 1: “Direito à Saúde”:

34. Garantir o acesso à informação às mulheres em todos os níveis de atenção sobre os serviços que atendem às suas necessidades de saúde com qualidade e assistência integral, respondendo às **especificidades** de saúde das mulheres negras, indígenas, **profissionais do sexo** e derivadas de sua orientação sexual (idem, p.29, grifos meus).

A PNAISM, portanto, opera o feito de, mesmo com a recomendação expressa da Conferência Nacional de Saúde, desconsiderar as prostitutas, embora não olvidasse outras mulheres.

Vale também atentar para a insistência nas “especificidades” – não relacionadas – das prostitutas, que pelo menos estão acompanhadas de outras mulheres na qualificação. De que especificidades se trata, afinal?

O que se poderia inferir desse processo, sem uma investigação mais aprofundada que confirmasse, ou não, esse pressuposto, é que, diante de uma já antiga e continuada política do Programa de Aids em relação às prostitutas, tivesse havido uma decisão (formal ou não) de se manter a circunscrição das mulheres da vida a esse órgão federal. Que, por seu lado, não se furta a atuar, como já vimos, baseado em alguns princípios gerais da promoção da saúde, inclusive na participação da população, princípio, ademais, do próprio SUS.<sup>17</sup>

Ao assumir a luta contra a Aids como uma das bandeiras de seu movimento, as prostitutas passam a produzir, como examinei, novos – e às vezes contraditórios – sentidos. Se, por um lado, confrontam a representação de serem a ela associadas, buscando colocar-se como atores da prevenção (numa inversão que pode até significar o mesmo), em outro aspecto demonstram a forte presença do estigma de sua profissão, ao tentarem dela se distanciar.

Esses fatores, porém, não impedem o movimento de lograr conquistas, como veremos nesta seção, em que abordaremos os tipos de parcerias no contexto da prevenção da Aids, tratando de alguns de seus resultados.

---

<sup>17</sup> O Departamento de Aids teve, de meados da década de 90 à metade da seguinte, instâncias formais de articulação com populações específicas, dentre elas prostitutas, no Comitê Assessor de Profissionais do Sexo. A partir de 2005, representantes dessas populações foram reunidos na Comissão Nacional de Articulação com Movimentos Sociais (CAMS), criada naquele ano.

No caso do governo federal, particularmente com o atual Departamento Nacional de DST/Aids e Hepatites Virais, as parcerias mais comuns se dão por meio de projetos de prevenção, em que associações de prostitutas, ou ONG/Aids que trabalham com meretrizes, embora não criadas ou dirigidas por elas, são financiadas para elaborar e desenvolver ações, por meio de concorrência pública. Vamos nos limitar, nesta análise, às entidades fundadas e lideradas por prostitutas, que também são organizações não-governamentais.

Nesses projetos, é possível identificar bases comuns, como “a metodologia de educação pelos pares e as intervenções por meio de contatos face a face, com grande ênfase no repasse de informações sobre prevenção das DST e da aids e cuidados com a saúde em geral” (BRASIL, 2002, p. 94). Aliada às informações sobre prevenção, também se deve destacar a distribuição de preservativos a prostitutas e, em menor escala, a clientes, assim como a produção de materiais educativos, na linha de apoio conhecida como IEC (Informação, Educação, Comunicação).

Em boa parte das associações de prostitutas, especialmente as mais engajadas na luta política contra o estigma, também são promovidas oficinas de cidadania e direitos humanos, de caráter local, além de encontros de prostitutas locais e regionais. Para esses encontros, frequentemente são convidados representantes dos Executivos municipais, estaduais e mesmo federal, principalmente do setor Saúde, mas também da área policial, além de integrantes dos poderes Legislativo e do Judiciário e de outros movimentos da sociedade civil, particularmente o da luta contra a Aids.

Outra característica das associações mais politizadas é tratar de direitos civis, violência e organização social, embora, em parte delas, tais temas sejam “trabalhados de forma superficial ou apenas tangenciados” (BRASIL, 2002, p.94.). Um aprofundamento desses temas seria desejável, uma vez que:

Não se pode esquecer que a organização social das profissionais do sexo, mesmo que não seja o objetivo expresso do projeto a ser executado, apresenta-se como estratégia de grande relevância quando se almeja a promoção da saúde, a prevenção das DST e da aids e a proteção dos direitos políticos, civis e sociais (idem, p.108).

Em outro patamar, há os projetos de Rede, que, estes sim, visam contribuir para o apoderamento do movimento de prostitutas em nível nacional. No caso da ONG Davida, proprietária do título **Beijo da rua**, é normalmente nesse tipo de projeto que se inclui financiamento da mídia cidadã.

É inegável, com todos os problemas que possam apresentar – como a já citada “armadilha do estigma” ligada à identidade social agente de saúde versus prostituta, o deslocamento da protagonista para o lugar de objeto de estudo, as tensões entre parceria e autonomia e a ênfase técnica –, que tais projetos contribuem para maior presença e visibilidade (inclusive por meio da mídia) das organizações nas cidades e estados, fortalecendo a interlocução local com instituições do governo. Em alguns estados e cidades, inclusive, prostitutas têm assento em Conselhos de Saúde, instância de controle social do setor. Outro fator positivo aparece no fato de que “os projetos desempenham um papel relevante na inibição de abusos e ações arbitrárias, exercendo a função de interlocutores juntos às instâncias policial e de direitos humanos” (BRASIL, 2003, p.32), e na percepção das meretrizes, apurada pelo mesmo estudo, de que “as associações ajudam a enfrentar problemas como violência policial” (BEIJO DA RUA, abril 2002, p.10).

Outro formato de projeto é o de eventos. Por meio dele, promovem-se encontros nacionais, formalmente executados por uma determinada associação, mas com participação de dezenas de outras ligadas à Rede Brasileira de Prostitutas, seja na concepção, organização ou presença no evento. Servem ainda para planejamento político do movimento, não apenas no campo da prevenção da Aids, e para a ampliação de interlocuções. Representantes dos ministérios do Trabalho e da Cultura, por exemplo, já estiveram presentes.

Afora o apoio a projetos, o governo federal também promove, ou já promoveu, seminários e consultas nacionais. Neste caso, são articuladas, principalmente, programas para a categoria relacionados à Aids e tangenciando Direitos Humanos. Diversas das recomendações são encaminhadas a estados e municípios, e fortalecem, novamente, a interlocução e o controle social local.

Além disso, uma campanha única de caráter nacional foi promovida pelo Ministério da Saúde, em articulação com o movimento de prostitutas, em 2002. Com o slogan “Sem vergonha, garota. Você tem profissão”, produziu adesivos, cartilha para “profissionais do sexo”, manual para profissionais de saúde e um spot para rádio. Um dos adesivos estampa o texto “Sem vergonha de ser prostituta”. Como os outros quatro demais destinados às mulheres da vida (há um para clientes), contém ainda a marca da campanha (imagem de uma mulher, a Maria sem vergonha) e o slogan.

Em termos do controle social de nível nacional, no âmbito da Aids, a Rede Brasileira de Prostitutas indica, a cada dois anos, um representante e um suplente para a Comissão de Articulação com os Movimentos Sociais (CAMS), instância do Programa de Aids na qual diversos movimentos sociais têm assento.

No que se refere ao movimento social de luta contra a Aids, as organizações de prostitutas participam, desde 1989, dos Encontros Nacionais de ONG/Aids, os Enongs, nos quais são debatidos diversos aspectos da agenda da luta contra a Aids e escolhidos representantes desse movimento para a Comissão Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais (Cnaids). Um dos mandatos foi ocupado por uma prostituta, embora não como representante de seu movimento, mas do movimento Aids.

Este cenário é apresentado aqui para, na seção final deste capítulo, nos aprofundarmos em documentos e situações que apontariam para uma possível associação entre movimento sanitário e as autorrepresentações das prostitutas, frequentemente no contexto da luta contra a Aids. Antes, porém, procederemos a uma discussão sobre as auto-denominações do movimento organizado e seus efeitos alhures.

Desde 1989, a partir da inclusão da Aids em sua agenda, o movimento participa da articulação de políticas públicas no campo da saúde, particularmente no que se refere a essa epidemia. Tal passo, dado a princípio com relutância, contribuiu para a organização política de um movimento que buscava ressignificar a prostituição como profissão.

Pois mesmo que a violência policial tenha sido o tema-estopim, seguido pelo enfrentamento da

Aids, com a legitimação social trazida por ele, é no contexto da constituição identitária da prostituta como profissional que se dá o desenvolvimento da organização das prostitutas – uma vez que esse movimento nunca propugnou a vitimização e a redenção e buscou deslocar-se do campo do discurso sanitário e moral para o espaço da cidadania e dos direitos humanos. Nesse sentido, é relevante tratar das nomenclaturas auto-atribuídas pelo movimento no decorrer dos anos.

Já em 1994, um novo encontro nacional – o terceiro – mobilizou outra vez dezenas de mulheres de várias regiões do país. Diferentemente dos dois eventos anteriores (I Encontro Nacional de **Prostitutas** e I Encontro Interdisciplinar de **Prostituição** e Aids – e note-se “Prostituição”, e não “Trabalho sexual”), dessa vez vai se chamar III Encontro Nacional das **Trabalhadoras do Sexo**. Porém, naqueles poucos e quentes dias de reunião na Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj), por sugestão do futuro deputado Fernando Gabeira, ocorre uma nova mudança, cuja ideia era a de abranger todos os gêneros. Passa-se, assim, a utilizar a denominação **profissionais do sexo**.

Essa decisão, tomada pelas participantes no bojo de um grande debate – cujos desdobramentos logo serão abordados –, levará a que uma nova geração de entidades seja concebida com o encontro consonantal “PS” em suas siglas. Assim, no lugar das primeiras associações “de prostitutas” – muitas delas tendo enfrentado dificuldades burocrático-morais para se registrar nos cartórios de pessoas jurídicas –, começam a nascer as associações “de profissionais do sexo”. Por exemplo: Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo (APPS); Associação de Mulheres Profissionais do Sexo do Estado do Amapá (Ampsap). A própria Rede passa a ser de Profissionais do Sexo.<sup>18</sup>

O termo reforça a noção de profissão, além de driblar o estigma de “prostituta”, e por isso pode ter agradado a algumas mulheres. Mas, sobretudo, caiu no gosto, e muito, das instâncias do governo. É possível que, nos limites dos documentos e ambientes formais do Estado, e no crescente

---

<sup>18</sup> Curioso que, ao contrário da motivação original, a denominação “profissional do sexo” ficou restrita às associações de prostitutas, não tendo sido adotada por entidades de travestis ou de garotos de programa. E, talvez pelos dois gêneros de “profissional”, a entidade do Amapá optou por anteceder a palavra por “mulheres”.

contexto do politicamente correto, a palavra “prostituta” trouxesse mais incômodos do que “profissional”, mesmo que “do sexo”.

Durante anos, a nomenclatura se manteve. Até que, em 2004, durante planejamento estratégico da Rede Brasileira de Profissionais do Sexo, reemergiu o debate que vinha ocorrendo há algum tempo e que, já em 2002, mostrara seus efeitos na campanha nacional de prevenção.

Dizem os intelectuais, especialistas em prostituição, e algumas associações de prostitutas que não podemos nos autodenominar de profissionais do sexo porque simplesmente a prostituição não é uma profissão. Então, corrigindo o grande erro, dizem que devemos nos autodenominar trabalhadoras do sexo. Entenderam a profundidade da questão? Devemos entender que trabalhadoras são as pessoas (a grande maioria da sociedade) que lutam para sobreviver, mas que não têm nada, só trabalham. Sofrem, sofrem, sofrem. Perceberam? Nos colocaram no mesmo patamar de todo mundo. [...] Outra vez escondemos o que somos. Não importa que hoje estamos organizadas, falamos em público e conseguimos com todo o preconceito deixar de ser invisíveis. Temos vergonha de ser simplesmente e singelamente **putas!** (LEITE, 2002, p.12, grifo meu)

Esse debate em torno da nomeação é analisado na tese de doutoramento de Olivar (2010), a partir das perspectivas do estigma, do trabalho e da identidade. Ele identifica formas de “resolver” o estigma encontradas pelas prostitutas:

Para alguns discursos dentro e fora do movimento, a maneira de resolver o estigma das mulheres prostitutas é “sair” da prostituição. Isto é, deslocar-se física ou simbolicamente da negativa posição estrutural para tentar ocupar uma que tenha um valor social positivo [como já vimos, aliás, no tema da agente de saúde]. A tentativa (o arrependimento) já é suficientemente positivante. Deixar de ser prostituta (OLIVAR, 2010, p.297).

Por outro lado, para um discurso afirmativo da prostituição, a maneira de resolver o estigma seria positivando aquilo que historicamente foi negado sem mudar (completamente) sua materialidade. Isto é, investindo em mudar, numa relação de oposição diametral, a percepção íntima e pública sobre o lugar social ocupado, ao mesmo tempo em que se fortalece a memória da “escolha” e da “identidade” contra a “vitimização” e a “situacionalidade” (que sempre é negativa, pois os nomes “\_\_\_\_\_ em situação de \_\_\_\_\_” ou “\_\_\_\_\_ que exercem \_\_\_\_\_” só se ativam para experiências consideradas fundamentalmente negativas) (idem).

Porém, se esta última opção é, indiscutivelmente, a base conceitual do movimento de prostitutas brasileiro, “suas práticas estratégicas não se têm ancorado de maneira coesa e homogênea na [nessa] positividade radical” (p.299). Assim, positivar-se é



mobilizar-se coletivamente para tirar a experiência cultural completa da prostituição do lugar de marginalidade historicamente construído e, através de um novo sistema de relações/afinidades, inseri-la no lugar das legitimidades. Sair da “zona”. Eis que a figura da “trabajadora sexual/sex worker ganha na América Latina e no mundo o lugar protagônico que hoje tem (idem).

Há uma questão, porém, que engessa o enfoque trabalhista. Ele

Facilita uma política de “tolerância” perante o trabalho sexual que pouco ou nada diz sobre as emoções/práticas que sustentam “o estigma”: principal alvo de luta. Isto é, parece que se dizer pessoa e trabalhadora não foi o suficiente para desconstruir a imaginação negativa que as engloba enquanto mulheres, putas e prostitutas (p.308).

Além disso,

a noção de “profissional do sexo” resulta pouco específica e pouco instigante para os interesses da Rede. Pouco específica porque inclui outros sujeitos que não prostitutas (atrizes pornô, strippers, acompanhantes...) e que muitas vezes apresentam perspectivas que são lidas pelo movimento como discriminatórias da prostituição; pouco instigantes porque na lógica delas cede à tentação do estigma de “ocultar a identidade”, ao mesmo tempo que apaga a força combativa que palavras como puta e prostituta têm (idem ibidem, p.303-304)

Por tudo, naquele debate de 2004 entre as prostitutas,

tratava-se de um esforço [...] por afirmar/criar o sujeito prostituta (e não só mulher trabalhadora) como veículo identitário e como sujeito de direitos. Afirmou-se [...] uma postura definitiva em prol da total descriminalização, da regulamentação trabalhista, da identidade e do valor da “escolha” contra o discurso da “vitimização” [...] O foco é o trabalho, misturado com a identidade da prostituta (e não da trabalhadora sexual) (p.301, grifo do autor)

Ao final do planejamento estratégico, a Rede voltou a ser **de Prostitutas**, como até hoje permanece.

Mas o longo processo de embates internos e externos relacionados às nomeações deixou marcas visíveis, particularmente em documentos oficiais. Além da já citada campanha nacional, esses documentos utilizam, ora uma ora outra, as terminologias “profissional do sexo” e “prostituta”, além de introduzir formações como “pessoas que exercem a prostituição”. Chega a ser impressionante constatar a veloz e frequente alternância das nomenclaturas em documentos oficiais

ou correlatos, como estudos contratados pelo governo central, impedindo inclusive que se identifique um padrão ou uma tendência.

Pesquisa contratada pelo Departamento de Aids e coordenada por Célia Landmann Szwarcwald, da Fiocruz, cujos resultados foram apresentados a membros do governo e do movimento de prostitutas em novembro de 2009, chama-se “Taxas de prevalência de HIV e sífilis e conhecimento, atitudes e práticas de risco relacionadas às infecções sexualmente transmissíveis no grupo das mulheres **profissionais do sexo**” (grifo meu). Além deste termo, os slides da apresentação utilizam **trabalhadoras do sexo**, não aparecendo “prostitutas” em nenhum deles (SZWARCWARD, 2009).

Na Consulta Nacional sobre DST/Aids, Direitos Humanos e Prostituição, em 2008, o termo usado para abranger “os diversos segmentos participantes” foi “pessoas que exercem a prostituição”. Mas, no caso de referências específicas, **prostitutas**, além de “mulheres que vivenciam a transexualidade **profissionais do sexo**”, “travestis **profissionais do sexo**”, e “homens **profissionais do sexo**” – e afinal, veja-se aqui, o uso original para múltiplos gêneros, aliás, não para “mulheres”, simplesmente (BRASIL, 2008b, op. cit., grifos meus).

Já no Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST, lançado em 2007, utilizou na primeira versão tanto **prostitutas** quanto **profissionais do sexo**, uma vez cada. Na segunda, revista e ampliada, de 2009, usa-se exclusivamente o termo **prostitutas**. Deve-se notar que grande parte das recomendações da versão mais recente deste Plano é reproduzida da Consulta de 2008.<sup>19</sup>

No relatório final da 13ª Conferência Nacional de Saúde, de 2008, dentre quatro distintas referências, uma traz **prostitutas** e as outras, **profissionais do sexo**. Uma destas entradas também trata de mulheres e as duas outras, aparentemente, de qualquer gênero (BRASIL, 2008a, p.22, 23, 109, 110).

---

<sup>19</sup> Versão de 2009 do “Plano...” disponível em: <http://sistemas.aids.gov.br/feminizacao/sites/default/files/PlanoIntegrado-2009.pdf>. Primeira versão em: [http://sistemas.aids.gov.br/feminizacao/index.php?q=system/files/plano\\_2.pdf](http://sistemas.aids.gov.br/feminizacao/index.php?q=system/files/plano_2.pdf). Acesso em: 27/2/2011.

**Profissionais do sexo** também é a nomenclatura utilizada em duas ações de importância na parceria movimento-Estado porque foram articuladas dentro de parâmetros politicamente negociados (deve-se lembrar que no ano do evento, 2002, e no da publicação do documento, 2003, a própria Rede ainda se chamava **de Profissionais do Sexo**).

Trata-se do estudo “Avaliação da efetividade das ações de prevenção dirigidas às **profissionais do sexo**, em três regiões brasileiras” (BRASIL, 2003, grifo meu); e do Seminário Nacional Aids e Prostituição, promovido pelo governo federal em 2002, cujas recomendações estão publicadas em **Beijo da rua** (abril 2002, p.6).<sup>20</sup>

Na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho e Emprego, o título da ocupação 5198, incluída em 2002, é “Profissionais do sexo”. Neste caso, apropriadamente, para englobar mais de um gênero. Na relação de sinônimos, aparecem: “Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Trabalhador do sexo”.<sup>21</sup>

Esse levantamento das nomações nos parece relevante por indicar as disputas por sentidos e representações, sempre construídos em determinados contextos históricos e culturais, como quer Foucault. Apontam para a possibilidade de uma análise da “formação discursiva à qual um texto ou uma prática pertencem” (HALL, 1997, p.51); para os “muitos, localizados circuitos, táticas, mecanismos e efeitos através dos quais o poder circula – o que Foucault chama de ‘rituais meticulosos’ ou ‘microfísica do poder’” (idem, p.50); para as articulações entre saber e poder no interior do discurso, para “os tipos de discursos que [cada sociedade] aceita e faz funcionar como verdade”; para “... o status daqueles que são encarregados de dizer o que conta como verdade” (FOUCAULT apud HALL, 1997, p.49).

---

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=1&coluna=6&reportagem=91&num=1>. Acesso em: 27/2/2011. Essas recomendações não estão disponíveis no site do Departamento de Aids, onde há apenas uma nota antecipando a realização do seminário, em <http://www.aids.gov.br/noticia/saude-discute-prostituicao-e-aids-em-brasil>. Acesso em: 27/2/2011.

<sup>21</sup> Apesar da negociação em torno do título, o movimento de travestis, que teve um representante na oficina que definiu o conteúdo da ocupação, solicitou anos depois a retirada, dentre os sinônimos, de “travestis profissionais do sexo”. Garotos de programa não tiveram representantes naquela oficina. Disponível em: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acesso em: 27/2/2001.

A utilização de um ou outro termo não pode, assim, ser considerada meramente ocasional, acidental, exterior e independente de uma batalha de construção de sentidos e representações no interior do discurso, em que saber e poder estão em jogo, ainda mais quando sabemos que essa contenda é de conhecimento – e tem até a participação – dos agentes oficiais.

Vamos agora encerrar **este capítulo** investigando ainda mais a possível associação entre movimento sanitaria e as autorrepresentações das prostitutas, frequentemente no contexto da luta contra a Aids.

Partimos da consideração de que a Reforma Sanitária é um processo em andamento, que de forma alguma se esgota na criação do SUS. Ao contrário, a permanente mobilização “para fazermos a transição entre o SUS existente, reconhecendo-se seus avanços e limites, em um SUS para valer: Universal, Humanizado e de Qualidade” (FÓRUM DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA, 2007 (?), p.1), demonstra a permanência de “uma ampla e sólida coalizão reformadora que tem dado sustentação ao processo da Reforma Sanitária” (idem).

Entendemos também que os princípios da Reforma Sanitária e do SUS são princípios gerais do setor Saúde, que perpassam os diversos órgãos e discursos de governo, bem como as instâncias de controle social.

Até aqui, já vimos que, mesmo antes de o movimento de prostitutas estabelecer interlocuções formais com o setor Saúde, há elementos que permitem encontrar associações entre o movimento e a reforma, num sentido amplo. Os discursos relativos ao direito de informação, educação e comunicação como inerentes ao direito à saúde, à participação popular no controle social, à noção de conceito ampliado de saúde, todos eles promovidos no âmbito da Reforma Sanitária, já se faziam presentes nas origens do movimento.

Além disso, com as parcerias estabelecidas entre prostitutas e o setor Saúde, a partir de 1989, nasce uma aproximação com princípios da promoção da saúde, particularmente com a iniciativa e capacitação da comunidade para atuar na melhoria da qualidade de vida e saúde (treinamentos

formais, aliás, são parte integrante e quase obrigatória em projetos de prevenção das ONG), representadas na incorporação, pelas prostitutas, do papel de atores da prevenção, por meio da metodologia de educação pelos pares.

Ao mesmo tempo, Conferências Nacionais de Saúde (12<sup>a</sup> e 13<sup>a</sup>) referem-se explicitamente a prostitutas, com este ou outro termo, mesmo que num contexto de “especificidades” e mesmo que a PNAISM não dê atenção às recomendações das conferências.

No que se refere especificamente às representações construídas pelo movimento de prostitutas, em 2002, o setor Saúde incorpora a noção de prostituição como profissão, ao estampar nas peças da campanha a que nos referimos o slogan “Sem vergonha, garota. Você tem profissão”, ao mesmo tempo que aceita introduzir a terminologia “prostituta” em um dos adesivos destinados a essas mulheres, chamados “adesivos para banheiro”. Porém, atualmente, este adesivo – “Sem vergonha de ser prostituta” – não aparece no site do órgão oficial de Aids, assim como os que têm as frases: “Sem vergonha de lutar pelos seus direitos”; “Sem vergonha de denunciar a violência”; “Sem vergonha de valorizar seu trabalho”. O único dessa série que está lá é o que diz: “Sem vergonha de usar camisinha”.<sup>22</sup>

Como observamos no trecho sobre a batalha dos nomes, há sentidos e representações presentes em cada uma das nomeações. Dentre elas, “prostituta” é eleita pelo movimento para afirmar um sujeito de direitos que se positiva, sim, pela via de uma identidade social cujo foco é o trabalho, mas que, ao mesmo tempo, resiste à tentação de ocultar a “identidade deteriorada” pelo estigma (GOFFMAN, 1988) de mulher e puta. Essa “prostituta” também quer, ao lado de profissional, continuar a ser a mulher puta. Ou uma puta mulher.

Porém, a “prostituta puta”, ou “profissional puta”, ou “puta profissional”, deverá ter enormes desafios pela frente para construir essa identidade, se assim o quiser. Poderá talvez fazê-lo no nível do indivíduo, como já ocorre com muitas mulheres; haverá maiores dificuldades para constituí-la

---

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.aids.gov.br/campanha/profissionais-de-sexo-sem-vergonha-garota-voce-tem-profissao>. Acesso em: 17/4/2011.

como identidade coletiva, inclusive dentro do próprio movimento; e ainda mais para que essa possível autorrepresentação seja aceita e incorporada por ao menos parte da sociedade e, sobretudo, pelo Estado-governos.

O elo possível para isso é uma concepção, um direito que vem sendo incorporado nos últimos anos: os direitos sexuais. Sua introdução na agenda política do movimento foi feita durante a Consulta Regional: Trabalho Sexual e HIV na América Latina e no Caribe, em Lima, 2007, no Grupo de Trabalho do Cone Sul e em uma das mesas, por iniciativa de Gabriela Leite, acompanhada por outras ativistas (BEIJO DA RUA, março 2007, p.4). Desta vez, porém, direitos sexuais dissociados dos reprodutivos, dos quais vêm sempre acompanhados nas proposições e documentos feministas. Esses direitos foram depois considerados em um dos eixos – “Direitos Humanos com enfoque em Direitos Sexuais e Trabalhistas” – do documento de apresentação da Consulta Nacional sobre DST/Aids, Direitos Humanos e Prostituição, em 2008 (BRASIL, 2008c, p.12) e debatidos e incluídos no documento final (BRASIL, 2008b, op.cit.).

No mesmo ano, eles – os direitos sexuais – foram formalmente incorporados à discussão interna do movimento de meretrizes, durante o IV Encontro da Rede Brasileira de Prostitutas. Aparecem inclusive em sua Carta de Princípios, redigida na plenária final desse evento (LENZ, F; GIACOMINI, P., 2008, p.1).

E adentram hoje documentos oficiais do setor Saúde, mesmo que, na maioria das vezes, ainda unidos aos reprodutivos.

No Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST (2009), aparecem inúmeras vezes, como no item “Qualidade da atenção à saúde”, da seção de Ações estratégicas: “Implementação de ações de fortalecimento dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres vivendo com HIV/aids, lésbicas, mulheres que vivenciam a transexualidade e prostitutas, considerando as agendas afirmativas” (p. 42). Ou, ainda, na seção que trata especificamente de Mulheres prostitutas, na recomendação de “realização de oficinas estaduais sobre direitos sexuais e

reprodutivos, reunindo movimentos sociais de prostitutas (...)” (p.52) e “realização de eventos e oficinas sobre prostituição com enfoque em direitos sexuais e aids” (idem).

As duas últimas recomendações foram reproduzidas, na revisão do Plano feita em 2009, do texto final da Consulta Nacional sobre DST/Aids, Direitos Humanos e Prostituição, que por sua vez buscou manter “em perspectiva a experiência e recomendações produzidas pela Consulta Latino-Americana sobre Trabalho Sexual e DST e Aids” (...) (BRASIL, 2008b, p.2).

A noção de direitos sexuais é relevante por estar sobretudo associada à afirmação de direitos das mulheres, tendo sido o reconhecimento dela sinalizado pela primeira vez na Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, em 1994, no Cairo (RIOS, 2007, p.17), cujas diretrizes foram reforçadas em 1995, na Quarta Conferência Mundial da Mulher, em Pequim (idem). Embora, em ambos os casos, ainda relacionadas aos direitos reprodutivos – e em consequência com uma forte ênfase em um único grupo, as mulheres.

No caso das prostitutas, seu entendimento está não só relacionado ao livre exercício da sexualidade, como também ao exercício da profissão, conforme aparece em uma das recomendações daquela Consulta Regional de Lima: “Considerar o trabalho sexual como um direito sexual, no marco da igualdade de gênero” (STRACK, 2007, p.4). Assim, teríamos aqui, afinal, a autorrepresentação de **puta profissional**.

#### 4 ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DE UMA ONG DE PROSTITUTAS

Neste capítulo, vou tratar da constituição e desenvolvimento da organização não-governamental Davida – Prostituição, Direitos Civis, Saúde, com foco em suas estratégias de comunicação e nos embates de representações no âmbito do Estado.

A peculiaridade da ONG é que ela já era a principal referência de ativismo, para as prostitutas, antes mesmo de se constituir formalmente. Para se apoderar na nova etapa, compreende a comunicação como “o grande espaço de construção e circulação de sentidos e informações – e, portanto, de construção de realidades simbólicas, imateriais” (PEREIRA; HERSCHMANN apud OLIVEIRA, 2003, p.2)

Neste tema, tratarei também das ações de comunicação da organização, com presença constante na mídia, e da criação da grife Daspu, um negócio social que se tornou uma nova forma de luta política, ao produzir passarelas passeatas em espaços dissociados das mulheres da vida, angariando simpatizantes e mobilizando centenas de pessoas.

O estigma como elemento de forte presença na prostituição volta a aparecer neste capítulo, porque se fortalece ainda mais quando prostitutas da ONG assumem a identidade social “positiva” de multiplicadoras de informação na prevenção da Aids.

Tal iniciativa, financiada pelo setor de Saúde, dá margem a uma discussão sobre qual eficácia têm – e qual não – certos programas do Estado brasileiro. As interferências de um Estado estrangeiro em políticas nacionais de combate à Aids relacionadas às prostitutas também são aqui discutidas.

Na seção final, ‘Decadence avec elegance’, relato um fértil período da ONG encerrado abruptamente, mas ensejando reconstrução.



#### 4.1 DE PROJETO A INSTITUIÇÃO, VIA RUPTURA E CONTINUIDADE

Fundada em 1992, Davida representou um passo singular em direção à autonomia do movimento de meretrizes. Àquela altura, havia poucas organizações formais, criadas por algumas das lideranças que tinham participado do I Encontro Nacional de Prostitutas.<sup>23</sup>

O grupo que mais se destacava, porém, tanto por ter liderado aquele I Encontro, quanto por já ter estabelecido articulações pioneiras com o governo, como vimos no capítulo anterior, não era uma organização, mas um programa dentro de uma ONG. Tratava-se do já referido Programa Prostituição e Direitos Civis, estabelecido em 1985, sob a coordenação de Gabriela Leite, no Instituto de Estudos da Religião (Iser).<sup>24</sup>

No final de 1991, após seis anos de ativismo a partir dessa estrutura, a coordenadora enxergou a necessidade de criar uma organização dedicada exclusivamente à causa dos direitos das prostitutas.

A ONG em que trabalhava era frequentemente vista pelos mais próximos como uma “federação de projetos”, devido à ampla natureza de suas atividades: promoção de pesquisas, conferências, seminários, cursos, encontros, produção de publicações e vídeos, assessoria a entidades religiosas, cerca de 15 grupos de trabalho e dez programas, com temáticas como negritude, religião, Aids, prostituição, entre outras. Superava então “mais de uma centena de pessoas trabalhando regularmente” (CESAR, 1991, p. 19).

Reuniões com número crescente de participantes, micropoderes em permanente e cansativa tensão, e até a implantação de um longo processo denominado “instituinte”, subsumiam as atividades de cada setor a um eterno pensar e repensar, criar e recriar a instituição. Consumia-se, de

---

<sup>23</sup> A primeira associação de prostitutas foi a da Vila Mimosa, no Rio, em 1988. Mas em 1994, com a mudança da Vila, do Estácio para São Cristóvão, passou a ser controlada por cafetinas. Em 1990, surgiram entidades em Belém, Fortaleza e Aracaju. Hoje, há mais de 30 associações nas cinco regiões do país, a grande maioria delas ligada à Rede Brasileira de Prostitutas, além de dezenas de grupos não formalizados como pessoas jurídicas.

<sup>24</sup> Publicação de 1989 do Iser relaciona, dentre as “dimensões do Programa”, “projetos de intervenção” como “a realização de Encontros Nacionais e Regionais de Prostitutas”. As outras dimensões são “assessoria (...) à sociedade civil e à área política”; “comunicação”; “pesquisa”; “documentação da marginalidade”. (ISER, 1989, p. 3).

certa forma, nela mesma.

Se este quadro já dava motivo para se considerar um novo passo (como de fato ocorreu, nos anos seguintes, com diversos dos “projetos”), uma demonstração explícita de preconceito e discriminação, durante um evento festivo, indicou de vez o caminho.

Tratou-se de um manifesto, distribuído durante a festa de fim de ano da instituição, assinado exclusivamente por mulheres. Além de ataques pessoais a Gabriela Leite, pedia a sua expulsão e o fim do Programa, por “motivos técnicos. Um, que a prostituição não cabia na missão da instituição. Outro, que uma ONG não podia receber dinheiro do governo” (LEITE, 2009, p. 170).

A decisão de deixar a instituição foi definitivamente tomada no início de 1992, após as férias de fim de ano. No meio tempo, outra situação contribuíra para isso. “Numa terça em que eu ainda estava viajando”, prostitutas que se reuniam uma vez por semana no pátio externo da sede foram notificadas “de que elas não podiam mais entrar nas dependências da casa, nem na cozinha, nem sequer no banheiro. Só podiam ficar lá fora.” (LEITE, 2009, p.173).

Com a decisão de desvincular-se do Iser, iniciou-se um processo em que o patrimônio vinculado ao Programa Prostituição e Direitos Civis, ainda que formalmente da instituição, foi negociado, com advogados assessorando ambas as partes.<sup>25</sup>

Ao final de alguns meses, móveis, livros, documentos e o título **Beijo da rua** (marca registrada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI) foram transferidos para uma nova organização, fundada em 15 de julho de 1992: Davida.

Houve também negociações com financiadores do Programa. Duas de quatro agências internacionais concordaram em redirecionar os recursos para a nova organização. E, apesar da dupla restrição das signatárias daquele manifesto, tanto ao tema da prostituição quanto a verbas

---

<sup>25</sup> Como cada projeto (ou “programa”, a depender do status interno e da repercussão externa) tinha relativa autonomia para buscar financiadores, negociar e captar recursos a partir de suas ações específicas, mesmo que contextualizadas na missão da organização, os bens adquiridos com os recursos doados não deixavam de ser patrimônio desses projetos. Formalmente, contudo, pertenciam à pessoa jurídica.

governamentais, um financiamento do Ministério da Saúde para atuação junto a prostitutas foi mantido para o Iser, com a criação de um projeto de prevenção de Aids entre meretrizes liderado por uma psicóloga que durou algum tempo, gerou outra instituição e acabou encerrando atividades.

Até aqui, acompanhamos antecedentes do nascimento da ONG Davida. É como se contássemos ao leitor de um romance, com mais ou menos detalhes de poucas ou muitas gerações, a história familiar pregressa do protagonista.

Neste caso, porém, é como se o protagonista do capítulo nascesse com diversos aniversários comemorados, já trazendo consigo uma história única, que poderia ser propriamente sua (ONG Davida), se antes tivesse ganhado nome e personalidade jurídica. De fato, é parte de sua história. De direito, torna-se formalmente quando lhe é reconhecida a propriedade de certos bens materiais, mas sobretudo simbólicos.

O sobrenome de batismo, para completar, mantém o que identificava e buscava associar e representar o “Programa” (“Prostituição e Direitos Civis”), acrescido de Saúde, por motivos que já conhecemos, e, enfim, antecedido de um nome: Davida.<sup>26</sup>

Vemos, dessa forma, como a criação de Davida representa, ao mesmo tempo, uma continuidade e uma ruptura. A primeira, no que se refere a uma linha de pensamento e ação com dimensões e estratégias que se mantiveram, como será mostrado; a segunda, quando abandona uma estrutura que se tornara persecutória e limitadora, possivelmente assolada por preconceito, discriminação e estigma, justo o que o movimento organizado de prostitutas vinha buscando denunciar e combater.

De minha parte, também era participante de todo esse processo. Contratado em 1984 para a Secretaria de Redação do Iser, onde contribuía para a edição de uma publicação científica e de dois periódicos, fui convidado em 1988 para editar o jornal **Beijo da rua**, como sabemos. Nos anos

---

<sup>26</sup> Tenho o orgulho de ser o idealizador deste prenome. Vem, claro, de mulher da vida. É tão-somente uma aglutinação. Só a primeira letra tem caixa alta (o importante é “da vida”, e não apenas “vida”) e não há espaço entre letras nem tampouco sigla. A palavra foi pela primeira vez sugerida por mim em 1988, na forma “Jornal Davida”, durante concurso de títulos para o que viria a ser o tabloide **Beijo da rua**. Quando a ONG estava por ser criada retomei a ideia, aprovada pelos colegas fundadores. Note-se que a forma “DaVida” chegou a ser usada pelo Iser na publicação noticiosa de 1989 mencionada na nota 24 e referenciada ao final.

seguintes, interessei-me de forma crescente pelas propostas do Programa Prostituição e Direitos Civis, estreitando laços profissionais e pessoais com a equipe. Também conheci prostitutas integrantes do movimento de outras partes do país, tanto devido à presença delas no Rio para reuniões e encontros, como nas viagens que fazia para cobrir, pelo **Beijo**, eventos locais. E, em meados de 1991, iniciei um relacionamento afetivo com Gabriela Leite.

Nessa época, então, enquanto permanecia atuando na Secretaria de Redação, com alguns colaboradores, as circunstâncias me tornavam cada vez mais ligado ao movimento de prostitutas.

Quando Gabriela tomou a decisão de se afastar definitivamente e, mais importante, de continuar seu ativismo numa organização fundada exclusivamente para tal, minha reação de colega, ativista e companheiro foi de total apoio, incentivo e participação.

Em seu livro, após relatar o momento em que comunicou a equipe e colaboradores de sua decisão – “avisei (...) que estava indo embora e que ia para a Taberna comemorar minha liberdade” (LEITE, 2009, p. 173-74) –, ela descreve fielmente uma cena de que me lembro muito bem:

Ventava forte quando o Flavio apareceu do lado de fora do bar, uma hora depois, cheio de pastas de arquivo suspenso, gritando no meio da rua: “Estou livre! Livre!” Jogando os papéis todos pro alto, ao sabor do vento. Foi uma coisa bonita de ver (idem).<sup>27</sup>

A quadra do Grêmio Recreativo e Cultural Nova Geração do Estácio de Sá (BARBOSA, 1992, p.8), foi a primeira sede de Davida. Naquele amplo espaço de 1.250 m<sup>2</sup> funcionava, desde setembro de 1988, o Projeto Escolinha, uma das ações de “intervenção” do antigo Programa iseriano. A proposta era promover educação complementar à da escola pública, num “trabalho em que a experiência de vida dos filhos de prostitutas e de outras crianças da comunidade fosse constitutiva da prática educativa”, de acordo com o coordenador do projeto, Nilton Guedes (1989, p.9).

Como a Escolinha já utilizava diariamente os 200m<sup>2</sup> da parte coberta do espaço, e como os poucos recursos da nova organização não incluíam verbas para aluguel, o passo mais evidente foi ampliar o pedido de uso. Solicitação aceita, conseguiu-se com um dos financiadores mantidos um

<sup>27</sup>

A este arroubo, seguiu-se a coleta de toda a preciosa documentação.

valor extra para construir um cômodo de chão cimentado, paredes de *madeirite*, teto de telhas de amianto, totalizando 30 metros quadrados. Para lá foram os livros, documentos e móveis negociados ao longo de meses.

Nilton Guedes, principal interlocutor com os responsáveis pela quadra, morreria de complicações relacionadas à Aids naquele mesmo ano de 1992, mas com tempo de ser um dos fundadores de Davida. Os outros foram pessoas muito próximas e simpatizantes da causa, inclusive parentes meus e de Gabriela, o teólogo Zwinglio Dias, responsável por obter parte dos recursos para o I Encontro Nacional (LEITE, 2009, p. 146), e a prostituta Doroth de Castro, que havia se integrado ao Programa pouco antes da crise de 1991.<sup>28</sup>

As outras dez meretrizes então exercendo a atividade de multiplicadoras de informação, convidadas a serem fundadoras, recusaram a oferta, quando informadas de que não haveria, ao menos de início, a ajuda de custo que continuariam a receber se ficassem onde estavam, no Iser.

Finalmente estabelecida, mesmo carente de conforto e de muitas das companheiras, Davida conseguiria retomar e ampliar as atividades que o Programa desenvolvera ao longo de seis anos.

#### 4.2 COMUNICAÇÃO, ESTIGMA E IDENTIDADE

Com a criação da organização, surgiram novos desafios. Não se tratava mais de, dentro de uma ONG, gerir um Programa. Embora este já tivesse “dimensões” bem definidas (cf. nota 24), construídas no tempo e entendidas como as que nutriam o perfil organizacional do novo contexto, diversas responsabilidades teriam de ser assumidas: legais, fiscais, patrimoniais, interlocuções com associados, fornecedores, funcionários, financiadores e parceiros (mesmo que com estes houvesse experiência e relacionamentos prévios, o caráter de pessoa jurídica era distinto).

---

<sup>28</sup> Meu pai, Waldo Cesar, sociólogo e jornalista, fundador e diretor da **Revista Paz e Terra**, fundador e diretor do Centro de Estudos, Pesquisa e Planejamento (Cenpla), diretor da FAO para América Latina, autor de obras e artigos sobre o protestantismo e o movimento ecumênico no Brasil, foi presidente de Davida da fundação até sua morte, em 2007.

Era preciso, enfim, ter uma política para gerir “essa complexidade de relacionamentos”; tornar-se, como organização, “um objeto social e um processo social, que está no cerne da ação humana (...), estabelecendo mecanismos de autoridade e poder que vão respaldar os modos de legitimação interna e externa” (FREIDBERG apud OLIVEIRA, 2003, p.1).

O primeiro mecanismo de autoridade e poder estabelecido pela assembleia de fundadores foi criar e delegar a três dos colegas a diretoria-executiva da instituição: Gabriela Leite, Flavio Lenz e Dorothea de Castro foram os escolhidos.<sup>29</sup>

Os três dirigentes contavam com delegação de poderes de fato e de direito, competindo a eles “a gestão direta dos negócios sociais, a organização e administração interna, de acordo com os preceitos deste estatuto e a legislação em vigor” (DAVIDA, 1992b, p.4), além de “pôr em execução as resoluções do Conselho Deliberativo” (idem, p.5). Este composto por presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro (ibidem, p.3).

Na disposição da diretoria-executiva, algumas características são relevantes: se recortada pelo aspecto de gênero, havia duas mulheres e um homem; por profissão, duas prostitutas e um jornalista. E mais: uma experiente ativista, uma nova militante e um assessor e aliado da área de comunicação.

E aqui vamos nos deter em um campo específico, incentivado por Gabriela Leite e secundado por colegas, que continuou a ser explorado e até ampliado em Davida: o da comunicação.

Desde o capítulo 2, que trata da construção de discursos e autorrepresentações pelo movimento de prostitutas, tem sido possível perceber a lugar de destaque que foi dado à comunicação.

Lembramos, por exemplo, da ideia de criar um jornal, “onde se pudessem **discutir** todas as questões que dizem respeito a nossa amada-maldita marginália” (LEITE, 1988, p.2, grifo meu); do “gostinho de **Poder** que representa um veículo de comunicação” (LEITE, 1989, p.2, grifo meu); de que “a importância desse encontro é que nós vamos poder **desabafar**” (Emi Gonçalves a **O Dia**,

---

<sup>29</sup> Este mecanismo foi mantido até 2000, quando Dorothea de Castro afastou-se da instituição, passando a diretoria-executiva a ter dois membros (DAVIDA, 1992a, 1992b, 1995, 1998, 2000, 2001a, 2001b, 2003, 2004, 2007).

21/7/1987, s/p, grifo meu); de que “Está na hora de **encarar** a prostituição como qualquer outra profissão” (Lourdes Barreto a **O Globo**, 21/7/1987, s/p, grifo meu); das inúmeras interlocuções entre movimento e diversos atores de que já tratamos e ainda vamos tratar; enfim, dos enormes e continuados esforços das prostitutas para fazer circular novos sentidos sociais.

Para Oliveira, está na interlocução, na concepção de que o “campo comum impulsiona os processos para a troca e interação entre pessoas e grupos”, na consideração de que “as partes envolvidas no processo comunicativo [são] interlocutores”, na compreensão de que “a gestão estratégica da comunicação é, por excelência, processual, no sentido em que busca estabelecer canais de conversação contínuos entre a organização e seus interlocutores”, o espaço em que a “comunicação estratégica atua para produzir sentidos, dar significado e difusão às ações organizacionais”. (OLIVEIRA, 2003, p.4-5).

A autora defende que, devido à dimensão estratégica da comunicação, este setor “tem de participar dos processos de tomada de decisões”, a fim de “perceber e informar os acontecimentos da organização e promover um pacto de cooperação para direcionar e dar sentido ao que acontece” (idem, p.6-7).

Mesmo que aquela direção de Davida não tivesse claras, então, essas concepções, como não as tinha o jornalista que dela participava, é notável se dar conta de que esse processo comunicacional de produção de sentidos estava em andamento.

As duas ativistas, certamente, têm papel protagonista, ao estarem dispostas à interlocução e à exposição pública como prostitutas. Não devo negar que também eu exercia um papel, ao contribuir para consolidar uma identidade organizacional, fosse na edição do tabloide da ONG, na mediação entre ativistas e mídia, no debate dos rumos da organização.

É fato, inclusive, que o estigma “pega”, que ele não livra os próximos, os parentes, os aliados, os interlocutores, e até pode se inverter, como aponta Goffman:

Um segundo tipo de pessoa “informada” é o indivíduo que se relaciona com um indivíduo estigmatizado através da estrutura social – uma relação que leva a sociedade mais ampla a considerar ambos uma só pessoa. Assim, a mulher fiel do paciente mental, a filha do ex-presidiário, o pai do aleijado, o amigo do cego, a família do carrasco, todos estão obrigados a compartilhar um pouco o descrédito do estigmatizado com o qual se relacionam [...].

Por outro lado, o indivíduo que tem um **estigma de cortesia** pode descobrir que deve sofrer da maior parte das privações típicas do grupo que assumiu e, ainda assim, que não pode desfrutar da auto-exaltação que é a defesa comum frente a tal tratamento. Além disso, de maneira semelhante à que ocorre com o estigmatizado em relação a ele, pode duvidar de que, em última análise, seja realmente “aceito” pelo grupo (Goffman, 1988, p.39 e 41, grifo meu).

Em meu livro, **Daspu: a moda sem vergonha**, relato situação análoga, ainda que bastante suave diante de outras, envolvendo um veículo que não revelei então qual era, o que faço agora – **O Globo**:

“O jornal liga para a ONG. A secretária avisa que vai transferir para o assessor de imprensa. Antes de teclar o ramal, ela escuta o colunista dizer a um coleguinha: “Porra, agora até puta tem assessoria de imprensa!?” (LENZ, 2008, p.27).

Outra forma de estigma se dá pelo silêncio diante da busca de interlocução, ou no ignorar a violação de direitos. Não foi o caso da agressão a uma empregada doméstica, no Rio, em 2007, sob a alegação dos agressores de que seria prostituta. Houve forte reação da sociedade. Mas a amplitude teria sido a mesma se ela fosse, de fato, mulher da vida? A própria agredida teria feito a denúncia, ou teria considerado as consequências de se expor? Quantas pequenas ou grandes, cotidianas violações de direitos humanos, e até assassinatos, ocorrem no país contra prostitutas? No que resultam?

O movimento gay já criou uma estratégia para enfrentar essas situações: documenta e divulga, há três décadas, assassinatos de homossexuais no país.<sup>30</sup> Mas se é preciso tomar tal atitude, é porque tais violações não encontram eco na sociedade.

Além de reações coletivas, pela sociedade organizada ou por um grupo não organizado mas

---

<sup>30</sup> O relatório anual do Grupo Gay da Bahia (GGB) divulgado em março aponta que, em 2010, foram assassinados no Brasil 260 gays, travestis e lésbicas. Um a cada 36 horas. Disponível em: <http://www.ggb.org.br/Assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20Brasil%20relatorio%20geral%20completo.htm>. Acesso em: 14/4/2011.



violenta e recorrentemente açoitado, há diversas estratégias individuais para driblar o estigma. O encobrimento é uma delas, como também indica Goffman. Ele cita, inclusive, as prostitutas, cuja “vida dupla” é frequentemente assumida por elas próprias.

... há estigmas importantes, como o das prostitutas, homossexuais, mendigos e viciados em drogas, que exigem que o indivíduo seja cuidadosamente reservado em relação a seu defeito com uma classe de pessoas, a polícia, ao mesmo tempo que se expõe sistematicamente a outras classes, ou seja, clientes, cúmplices [sic], contatos, receptadores de objetos roubados, etc (GOFFMANN, 1988, p.84-85).

Finalmente, outro efeito e reação ao estigma, em nível individual, é uma aguda percepção do estigmatizado, que pode identificar em uma palavra, em um gesto, em um olhar, um discurso condenatório. Raramente, arrisco-me a dizer, terá errado. Se reagir agressivamente, é muito provável que o estigmatizador sequer se dê conta, ao menos a princípio, do próprio ato. E a característica ou fama de agressividade restará para quem teria sofrido a violência.

O “desvio” da comunicação para o estigma introduz uma demonstração de que, associados, desde que o haja um deliberado enfrentamento ou uma superação do segundo, eles também podem gerar poder e saber, como parece ter acontecido com muitas das ações de comunicação promovidas por Davida, que pretendia, desde sua fundação, provocar interlocuções.

A primeira grande ação de comunicação da ONG foi a promoção de um show beneficente no Teatro Rival, em maio de 1993. Recém-estabelecidos no Estácio, onde conhecida era a Escolinha, e não Davida, precisávamos apoderar este nome, “produzir sentidos, dar significado e difusão às ações organizacionais” não só no bairro boêmio, mas na cidade, no país e fora dele. Unindo as denominações, e buscando verbas para toda a organização, foi criado o Show Davida, a fim de levantar “recursos para a construção da Escolinha Comunitária Nilton Guedes” (JB, 18/5/1993, p. 17).

Naquela altura, sem o guarda-chuva de uma instituição grande, e na expectativa de como seria recepcionada uma organização cujo principal objetivo era promover os direitos das prostitutas, foi dado maior destaque ao tema das crianças, tão sensível para a sociedade. Mesmo assim, as outras

notas e reportagens, publicadas em **O Povo na Rua** (31/5/1993, p.3), **Veja Rio** (?/5/1993, p.52), **Tribuna da Imprensa** (31/5/1993, s/p) e **Jornal do Brasil** (31/5/1993, Caderno B, p.5) citavam Davida relacionada à prostituição.

O teatro foi cedido por Ângela Leal e o show teve a participação voluntária de Zeca Pagodinho, Eduardo Dusek, Sandra de Sá, Verônica Sabino e Scarlet Moon, como apresentadora. Dispensamos, por achar que já havia muitas presenças, uma cantora e compositora iniciante de nome Zélia Duncan, que ofereceu sua voz dias antes do show. Metade dos 400 lugares da casa foi preenchida e a bilheteria acabou sendo toda gasta na produção. Mais que dinheiro, portanto, a repercussão e as variadas interlocuções foram o saldo da iniciativa.

No ano seguinte, novamente no Rival, estreava a peça *Cabaré Davida*, “uma comédia para profissionais e amadores do sexo que ensina tudo sobre Aids”, escrita por mim. O espetáculo foi encenado até 2005, em áreas de prostituição como Central do Brasil, praças Mauá, Tiradentes e do Lido, além de Cinelândia, Largo da Carioca, Teatro Armando Gonzaga, e também nas cidades de Campos, Macaé, Araruama, Barra Mansa.<sup>31</sup>

A promoção de ações culturais revelou-se estratégia poderosa de promover interlocução, captar aliados e produzir sentidos, e tornou-se marca da instituição. De acordo com folheto institucional, cada evento “favorece a diversão, a integração e a revitalização comunitária, os debates políticos, e a divulgação de informações sobre prevenção de DST e HIV/Aids” (DAVIDA, s/d).

O show *Mulheres Seresteiras*, de “prostitutas que cantam em encantam”, estreou em 2005 e chegou a compor programa duplo com a peça, circulando por diversas cidades e pontos da capital, inclusive um bar do Leblon, numa versão de bolso chamada *Daspu in Concert* (O GLOBO, 2006, Segundo Caderno, p.3). Até 2008, teve apresentações mensais na Praça Tiradentes, que, desde o

---

<sup>31</sup> Neste mesmo 1994, ao promover o III Encontro Nacional das Trabalhadoras do Sexo, reunindo mulheres de diversos estados e obtendo grande repercussão na mídia, Davida firmou de vez seu nome junto ao governo e no seio do movimento. Certamente essa consolidação da ONG não teria sido possível sem o histórico de ativismo de Gabriela Leite, o principal nome a sustentar essa passagem, inclusive com livro já lançado em 1992 (**Eu, mulher da vida**, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992).

final de 2002, tornou-se foco de maior atenção da ONG, devido ao Projeto Monumenta, de revitalização da região.

Preocupadas com o destino da prostituição, já que outros processos semelhantes levaram ao desaparecimento do setor – como no Pelourinho, em Salvador, e no Bairro do Recife –, ativistas de Davida e prostitutas da praça começaram uma interlocução com os responsáveis pelo projeto naquele ano, durante o I Encontro Fluminense de Profissionais do Sexo, promovido pela ONG (SIMÕES, 2002a, p. 3).

A proposta de Mulheres Seresteiras, que chegou a fechar a Rua Imperatriz Leopoldina, na praça, era a de reafirmar a presença das prostitutas no local, atraindo e chamando a atenção de outros setores da sociedade para os possíveis efeitos do projeto Monumenta. Diversas vezes, o evento foi noticiado em jornais, inclusive fora do Rio.

Com medo de serem “desalojadas”, as cerca de 150 prostitutas da área deram início a um “mutirão” na região. Desde o ano passado, a ONG Davida (...) realizou uma série de intervenções na praça. (...) Na última quinta de cada mês, elas realizam o evento “Mulheres Seresteiras”, em que cantam. Também encenam a peça “Cabaré Davida” (RANGEL, 2005, p.C3).

Ainda nos eventos culturais, no Carnaval de 2006 estreou o bloco Prazeres Davida, também na Praça Tiradentes. Foi inclusive durante um ensaio carnavalesco, em dezembro de 2005, que pela primeira vez a grife Daspu, criada pela ONG, fez uma performance pública – ainda não um desfile (LENZ, 2008, p. 58 e 251). O bloco já não mais evolui na cidade, por questões de ordem.

Também ele foi frequentemente noticiado na mídia, pelo menos uma vez sem que a assessoria de comunicação de Davida tivesse tomado a iniciativa de municia-la:

O bloco Prazeres Davida, o das meninas da Daspu, no Rio, mostra hoje, às 18h, na Praça Tiradentes, o samba que vai animar seu desfile no sábado de carnaval. Veja o refrão: “Rebola-bola, você diz que dá que dá, mas só dá de camisinha, que é pro bicho não pegar/Daspu, Daspu, você diz que dá que dá, mas só dá com camiseta, que é pro bicho não pegar”. Faz sentido. (GOIS, 2006, p.17)

É possível que isso se devesse à grande repercussão da grife Daspu, que a partir de novembro, mas sobretudo de dezembro de 2005, quando fez seu primeiro desfile, alcançou, entre todas as

iniciativas de Davida, a penetração mais profunda na sociedade.

Importante destacar que todas as iniciativas aqui mencionadas, à exceção de Daspu, tiveram, em algum período, financiamento de órgãos públicos ou privados nacionais ou internacionais ligados à prevenção de Aids, tema citado, como vimos, no folheto institucional.

Isso se deveu, sobretudo, às dificuldades de parceria em outros campos, entre os vários que uma categoria de trabalhadores e/ou um segmento social discriminado que busca se organizar poderia, obviamente, obter: Direitos Humanos e cidadania, direitos trabalhistas, gênero ou políticas para mulheres (no caso de um grupo de mulheres), responsabilidade social, ações de política afirmativa, comunicação. Além de outras áreas, finalmente citadas em 2009, em uma das “ações estratégicas” relacionadas às prostitutas, no Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST:

Criação de um Comitê interministerial para discussão e encaminhamentos das questões relativas ao tema prostituição, com a participação da **Cultura, Educação, Justiça, Trabalho, Assistência Social**, Saúde, Secretaria Especial de **Promoção da Igualdade Racial**, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e a participação do movimento de prostitutas, mulheres que vivenciam a transexualidade profissionais do sexo, para tratar de assuntos relacionados à prostituição (BRASIL, 2009, p.49, grifos meus).

E aqui é relevante voltar a tratar dessa associação, ou circunscrição ao campo da Aids. Se, por um lado, cria oportunidades de financiamento e ação, por outro, limita outras possíveis iniciativas do movimento de prostitutas. Ou, em uma saída estratégica, faz com que as organizações criem atividades que, mesmo não estando ligadas diretamente ao campo da saúde, ou sequer tenham nascido com esse objetivo, precisem ser arquitetadas de tal forma que o incluam. Mello (2007, p.20) analisa a questão de forma semelhante:

As idéias apresentadas neste trabalho já nos permitem esboçar algumas conclusões referentes à pergunta inicial: como a autonomia política das prostitutas aparece restringida a questões vinculadas à epidemia da AIDS? Foi possível ao longo do texto perceber que a legitimidade da ONG Davida e a da RBP [Rede Brasileira da Prostitutas] se circunscrevem a determinadas áreas. A questão é que a epidemia da AIDS constitui seu principal campo organizacional. É nela, por exemplo, que a ONG Davida encontra seus financiadores e fornecedores, os consumidores de suas atividades para a educação preventiva. Em outras palavras, é no contexto da

epidemia da AIDS que o coletivo social consegue se situar, a princípio, como um sujeito político de direitos.

Então, se por um lado, o contexto da epidemia representa a oportunidade que a RBP tem de angariar recursos, nacionais e internacionais, e assim, atender às necessidades e os direitos das prostitutas com relação à saúde e à cidadania; por outro lado, pode-se dizer que para o Estado, a autonomia política das prostitutas nesta área também é fundamental, pois significa prestígio e legitimidade de suas políticas públicas frente às outras nações e instituições internacionais. Além de representar um maior controle por parte do Estado brasileiro sobre a epidemia da AIDS e sobre o grupo das prostitutas, seja no uso mecânico do preservativo, seja na formação de multiplicadoras de informação. Isto é, a autonomia política das prostitutas na área de prevenção à AIDS atende aos interesses e aos princípios dos atores envolvidos (idem).

E eram de fato as multiplicadoras de informação que atuavam e/ou participavam nessas iniciativas, à exceção da peça teatral, que teve uma experiência com prostitutas-atrizes, mas se firmou com atores profissionais.

Desde 2004, Davida havia reconquistado a parceria com o Ministério da Saúde e contava, novamente, com prostitutas recebendo ajuda de custo no contexto da educação pelos pares. Durante vários anos, a partir de 1994, a organização chegou a ter 12 multiplicadoras de informação, atuando em mais 20 áreas da Região Metropolitana.

Já adentramos novamente, portanto, nas questões, propostas e ações ligadas à saúde, que ainda trataremos adiante.

Note-se apenas, finalmente, que não mencionamos o desenvolvimento e o desfecho do projeto Escolinha, ou a retomada da mídia comunitária. O **Beijo da rua** ainda teve uma edição em 1992 assinada por Iser, mas, a partir de 1993, passou a ser editado por Davida, criando-se em 2004 uma edição eletrônica. Também o tabloide – e o site – recebeu financiamento da Saúde, embora ainda de outras fontes, não ligadas à área.

Já a Escolinha, com a morte de Nilton Guedes e oportunidades surgidas com o Programa Comunidade Solidária, de dona Ruth Cardoso, transformou-se no inovador projeto Carnaval de Negócios, de capacitação de jovens para a indústria do carnaval, replicado depois até por escolas de samba. Entre estas, Imperatriz Leopoldinense, Império Serrano e Em Cima da Hora foram parceiras

de Davida, oferecendo espaço e instrutores para treinar os jovens, que recebiam ajuda de custo repassada pelo Comunidade Solidária.

Juntamos o pessoal do samba com os jovens do Estácio e criamos a Indústria do Carnaval. O projeto foi aprovado e passamos quatro anos mantendo uma escola com oficinas de escultura de isopor, serralheiro, figurinos, adereços. Foi um trabalho de ponta, o primeiro e uma referência no gênero, elogiado pela dona Ruth publicamente. Mas quatro anos depois, eu estava exausta. Trabalhar com jovem não é fácil, porque você também precisa manter um acompanhamento escolar. Além do mais, a nossa instituição tinha como missão principal a prostituição, e isso gerava atrito com as mães. Uma vez um menino pegou um folheto de prevenção de aids para prostitutas e levou para a mãe, evangélica. Deu um rebu danado. Vieram as evangélicas todas e tiraram os filhos. Aí a gente cansou (LEITE, 2009, p. 178).

Em 1998, Davida deixou o Estácio. Embora já houvesse então uma pequena estrutura de alvenaria, composta de escritório e oficina para os jovens do Carnaval de Negócios, crescer ainda mais, numa área que não pertencia à organização, era um risco.

O responsável pelo espaço, um cabo da Polícia Militar que sempre demonstrou convicções cidadãs e honestidade, tinha sua própria casa junto ao portão e ainda um restaurante que atendia trabalhadores vizinhos.<sup>32</sup>

Não era simples manter a organização e a convivência num espaço de grande e diversa circulação de pessoas: clientes do restaurante, jovens e mães, prostitutas e/ou multiplicadoras, boêmios (como também éramos, às vezes a jornada se estendia da manhã até a madrugada seguinte), colegas de outros movimentos sociais, financiadores em visita. Esse fator, mais a impossibilidade ou insegurança de crescer fisicamente na área, levou à decisão da mudança.

A organização se transferiu para uma sala na casa de outra ONG (Koinonia), no bairro da Glória pagando módico aluguel. Com o tempo, e novos financiamentos, expandiu-se, chegando a ocupar cinco salas e um depósito.

Assim, no início do século XXI, beirando 10 anos, ao lado da sustentabilidade institucional e política, Davida havia conquistado o mesmo no aspecto econômico (novamente com verbas da

---

<sup>32</sup> Durante os primeiros meses da ONG no local, Gabriela Leite associou-se ao responsável no restaurante. Ficou conhecida pela pescadinha de quarta (dia de feira) e a feijoada de sexta. Depois, promoveu um pagode às sextas que teve muito sucesso. Conforme Davida ia se consolidando, essas atividades foram abandonadas.

Saúde). A avalanche de ações em 2002 demonstra esse crescimento:

- após um período de publicação irregular, o **Beijo da rua** somou o recorde de oito edições, de até 20 páginas, com distribuição em 17 estados e nas fronteiras de Paraguai e Bolívia, tiragens de até 12 mil exemplares, contando dois mil impressos em São Paulo pela coordenação local de Aids; a equipe chegou a ter cinco prestadores de serviço, três estagiárias, um correspondente no Nordeste e outra na Europa, além das colaboradoras da ONG e de outras associações, e deste editor; publicou reportagens desde Brasília, Macapá e Belém, Porto Alegre, Recife, Campo Grande, Salvador, Conceição da Barra (ES) e Alemanha;<sup>33</sup>

- o trabalho de organização do movimento pela entidade se ampliou, com contribuições *in loco* nas regiões Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste (ver edições de 2002 do **Beijo da rua**, em [www.bejodarua.com.br](http://www.bejodarua.com.br));

- o projeto Esquina na Noite, articulado por Davida junto à Coordenação Nacional de Aids, permitiu que associações das cinco regiões promovessem ações de prevenção e cidadania junto a prostitutas, mobilizando 50 instituições e/ou grupos no país; no Sudeste, atividades nos quatro estados foram coordenadas por Davida (SIMÕES, 2002, p.14);

- a ONG contribuiu, em parceria com o governo federal, para três ações inéditas: a campanha nacional “Sem vergonha, garota. Você tem profissão”; o seminário nacional Aids e Prostituição (BEIJO DA RUA, abril 2002, p.6); a pesquisa “Avaliação da efetividade de ações de prevenção dirigidas às profissionais do sexo, em três regiões brasileiras” (BRASIL, 2003);

- criou o Fórum de Profissionais do Sexo do Estado do Rio e promoveu o I Encontro Fluminense de Profissionais do Sexo;

- coordenou a participação de ativistas na oficina que referendou a inclusão da categoria “profissionais do sexo” na Classificação Brasileira de Ocupações, a CBO, do Ministério do

---

<sup>33</sup> No início do ano, fui demitido do **Jornal do Brasil**, onde trabalhava desde 1996, após outro período no mesmo jornal, de 1989 a 1993. Passei a me dedicar exclusivamente a Davida, o que contribuiu, ao lado de outros fatores, para a expansão do tabloide. Sete das oito edições de 2002 estão disponíveis em [www.bejodarua.com.br](http://www.bejodarua.com.br).

Trabalho e Emprego;

- coordenou a participação de ativistas no evento em que o deputado federal Fernando Gabeira apresentou o projeto de lei 98/2003, que formaliza as relações de trabalho na prostituição (NOBRE, ago/set. 2002, p.6);

- colaboradores da ONG participaram ativamente da campanha bem-sucedida à reeleição do deputado federal Fernando Gabeira.

Não foi por acaso, assim, que, neste mesmo 2002, Davida recebeu o Prêmio Ações Sustentáveis em HIV/Aids, na categoria Planejamento Estratégico, “pelos excelentes resultados na organização social de prostitutas em todo o Brasil” (BEIJO DA RUA, ago/set. 2002, p.3).

Como se nota pela abrangência das ações e articulações, e também pelo prêmio, Davida se mostra voltada para as questões da prostituição de um modo amplo, sobretudo no aspecto político do discurso e das autorrepresentações, atuando ainda em todo o país, e não como entidade local, dedicada a uma cidade ou estado, ou mesmo região. Não se desfaz, aqui, da importância das ações concentradas, das atividades face-a-face, de modo algum. Trata-se de distinções, que qualificaremos adiante.

Essa vocação política e nacional é marca trazida desde o Programa, devendo-se sobretudo a Gabriela Leite – “personagem verdadeiramente diferenciada, criadora da RBP, gestora do movimento brasileiro e liderança global” (OLIVAR, 2010, p.301). É claro que, no decorrer de sua trajetória, ela encontrou inúmeros parceiros. Pessoas como “a minha grande amiga Lourdes [Maria de Lourdes Barreto, do Gempac], que rapidamente se tornou ativista e figuraça das mais importantes para o movimento” (LEITE, 2009, p. 179); outras colegas como Dorothea de Castro, Jane Eloy, Carmen Lúcia Paz; assessores como o psicólogo e advogado mineiro Roberto Chateaubriand, um especialista em Direitos Humanos e políticas públicas na área de Saúde; criadores como Sylvio de Oliveira, o designer que batizou Daspu e concebeu as camisetas de maior sucesso da grife; a cooperante alemã Friederike Strack; o próprio Nilton Guedes, e diversas lideranças de outros



movimentos sociais, especialmente o homossexual e o da luta contra a Aids.

Por justiça, devem ser incluídos aqui alguns dos interlocutores de governo, que tiveram e ainda têm a disposição de assumir “o compromisso dos gestores com novas práticas” e encontrar “o tom correto da parceria, que é o do diálogo e o do reconhecimento de lugar de cada um”, conforme as palavras do assessor Roberto Chateaubriand (BEIJO DA RUA, abril 2002, p. 6). Na mesma ocasião desta declaração, durante o Seminário Nacional Aids e Prostituição, em 2002, uma técnica de governo, Denise Serafim, afirmou: “A nossa prática foi repactuada e a organização e a cidadania de profissionais do sexo ganharam suporte, o que reforça as ações de prevenção e dá sustentabilidade às ONG” (idem).

A lista seria ainda mais longa, mas é um exemplo de que, por mais brilhante e excepcional, alguém que se propõe uma difícil e complexa missão – como a de enfrentar o estigma da prostituta – não iria tão longe sem contaminar e contaminar-se, para infectar outros corações e mentes.

E esse “campo contaminado” é o discurso, está nas formações discursivas que sustentam um regime de verdade, em que a sociedade aceita algo – como uma representação ou identidade – como falso ou verdadeiro, num determinado período histórico, já que “o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam (quem fala, fala de algum lugar, baseado em um direito reconhecido institucionalmente)”, conforme Gregolim (2007, p.14), revendo Foucault.

A produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2004, p.8-9).

E estamos tratando do campo da sexualidade, que para Foucault, ao lado da política, é uma das

regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam (...): como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes (ibidem, p.9-10).

Dos discursos para as tecnocratizadas intervenções face-a-face. Elas têm, mesmo, duas faces: numa delas, o estímulo à participação, com a dificuldade de gerar, nas colegas não-ativistas, cumplicidade e adesão à causa maior de luta pelos direitos, especialmente devido ao estigma; na outra, o serviço, com a distribuição pura e simples de preservativos e de materiais educativos, feita e acolhida com extrema facilidade.

Um dos fatores a ser considerado na primeira face é até que ponto a prostituta multiplicadora de informação tem mesmo a credibilidade que (se) supõe. Certamente é vista como colega de profissão, mas em outro e superior patamar, tanto por ocupar essa nova e valorizada identidade social, como por ser remunerada por isso (eventualmente, colegas-público-alvo oferecem seus serviços para essa posição). Este patamar superior também pode trazer a visão de que essa mulher está um tanto distanciada do exercício profissional de prostituta, situação que algumas multiplicadoras tendem mesmo a afirmar, reforçando a importância da conquista do novo lugar e até mesmo se dizendo afastadas da prostituição.

O argumento principal, assim, é que as intervenções comportamentais – no jargão técnico – têm menor eficácia no que se refere à luta pela cidadania do que à prevenção. Neste aspecto, o estudo “Avaliação da efetividade...” demonstra que há uso “consistente” do preservativo masculino entre “73,8% das mulheres do grupo de intervenção e 60,3% do grupo sem intervenção” (BRASIL, 2003, p.37). Já no outro aspecto:

Os temas sobre cidadania, prostituição e direitos civis foram os menos referidos pelas trabalhadoras sexuais que participaram dos grupos dirigidos para avaliação das práticas educativas (...). A fala das mulheres revela o peso do estigma sobre essa população, evidenciado nos sentimentos vivenciados de uma condição inferiorizada nas suas interações sociais, familiares, profissionais e afetivas; nas tentativas de encobrir sua condição de profissional do sexo; pela introjeção do próprio estigma, validando-o como tal e, também, na crença manifestada de não serem titulares de direitos. Essa fala é permeada por conflitos e contradições que evidenciam a dificuldade de construção dessa identidade de grupo (...) A discussão dos temas não proporcionou a autonomia individual ou coletiva. (idem, p.66)

Em enorme contraste, ao longo das últimas décadas, milhares de ativistas se incorporaram às

mais de 30 associações do país.<sup>34</sup> O próprio fato de estas terem sido criadas, de estarem vinculadas à Rede, de promoverem encontros locais, regionais, nacionais, de articularem políticas públicas com o governo e desenvolverem projetos, de as mulheres se exporem na mídia, demonstra que o movimento de prostitutas alcançou importantes conquistas e não existe em vão. O ainda maior apoderamento das prostitutas, depende contudo de se fortalecerem determinados temas, “no sentido de reforçar e aperfeiçoar os projetos de intervenção educativa”, conforme recomenda o estudo referido acima, “No âmbito do coletivo: estigma e identidade profissional”:

- Incorporar a discussão do estigma enquanto categoria **central** na construção de uma proposta pedagógica voltada para as profissionais do sexo, imprescindível para romper com o isolamento e a busca de invisibilidade social [sic], com vistas à estruturação da identidade do grupo e sua associatividade.
- Discutir as diversas formas de legitimação da profissão: legalização e auto-organização.
- (...)
- Articular com movimentos sociais que têm interface com as questões tratadas: rede de pessoas vivendo com HIV/Aids; movimento organizado de profissionais do sexo (idem, p.71, grifo meu).

A questão central que permanece, provocando várias outras que a seguem, é: são esses “projetos de intervenção educativa”, estreitamente vinculadas à prevenção da Aids, o *locus* em que é possível dinamizar e dar corpo ao movimento de prostitutas? É possível de fato qualificar essas intervenções, adicionar à eficácia que têm, no tocante à prevenção, uma outra ligada a direitos, cidadania, enfrentamento do estigma? Faz sentido abandonar o que já existe, mesmo considerando todas essas questões, uma vez que há recursos e alguns resultados? Que outras estratégias poderiam ser construídas, e como seria possível viabilizá-las? As associações sobreviveriam financeiramente a tal mudança?

Essa discussão pode parecer fora de lugar. Porém, como já se escreveu, é a forma de abordagem da prostituição por Davida que levanta tais e tantas questões. Ao longo dos anos, o conflito entre ser local e global, entre as ações face-a-face e a micro e macro política, sempre se fez presente

---

<sup>34</sup> Apenas uma associação, o Gempac, do Pará, informa ter mais de 10 mil afiliadas.

internamente. Inúmeras vezes, na posição de assessor de imprensa, tive dúvidas sobre como assinar um release: Davida (se algo local?), Rede Brasileira de Prostitutas (se nacional?), ou mais recentemente Daspu (hoje, a referência preferida pela mídia).

Essas três identidades (Davida, Rede e Daspu) muitas vezes se complementam, mas outras se confundem, especialmente quando se busca a comunicação com setores mais distantes do debate da prostituição e do estigma. O desafio é, sempre e repetidamente, com o nome que parecer mais adequado, contribuir para a construção e circulação de novos sentidos, em oposição às seculares representações abordadas neste trabalho.

Finalmente, as missões de Davida e da Rede podem ajudar a compreender a questão. Em 2000, durante planejamento estratégico, a ONG escreveu: “Criar oportunidades para o fortalecimento da cidadania das prostitutas, por meio da organização da categoria, da defesa e promoção de direitos, da mobilização e do controle social” ([www.davida.org.br](http://www.davida.org.br)).

A Rede, também durante planejamento estratégico, este em 2004, contando com 11 associações e um grupo informal, decidiu-se por: “Promover a articulação política do movimento organizado de prostitutas e o fortalecimento da identidade profissional, visando o pleno exercício da cidadania, a redução do estigma e da discriminação e a melhoria da qualidade de vida na sociedade” ([www.redeprostitutas.org.br](http://www.redeprostitutas.org.br))

Os anos seguintes àquele potente 2002 só fortaleceriam a ONG. A grande maioria das ações continuou lastreada no campo da Aids, mas iniciativas nas áreas do Trabalho e Economia, dos Direitos Humanos, do Legislativo, e propriamente no movimento nacional e internacional de prostitutas representaram inúmeras conquistas.

Entre vários possíveis destaques no período, dois: a criação da grife Daspu, em 2005, e a denúncia de que a Usaid, agência norte-americana para a cooperação internacional, passaria a exigir, de ONG brasileiras por ela financiadas, a assinatura de uma cláusula contratual de condenação formal da prostituição.

A Usaid já havia tentado, em 1997, financiar um estudo sobre a presença de Aids e sífilis em 400 prostitutas do Rio e da Baixada Fluminense. A metodologia era claramente constrangedora e invasiva: as mulheres seriam abordadas em suas próprias áreas de trabalho por profissionais de saúde preparados e equipados para coletar sangue, que seria armazenado e transportado em uma Kombi que os acompanhava.

A primeira denúncia foi de uma prostituta, Ângela Miranda. Foi seguida por colegas, que “argumentaram que sequer foram consultadas sobre o seu interesse em participar do estudo e que a forma de abordagem reforçava a discriminação e o estigma que já sofrem, além de ser constrangedora e de não garantir o anonimato” (BEIJO DA RUA, 1997, p.2). Elas disseram ainda que “sabem onde fazer testes, gratuitos e anônimos, e que fazem prevenção há anos” (idem).

A então vice-presidente da Sociedade Mundial de Vitimologia, advogada Ester Kosovski, afirmou: “Trata-se de uma situação constrangedora. A própria lei determina que não se façam cobranças de forma a envergonhar o devedor (...) É também (...) uma forma de vitimização, em relação a um segmento profissional fragilizado” (idem, p.3).

Outra manifestação de apoio à reação das prostitutas veio do pastor luterano Mozart Noronha: “A simples presença da Kombi já torna aquelas pessoas suspeitas, aos olhos dos outros, e desrespeita o direito fundamental do indivíduo de se preservar (...) Você não vê uma Kombi dessas na Vieira Souto ou na Atlântica” (idem *ibidem*).

O desfecho foi o cancelamento do estudo.

Seis anos depois, durante o Encontro Nacional de ONG/Aids (Enong) de 2003, Davida divulgou documento sigiloso da mesma Usaid, que pretendia financiar centros de testagem anti-HIV dentro de organizações da sociedade civil. O episódio se desdobrou em reuniões entre movimento de luta contra a Aids, governo brasileiro e Usaid, desautorizando a iniciativa em prol da utilização dos Centros de Testagem Anônima (CTA) do Sistema Único de Saúde, num processo de controle social na cooperação internacional.

A Usaid redefiniu os rumos de seu financiamento, abriu concorrência em 2004 por meio de uma organização brasileira, Pact, e apoiou dezenas de ONG/Aids do país em projeto de prevenção e assistência, com contrato de dois anos, inclusive Davida. Porém, em maio de 2005, a ONG descobriu que a agência passaria a exigir, na licitação seguinte, que as organizações apoiadas “assinassem uma cláusula de condenação formal da prostituição” (LENZ, 2008, p.32).

A cláusula fazia parte da política Bush para Aids, apelidada de “doutrina Bush” e conhecida como ABC (Abstinence, Be faithful and Condom, if necessary), que privilegiava abstinência e fidelidade antes da camisinha. Justo o oposto das políticas brasileiras em torno da Aids.

Novamente, a organização levou o debate à sociedade civil e ao governo. Este decidiu, em nome das políticas públicas nacionais de prevenção já estabelecidas, em especial as dirigidas às prostitutas, recusar os 48 milhões de dólares que seriam investidos nos cinco anos seguintes pela agência. O episódio foi noticiado pela imprensa brasileira, americana e europeia, pelo menos. O prestigiado jornal inglês **The Lancet** foi um dos que deram destaque (THE LANCET, 2005, p.1664).

#### 4.3 EM PARIS, OU DECADENCE AVEC ELEGANCE

Sem recursos americanos, com outras verbas internacionais fluindo em direção a países mais pobres, sem conseguir apoio de empresas, preocupadas em ver sua imagem associada à prostituição, e tendo crescido em infra-estrutura e em número de funcionários e prestadores de serviço, Davida contava apenas com financiamentos da Saúde, que se tornavam irregulares.

A grife Daspu, que apresentara forte crescimento em 2006 e 2007, contribuía para a organização, mas não a ponto de mantê-la.

Assim, no início de 2010, Davida foi obrigada a deixar sua ampla sede na Glória. Conseguiu a cessão de quatro quartos não utilizados em um hotel de prostituição, o Paris, na Praça Tiradentes. O

locatário era conhecido por conta de tantas atividades da ONG na região e gostou da ideia de compartilhar o espaço com uma “marca forte como a Daspu”.

Seu empreendimento estava decadente, com instalações precárias e freqüentes cortes de luz por falta de pagamento. Certamente não se podia atribuir isso ao giro financeiro. As cerca de 20 mulheres que utilizavam os quartos recebiam clientes 24 horas por dia, algumas em rotatividade bem elevada. O hotel recebia 10 reais do homem pela utilização do quarto, e este acertava o preço do programa diretamente com a prestadora de serviço. Um dia, presenciei o locatário comemorando 100 programas feitos, ou seja, mil reais para o caixa do hotel. Havia apenas uma faxineira e uma recepcionista durante o dia; à noite, um recepcionista que também tratava da limpeza dos quartos após os programas; os seguranças eram rateados com outros estabelecimentos da área e circulavam de quando em quando. A gerente aparecia eventualmente.

Um grande salão era alugado para festas de estudantes universitários, artistas, sambistas e boêmios, o que dava um caráter *cult* e de diversidade ao hotel. A peça **Navalha na carne**, de Plínio Marcos, foi encenada durante meses neste salão.

Ao lado disso, uma elegância na arquitetura neoclássica dos anos 30, arrematada por colunas greco-romanas na varanda do quinto e último andar, encimadas por figuras mouriscas. Os quartos do primeiro andar grafitados com imagens de qualidade e até irônicas aludindo à prostituição. E o ponto – Praça Tiradentes, Centro, de fácil acesso e com grande circulação de pessoas –, eminentemente comercial.

As prostitutas gostaram da novidade – presenciei várias delas apontando para as salas de Davida e dizendo ao cliente algo como: “Agora tem a nossa ONG aqui”. Nas portas dos quartos, elas afixaram os adesivos da campanha “Sem Vergonha, garota. Você tem profissão”. Apesar disso, o estigma era visível, por exemplo, quando concordavam em dar uma entrevista à mídia comercial e na hora exata desapareciam.

Assim, com altos e baixos, e porta a porta com o entra-e-sai de prostitutas e clientes nos quartos,

Davida revigorou-se.

A presença da ONG de prostitutas num local de prostituição chamou muito a atenção de alguns financiadores, do público e da mídia. Um desfile Daspu no hotel, em 2 de junho de 2010, Dia Internacional da Prostituta, atraiu uma multidão de espectadores e jornalistas. Na mesma noite, era inaugurada uma mostra de fotos de Marco Terranova sobre prostitutas com mais de 40 anos. A loja da grife, lá instalada, vendeu quase uma centena de peças.<sup>35</sup>

Contudo, havia um processo de despejo contra o hotel, por falta de pagamento do aluguel pelo locatário, o que desconhecíamos. Quando soubemos, mobilizamos um advogado, mas os recursos judiciais já estavam esgotados. Segura, enquanto o despejo não se consumava, a proprietária iniciou negociações com uma rede francesa de hotéis (*voilà*, Hôtel Paris), que compraria o edifício meses depois.

No início de agosto daquele 2010, ao completar seis meses ali, Davida deixou o local.

“Foi meu grande sonho”, diz Gabriela Leite, que teve a ideia de propor ao locatário do hotel a cessão de espaço.

A passagem por Paris foi marcante. E, embora curta e com os problemas mencionados, representou um dos poucos e certamente o mais importante apoio empresarial à ONG de prostitutas.

Neste ano de 2011, a organização está em processo de **re-organização**, buscando se reapresentar – ou criar nova representação – em busca de, mais uma vez, apoderar-se.

Um dos instrumentos com que conta é a grife Daspu. Criada em 2005, foi vista a princípio, dentro da própria ONG, como algo “alienado”, ligado a um setor “de elite”, a moda, o que afastaria Davida de suas ações cidadãs e de sua missão.

Uma pequena reação a essas resistências foi um chiste cunhado por um ativista, que funciona melhor apenas dito, mas vai escrito: “Daspu é Davida”, podendo ser escutado ainda como “Daspu é da vida”.

---

<sup>35</sup> SANTOS, Joaquim Ferreira. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4/6/2010. Segundo Caderno, p.5



No decorrer do tempo, ao associar moda-ativismo-sexualidade, com prostitutas mostrando a cara “sem vergonha de ser puta” (LEITE, 2002, p.12) nas “passarelas passeatas” (BORTOLANZA, 2007), lotando ruas, palcos e boates no Brasil e no exterior, e ao obter grande repercussão midiática nacional e internacional, além de atrair simpatizantes para atuar como modelos lado a lado às prostitutas, afastaram-se as dúvidas e reticências. Criaram-se novos discursos e sentidos:

Não uma grife para definir padrões e tendências da moda, mas sim abrir por meio da linguagem e da sexualidade uma brecha para as putas falarem por si mesmas. Deixar falar a nudez do desejo. (...) um agenciamento coletivo criado para dar conta da configuração contemporânea dos desafios próprios à ação política do movimento das prostitutas. Multiplicidade de linguagens e sentidos que a prostituição e a palavra puta ganha ao transitar por espaços completamente dissociados da pornografia. (...)

A figura da puta desfilando nas passarelas off das semanas de moda provoca um embaralhamento dos modelos da sexualidade feminina, de tal forma que não há mais como identificar quem é puta e quem não é. Mais do que isso, há um deslocamento intenso dos espaços até então reconhecidos como o lugar das lutas políticas. São forças de resistência se infiltrando nos vacúolos do capitalismo contemporâneo e provocando torções e distorções nos modos como o movimento social vem atuando.

Transgressão dos limites operando exatamente na nossa sexualidade, liberando assim a linguagem do discurso dizível e calculado pelas amarras do poder. (...)

Desfile-intervenção que excede a efemeridade dos desfiles tradicionais. Desfile-que-não-termina, que reverbera para além do campo da moda, contagiando as esferas de poder do campo das políticas públicas, reinventando ações políticas.

As passarelas da moda como espaço para as novas expressões políticas deslocam completamente a ação política do plano da militância esvaziada, ao invés de entregar panfletos e proferir palestras, as putas falam desfilando, afeto desmedido e ambíguo, fora dos contextos de atuação já estabelecidos. Ao mesmo tempo, elas compartilham ao livre uso dos homens o “gesto roubado” e ameaçado o tempo todo pelos mecanismos de poder da sexualidade. Gesto que irrompe no limite da linguagem. Linguagem silenciosa e sem intimidade com o exterior. Linguagem trêmula e intumescida de vazio, sem proteção nem retenção, desnuda, plena, atrativa (BORTOLANZA, 2007).

Encerro o capítulo com outro registro, da fundadora da ONG e da grife, num discurso que aponta, mais uma vez, para uma autorrepresentação desejada e em disputa.

“Quando minhas amigas putas estavam lá desfilando lindas e altivas, sem vergonha de ser puta, elas estavam falando por si mesmas e sendo políticas, extremamente políticas revolucionárias”. Está em texto intitulado “Caminho aberto para a puta cidadã” (LEITE, 2006, p.12).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 5.1 A PUTA CIDADÃ E A DOENÇA NOS GABINETES DA SAÚDE

Busquei compreender, neste trabalho, como se deu a construção de representações sociais sobre as prostitutas; como as meretrizes construíram novos discursos, sentidos e autorrepresentações; comparar umas e outras, analisando a reprodução e a resistência aos estigmas associados à prostituição pelo saber biomédico desde o século XIX, no setor de Saúde; e investigar as estratégias de comunicação de uma organização de prostitutas.

Acompanhou-me nesta trajetória a hipótese de que, mesmo afirmada como profissão por suas protagonistas, a prostituição permanece confinada pelo Estado brasileiro ao setor de Saúde, ainda associada a doença biológica, comportamental e social.

Aprendi que o saber/poder biomédico criou uma concepção naturalista e biológica da mulher, buscou controlar sua sexualidade e promover seu isolamento social, deixando a ela o lugar da reprodução e da maternidade. Em oposição a esta “mulher normal”, classificou a prostituta como doente e degenerada, uma ameaça social, até mesmo um “mal necessário”, na tentativa de explicar sua sexualidade insubmissa, que driblava as funções exclusivas de reprodução e maternidade, associando o sexo à atividade produtiva e ocupando o espaço público, essencialmente masculino. Também a representou como vítima, uma concepção compartilhada por boa parte da sociedade, até mesmo por prostitutas.

Entre este duplo rol de representações, debateu-se a abolição e a regulamentação da prostituição, com argumentos acerca da interferência estatal na vida privada, de um lado, e do controle médico, de outro. Prevaleceu a posição antirregulamentarista, ligada à representação de vítima do meio social, o que justifica a legislação que pune o dono de casa de prostituição, o rufião e explorador, mas não considera crime o oferecimento de serviços sexuais.

Mesmo assim, inúmeras tentativas de disciplinarização foram e são feitas, mesmo que de modo

não formal. A tolerância é marca importante ainda nos dias de hoje: deixar o bordel e a zona funcionar, desde que discretos ou isolados, sem a presença de menores e o cometimento de crimes como tráfico de drogas, e com pagamento de propina; fechar alguns de vez em quando.

Já contra as mulheres que batalham nas ruas, a princípio e legalmente, não há nada a fazer. Uma ou outra blitz para apuração de “suspeitas” de crimes, constrangimentos como o de levá-las a delegacias, soltando logo depois, câmeras nas ruas.

Mais recentemente, porém, o cerco tem se fechado. São as revitalizações e modernizações urbanas, que desapropriam boates como a Help, em Copacabana, transformam a Praça da Alfândega, em Porto Alegre, em ponto turístico, “recuperam” o bairro do Recife ou a Zona Portuária do Rio, construindo hotéis cinco estrelas e centros de convenções e de tecnologia, com foco nos recursos das classes médias e altas, da iniciativa privada, nos lucros dos eventos internacionais.

Com essas revitalizações, que são sobretudo econômicas, é quase “natural” o afastamento das populações tradicionais de certas áreas das cidades, principalmente as históricas. Em parte, no caso da prostituição, há responsabilidade do próprio setor. Marcado pelo estigma, pela incerteza, deixa em mau estado os hotéis de prostituição, endivida-se com fornecedores de serviços públicos, despreza cuidados básicos com as ruas das quais provem seus lucros.

Mas as prostitutas resistem, como resistiram. Não sozinhas, porque aquela mulher apoiada no poste, bolsa a rodar, fumacinha de cigarro, saia curta e blusa decotada, bota, olhar disponível, só está lá porque espera alguém que não ficou de vir.

Mesmo sob pressão, elas ainda estão em zonas, praças, ruas, cada vez mais em hotéis, bordeis, termas, estradas e postos de gasolina. Estão também na TV – seja como personagem sagaz e humana, ou vítima, ora sacana e maldosa, vilã, até – são tantas representações... Difícil uma novela sem prostituta, ou garota de programa (aquela que tenta superar o estigma com esta outra palavra, à qual já se dá outro sentido).

Para resistir, passaram a frequentar novos espaços, os políticos e institucionais. Munidas de revolta contra a violência do Estado, principalmente, e queixando-se da secular associação com doenças sexualmente transmissíveis, em tempos de Aids, começaram a se organizar.

Buscam autorrepresentar-se, perseguindo uma nova identidade social, outras subjetividades. Entendem que os sentidos são construídos e tentam produzir saber/poder nos discursos, ou, ainda melhor, inscrever-se neles, lutar pelo estabelecimento de verdades. Uma luta movida por uma esperança que é também teoria: as representações estão sempre mudando, nunca há um derradeiro sentido.

Neste percurso, utilizam os meios que estão à disposição. Criam organizações formais articuladas em rede, compartilham suas batalhas com outros movimentos sociais, montam estratégias de comunicação – em que buscam dar sentido às suas organizações e estabelecer canais de conversação contínuos com os interlocutores –, adentram os gabinetes oficiais, empreendem disputas e embates. Programas chamados de políticas públicas são formulados e implementados.

Há, porém, algo que chama muito a atenção. Quando as prostitutas começaram a se organizar, no marco de seu I Encontro Nacional, em 1987, a questão principal a afetar a categoria e principal motor de sua mobilização era a repressão do Estado, por meio da polícia. Além de denunciá-la, porém, as mulheres anunciavam sua disposição de recusar aquelas representações do século XIX.

Pretendem, dessa forma, enfrentar o estigma, a identidade deteriorada – “...temos que lutar por nossos direitos, o nosso espaço, e não continuarmos marginalizadas”, diz então Gabriela Leite –, e fazem isso também pela tentativa de construir uma nova identidade social, a de profissionais. “Está na hora de encarar a prostituição como qualquer outra profissão”, como afirma Lourdes Barreto.

Contudo, o que mais atrai a atenção do Estado é, de novo, a doença sexualmente transmissível, nesse momento histórico, a Aids, como havia ocorrido com a sífilis mais de um século antes – a experiência e o aparato públicos talvez permitissem nesse campo uma reação mais rápida, além da urgência mortal do vírus HIV. Mas é ainda preciso dominar essa sexualidade insubmissa, a bem do

que ela pode causar ou ameaçar.

Assim, por uma “demanda indireta” do movimento social, como mencionei no segundo capítulo – e havia tantas outras, algumas muito diretas –, em pouco tempo o Estado se faz presente. Eis que se constitui um espaço de interlocução nos gabinetes da Saúde: possibilidades de construção e circulação de sentidos, de ações, de programas, até de, agora sim, demandar e depois formular, decidir, implementar e avaliar políticas públicas.

Quem não tomaria na mão uma oportunidade dessas, mesmo com o peso do estigma da antiga associação às DST? E afinal, são outros os tempos: é o período da redemocratização, da reconquista de direitos, de cidadania. De liberdade de expressão, de reunião, de organização. De Reforma Sanitária, de Constituinte, de fortalecimento do Terceiro Setor, de interlocução com o Estado, não mais repressor, não mais inimigo.

Mas aí se dão os embates, continuam em questão as representações. Há conquistas, há perdas, mas sobretudo batalha-se em torno de novos sentidos, conforme apresentei. O Estado, por exemplo, resiste ao que considera escassez de “assuntos biomédicos” em manuais de prevenção, mas acaba cedendo. Por outro lado, as prostitutas aceitam tornar-se especialistas em projetos e até objetos de estudo consentido. Também caem na armadilha do estigma, facilitada por assumirem o lugar de promotoras da prevenção. E isso se dá dentro dos princípios da promoção da saúde, de aproximação com a própria comunidade, convocada a atuar na melhoria da qualidade de vida e saúde.

Nessas idas e vindas das representações e resistências, se num momento o Estado-Saúde concorda em lançar uma campanha com o slogan “Sem vergonha, garota. Você tem profissão”, em seguida esconde no site do órgão de Aids o adesivo que diz “Sem vergonha de ser prostituta” e outros que falam da valorização do trabalho, da luta por direitos e da importância de denunciar a violência. Lá permanece o que incentiva o uso da caminha. A prostituta saudável. Ou a prostituta doente?

Se as interlocuções com o setor de Saúde/Aids contribuem para dar visibilidade e situar

prostitutas como sujeito de direitos, também reforçam o estigma e causam dependência financeira em muitas organizações. É a parceria versus a autonomia.

O ponto que acredito ter demonstrado, neste percurso, é que as prostitutas foram confinadas pelo Estado ao setor da Saúde – há exceções que mencionarei adiante –, associadas como no século XIX a doença biológica, comportamental e social.<sup>36</sup>

“Aids, Aids, Aids”, conforme reclama personagem da peça Cabaré Davida, encenada em um bordel.

Especificidades e resistências são elementos importantes a apontar para a manutenção dessas representações. Enquanto a 12ª Conferência Nacional de Saúde faz recomendações de ações com as “profissionais do sexo”, sempre considerando suas “especificidades”, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), um ano depois, resiste e deixa de fora as mulheres da vida, como indico no segundo capítulo.

Mas quero também avançar para outro ponto. A princípio, o que existiu dentro do setor de Saúde foram parcerias, programas, projetos e eventos financiados, arranjos. Houve documentos no âmbito da prevenção de Aids, como as recomendações do Seminário Nacional Aids e Prostituição, em 2002, que tangenciaram questões de Direitos Humanos e cidadania, ou a Consulta Nacional de 2008, sugerindo ampliação ainda maior de interlocuções, para a Cultura e o Trabalho, por exemplo.

Mais adiante, as prostitutas passaram a ser incluídas em políticas públicas para mulheres em geral, o que também refletia uma demanda do movimento: estar no conjunto de todas as mulheres. Entre essas políticas, embora ainda no campo da saúde/Aids, o Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST, lançado em 2007, e já citado nesta monografia.

---

<sup>36</sup> Essa visão também tem sido adotada por outros pesquisadores. Um deles é a psicóloga Luciene Jimenez, professora da Universidade Bandeirante de São Paulo. Referência a seu estudo (não localizado) foi encontrada no **Diário da Saúde**, que atribui a ela a ideia de que “em relação à aids e prostituição acontece o mesmo viés regulamentarista dos tempos da sífilis”. Em seguida, a psicóloga é citada: “Para ser uma política [dirigida a profissionais do sexo] voltada para a questão da cidadania precisa de fluxos e parcerias que estão fora da saúde como educação, cultura, habitação”. Disponível em: <http://sciencetolife.com.br/news.php?article=politicas-publicas-prostituicao-nao-dao-espaco-cidadania&id=4198>. Acesso em: 4/4/2011

Contudo, seriam mesmo políticas públicas, ou práticas acordadas entre movimento e Estado?

Uma política pública, mesmo de Saúde, trataria sim de especificidades, mas de todas elas, ou de muitas delas, e não apenas as relacionadas com DST/Aids, como se fosse o mais importante âmbito da existência das prostitutas – século XIX, novamente presente. Política pública é o Estado em ação, na definição de Höfling (2001, p.31) “implantando um projeto de governo, através de programas, ações voltadas para setores específicos da sociedade”, que envolvem a participação de órgãos públicos e atores sociais relacionadas à política que será implementada.

Ou seja, o específico é um determinado setor da sociedade, com suas respectivas especificidades – e não apenas uma, como as DST/Aids, no caso das prostitutas.

Um bom exemplo são as iniciativas relacionadas à comunidade gay. Hoje, já existe a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, o Plano Nacional de Promoção de Cidadania e Direitos Humanos LGBT, o Programa Brasil sem Homofobia. Recentemente, a aprovação da união civil entre pessoas do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal, com efeitos imediatos e já aplicados. Tudo isso ao lado de frentes parlamentares e de projetos de lei no Congresso Nacional.

Há alguns elementos que podem ser considerados para as conquistas mais amplas da comunidade LGBT. Um investimento ainda mais profundo no próprio campo da Aids, inclusive com adoção de testes anti-HIV dentro de ONG, coisa que o movimento de prostitutas repele, vem gerando muitos recursos, que garantem sustentabilidade para as organizações e, conseqüentemente, para o ativismo. O fato mesmo de que a prevalência do HIV é bem mais elevada do que entre prostitutas, o que direciona ainda mais verbas à comunidade.<sup>37</sup> A presença de homossexuais em postos governamentais, facilitando interlocuções (ao menos declaradamente não há prostitutas, ou ex-prostitutas, nessas posições).

---

<sup>37</sup> De acordo com Mário Scheffer, presidente do grupo PelaVida de São Paulo, “recente estudo divulgado pelo Ministério da Saúde revelou que a prevalência do HIV entre os homossexuais com mais de 18 anos, em 10 municípios pesquisados, foi de 10,5%, taxa 17 vezes maior do que a registrada na população em geral” (SCHEFFER, 2011). Disponível em: Acesso em: 18/4/2011. Entre as prostitutas, segundo estudo simultâneo que também abrangeu 10 municípios brasileiros, a taxa é de 4.9% (SZWARCWALD, 2009).

Vê-se, portanto, como esta comunidade consegue atuar mais amplamente junto a outros setores do Estado, além da Saúde. Em parte, pelo maior poder econômico e escolaridade, facilitadores da resistência ao estigma, da mobilização social e do voluntariado. E ainda porque não se trata de uma profissão, e relacionada a sexo, mas de orientação sexual; não há uma luta de reconhecimento profissional ligada à sexualidade. Uma pessoa homossexual pode ser um grande empresário, ter um emprego de alto nível, o que, no Brasil, tem um peso contra o preconceito.

No caso das prostitutas, além de ações e recomendações na área de Saúde, há iniciativas que devem ser consideradas e detalhadas, todas ligadas à questão profissional, e que parecem representar oportunidades para o movimento social.

No campo legislativo, o projeto de lei 98/2003, do ex-deputado Fernando Gabeira, que descriminaliza as casas de prostituição, permitindo assim a formalização das relações de trabalho. Hoje arquivado, por Gabeira já não estar no Parlamento, foi construído com o movimento e provocou debates importantes em comissões da Câmara, mas nunca chegou a plenário.

Se desarquivado e aprovado, resultaria provavelmente em uma reviravolta na prostituição, abrindo espaço para uma regulamentação que seria nacionalmente debatida, acredito. Regulamentação que, para o movimento organizado, não poderia conter normas discriminatórias, não aplicáveis a outras profissões.

Percorrendo o mesmo caminho, sentença recente do Judiciário, que ora é elogiado ora criticado por ser mais célere que o Legislativo, absolveu cinco acusados de manter casa de prostituição e rufianismo, libertando o único que estava preso. Segundo o juiz André Luiz Nicolitt, da 2ª Vara Criminal de São Gonçalo (RJ), “não é possível fechar os olhos para a realidade social, para o que é aceito socialmente”. Ele tem críticas ao Código Penal de 1940 – “vem de uma visão arcaica onde o sexo era visto como sujo” – e lembra que a mesma lei “que trata como crime manter casa de prostituição diz que manter local para prática de atos libidinosos também é crime, e todo mundo vai a motel”. Na sentença, escreveu que não há menores no local, mas pessoas adultas capazes de



exercer a prostituição, e que a Constituição aprova a livre iniciativa do trabalho (O DIA, 2011a, p.17; O DIA, 2011b, p.5).

Trata-se de uma decisão com efeito imediato e possibilidade de se firmar como jurisprudência, embora já exista recurso por parte do Ministério Público.

Ainda relacionada ao tema da profissão, outra iniciativa é a Classificação Brasileira de Ocupações, a CBO do Ministério do Trabalho e Emprego. Reconhece “profissional do sexo” como ocupação, ao lado de centenas de outras categorias. Como política pública que é, esta sim, abrange ainda a Previdência, ao garantir que profissionais do sexo, de qualquer gênero, registrem-se como autônomos e requeiram aposentadoria como tal. Além disso, tem pelo menos outro efeito: a possibilidade de uma pessoa informar ao Censo ser prostituta no quesito profissão, com a devida obrigação de o registro ser feito. E o Censo produz “informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimento, sejam eles provenientes da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo”<sup>38</sup>

Considerando este conjunto de iniciativas, inclusive as de Saúde, o que parece ser o maior desafio para o movimento social de prostitutas é articulá-las e apoderar-se delas – ampliando sua interlocução com os diversos setores do Estado, Executivo, Legislativo e Judiciário –, de modo a dar-lhes o sentido de política pública, a que trata de um conjunto de especificidades.

Afinal, se o movimento de prostitutas tiver interesse e for capaz disso, poderá deixar de viver a doença nos gabinetes da Saúde. E o Estado (da Saúde) terá a oportunidade de deixar de viver exclusivamente a “doença” das prostitutas.

Talvez aí, então, seja possível construir a complexa identidade de puta profissional como autorrepresentação, ainda que provisória, como todas; e fazer emergir a puta cidadã.

---

<sup>38</sup> IBGE. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm). Acesso em: 18/4/2011.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I.S. **Guia de análise de impressos**. Tradução comentada de texto apresentado por URIBE, E. V., no Seminário taller latinoamericano sobre alcances, aplicacion y seguimiento de materiales impresos em proyectos de desarrollo rural, Buga, Colômbia, 26 a 30 de abril de 1993. Niteroi, julho de 1999.

\_\_\_\_\_. **Roteiro para análise de materiais em sala de aula**. Versão adaptada de roteiro preparado por ARAÚJO, I.S. e MARQUES, T. Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. Materiais educativos e produção dos sentidos na intervenção social. *In*: MONTEIRO, S; VARGAS, EP (orgs.). **Educação, Comunicação e Tecnologia: interfaces com o campo da saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

ARAÚJO, I.S.; CARDOSO, J.M. **Comunicação e saúde**. Rio: Fiocruz, 2007. p. 49-69.

AURÉLIO. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio: Nova Fronteira, 1986

BATISTELLA, C. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. *In*: FONSECA, Angélica Ferreira (org.). **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007, p. 51-86. Disponível em:

[http://www.epsjv.fiocruz.br/pdtp/index.php?livro\\_id=6&area\\_id=2&capitulo\\_id=14&autor\\_id=&aquivo=ver\\_conteudo\\_2](http://www.epsjv.fiocruz.br/pdtp/index.php?livro_id=6&area_id=2&capitulo_id=14&autor_id=&aquivo=ver_conteudo_2). Acesso em: 2/2/2010

BARBOSA, L.P. Significados do Terceiro Setor: de uma nova prática política à despolitização da questão social. **Sociedade e cultura**, Goiânia, v.9, n.1, p. 173-186, jan/jun 2006. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/703/70390114.pdf>. Acesso em: 1/4/2011.

BARBOSA, G. Educação com arte e liberdade na Escolinha Nilton Guedes. **Beijo da rua**, Rio de Janeiro, n.13, 1992, p.8-10.

BEIJO DA RUA, Rio de Janeiro: Iser, dezembro 1988, p.7

\_\_\_\_\_, Rio de Janeiro: Davida, 1997, p.2.

\_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, abril 2002: Davida, p.6. Disponível em: <http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=1&coluna=6&reportagem=91&num=1>. Acesso em: 19/3/2011

\_\_\_\_\_, Rio de Janeiro: Davida, abril 2002. Disponível em: [www.beijodarua.com.br](http://www.beijodarua.com.br). Acesso em: 27/2/2011.

\_\_\_\_\_, Rio de Janeiro: Davida, ago/set. 2002, p.3. Disponível em: <http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=5&coluna=6&reportagem=146&num=1>. Acesso em: 19/3/2011

\_\_\_\_\_, Rio de Janeiro: Davida, maio 2005. Disponível em: <http://beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=21&coluna=6&reportagem=506&num=1>. Acesso em: 21/1/2011.

BLANCHETTE, T. G. *et al.* **Pensando sobre o tráfico de pessoas**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, 2011.

BORTOLANZA, E. As passarelas passeatas da Daspu. **Eroticomia** [blog], 29/10/2007. Disponível em: <http://eroticomia.blogspot.com/2007/10/as-passerelas-passeatas-da-daspu.html>. Acesso em: 17/4/2011.

BRASIL. **Código Penal**. Parte Especial. Título VI. Dos crimes contra a dignidade sexual. Capítulo V. Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual. Disponível em: [http://www.dji.com.br/codigos/1940\\_dl\\_002848\\_cp/cp227a232.htm](http://www.dji.com.br/codigos/1940_dl_002848_cp/cp227a232.htm). Acesso em: 21/1/2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **VIII Conferência Nacional de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 1986. (Anais)

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas da Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Profissionais do sexo: documento referencial para ações de prevenção das DST e da aids**. Brasília: Ministério da Saúde, março de 2002. (Manuais, 47).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Programa Nacional de DST e Aids. **Avaliação da efetividade das ações de prevenção dirigidas às profissionais do sexo, em três regiões brasileiras**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. (Estudos, Pesquisas e Avaliação, 7). Disponível em: <http://www.aids.gov.br/noticia/saude-discute-prostituicao-e-aids-em-brasil>. Acesso em: 10/4/2011

\_\_\_\_\_. **12ª Conferência Nacional de Saúde**: Conferência Sérgio Arouca: Brasília, 7 a 11 de dezembro de 2003: relatório final. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 230 p. (Série D. Reuniões e Conferências). Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio\\_12.pdf](http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_12.pdf). Acesso em: 27/2/2011.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/Ministério da Saúde. **Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST**. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, julho de 2007. Disponível em: [http://sistemas.aids.gov.br/feminizacao/index.php?q=system/files/plano\\_2.pdf](http://sistemas.aids.gov.br/feminizacao/index.php?q=system/files/plano_2.pdf). Acesso em: 27/2/2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Relatório final da 13ª Conferência Nacional de Saúde**: Saúde e qualidade de vida: políticas de estado e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2008a. 246 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/13cns\\_M.pdf](http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/13cns_M.pdf). Acesso em: 26/2/2011

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Sumário executivo**: I Consulta Nacional sobre DST/Aids, Direitos Humanos e Prostituição. Brasília: Ministério da Saúde, 2008b. Disponível em: [http://www.unfpa.org.br/Arquivos/consulta\\_nacional\\_dst\\_aids.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/consulta_nacional_dst_aids.pdf). Acessos em: 27/2/2011 e 19/3/2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **I Consulta Nacional sobre DST/Aids, Direitos Humanos e Prostituição** [apresentação]. Brasília: Ministério da Saúde, 2008c.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/Ministério da Saúde. **Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/Ministério da Saúde, 2009. 64 p. Versão revisada. Disponível em: <http://sistemas.aids.gov.br/feminizacao/sites/default/files/PlanoIntegrado-2009.pdf>. Acessos em: 27/2/2011 e 19/3/2011.

BRESSER-PEREIRA, L.C.; GRAU, N.C. In: \_\_\_\_\_ (org). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999: 15-48. Disponível em: <http://bresserpereira.org.br/papers/1998/84PublicoNaoEstataRefEst.p.pg.pdf>. Acesso em: 29/3/2011.

CARRARA, Sérgio. **Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

CARVALHO, J.M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTIEL, L.D.; ÁLVAREZ-DARDET, D.C. **A saúde persecutória: os limites da responsabilidade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

CASTILHO, I. As prostitutas põem a boca no mundo. **Mulherio**, São Paulo, nov. 1987, p. 6

CESAR, W. ISER – 20 anos. **Comunicações do ISER**, Rio de Janeiro, n.40, 1991, p.17-25.

DANTAS, I. Entrevista: Gabriela Leite. **Democracia Viva**, Rio, jun. 2006, p. 42-57.

DAVIDA. Rio de Janeiro, s/d [folheto institucional].

\_\_\_\_\_. **Ata de fundação**. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1992 (a).

\_\_\_\_\_. **Estatuto social**. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1992 (b).

\_\_\_\_\_. **Ata da Assembleia Geral Ordinária de DAVIDA – Prostituição, Direitos Civis, Saúde**. Rio de Janeiro, 8 de julho de 1995.

\_\_\_\_\_. **Ata da Assembleia Geral Ordinária de DAVIDA – Prostituição, Direitos Civis, Saúde**. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1998.

\_\_\_\_\_. **Ata**. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2000.

\_\_\_\_\_. **Ata da Assembleia Geral Ordinária de DAVIDA – Prostituição, Direitos Civis, Saúde**. Rio de Janeiro, 7 de julho de 2001 (a).

\_\_\_\_\_. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária de DAVIDA – Prostituição, Direitos Civis, Saúde**. Rio de Janeiro, 7 de julho de 2001 (b).

\_\_\_\_\_. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária de DAVIDA – Prostituição, Direitos Civis, Saúde**. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2003.

\_\_\_\_\_. **Ata da Assembleia Geral Ordinária de DAVIDA – Prostituição, Direitos Civis, Saúde.** Rio de Janeiro, 8 de julho de 2004.

\_\_\_\_\_. **Ata da Assembleia Geral Ordinária de DAVIDA – Prostituição, Direitos Civis, Saúde.** Rio de Janeiro, 15 de julho de 2007.

\_\_\_\_\_. **Prostitutas cidadãs: o movimento organizado no Brasil e no exterior.** Rio de Janeiro, maio 1994.

\_\_\_\_\_. **Direitos humanos e prostituição feminina.** Rio de Janeiro, 2009.

ENGEL, M. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890).** 1.reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FÓRUM DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA. **O SUS pra valer: universal, humanizado e de qualidade.** s/d, possivelmente 2007.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 2003

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** 11.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

FREITAS, G.L. *et al.* Discutindo a política de atenção à saúde da mulher no contexto da promoção da saúde. **Revista Eletrônica de Enfermagem.** [Internet]. 2009;11(2):424-8. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n2/v11n2a26.htm>. Acesso em: 17/2/2011.

GERSCHMAN, S; SANTOS, M.A.B. O Sistema Único de Saúde como desdobramento das políticas de saúde do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.21,n.61, p.177-227, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n61/a10v2161.pdf>. Acesso em: 3/4/2011.

GIFFIN, K. M. Nosso corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.7, n.11, p.190-200, abr/jun 1991.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GOIS, A. Ponto final. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10/2/2006, p.17.

GREGOLIM, M. R. Análise de discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 4, n.11, p.11-25, nov. 2007.

GUEDES, N. “A vida das crianças é a mudança”. **Notícias DaVida**, Rio de Janeiro, dezembro 1989, p.9.

GUIMARÃES, K; MERCHÁN-HAMANN, E. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.3, p. 525-544, set/dez. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2005000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 27/2/2011

HALL, S. The work of representation. In: HALL, Stuart, ed. **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage Publications and The Open University, 1997

HÖFLING, E.M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n.55, p.30-41, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf> Acesso em: 4/4/2011.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. Cenas dos próximos capítulos. **Notícias DaVida**, Rio de Janeiro, dezembro 1989, p.3.

JOHNSON, S. **O mapa fantasma**: como a luta de dois homens contra o cólera mudou o destino de nossas metrópoles. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 18/5/1993, p.17.

\_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 31/5/1993, Caderno B, p.5.

KUSHNIR, B. **Baile de máscaras**: mulheres judias e prostituição: as *polacas* e suas associações de ajuda mútua. Rio: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. O (grato) fim de um ciclo. **Blog das polacas**, Rio, 23/2/2011. Disponível em: <http://polacas.blogspot.com/>. Acesso em: 5/4/2011.

LEITE, G. Coluna da Gabi. **Beijo da rua**, Rio, dez. 1988, p. 2.

\_\_\_\_\_. Coluna da Gabi. **Beijo da rua**, Rio, abril-maio 1989, p. 2

\_\_\_\_\_. Sem vergonha de ser puta. **Beijo da rua**, Rio, março 2002, p. 12.

\_\_\_\_\_. Caminho aberto para a puta cidadã. **Beijo da rua**, Rio de Janeiro, nov/dez 2006, p.12. Disponível em: <http://www.bejodarua.com.br/materia.asp?edicao=25&coluna=7&num=5>. Acesso em: 17/4/2011.

\_\_\_\_\_. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio: Objetiva, 2009.

LEMOS, J. Anos 80: sexo vira moda mas não resolve sexualidade. **Beijo da rua**, Rio, 1991, n 7, p. 14.

LENZ, F. **Daspu**: a moda sem vergonha. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008. 264 p. (Tramas Urbanas).

\_\_\_\_\_. Polacas renascem com identificação. **Beijo da rua** (on line), Rio, 24/2/2001. Disponível em: <http://www.bejodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=889&num=1>. Acesso em: 5/4/2011.

LENZ, F; GIACOMINI, P. Rede cria Carta de Princípios. **Diário do Encontro**, Rio de Janeiro, 6 dez. 2008, p. 1.

LENZ, F; GUEDES, N. Prostituição não é caso de polícia: sociedade se mobiliza para mudar lei confusa. **Beijo da rua**, Rio, dez. 1988, p. 4-5.

LENZ, F; LEMOS, J. Fala mulher da vida: Prostitutas se encontram no Recife, festejam e debatem profissão. **Beijo da rua**, Rio, abril/maio 1989, p. 5-8.

MELLO, A. S. **Burocratização e institucionalização das organizações de movimentos sociais: o caso da organização de prostitutas Davida**. Belo Horizonte, 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Curso de Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA-7GYUWE/1/disserta\\_o\\_andreia.pdf](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA-7GYUWE/1/disserta_o_andreia.pdf). Acesso em: 12/2/2011 e 19/3/2011.

NOBRE, C. Gabeira apresenta projeto de lei a profissionais do sexo. **Beijo da rua**, Rio de Janeiro, ago.-set. 2002, p. 6. Disponível em: <http://www.bejodarua.com.br/materia.asp?edicao=5&coluna=6&reportagem=148&num=1>. Acesso em: 19/3/2011

OLIVAR, J. M. N. **Guerras, trânsitos e apropriações: políticas da prostituição feminina a partir das experiências de quatro mulheres prostitutas em Porto Alegre**. Porto Alegre, 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

OLIVEIRA, I.L. Novo sentido da comunicação organizacional: construção de um espaço estratégico. *In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO*, 26, 2003, Belo Horizonte.

O DIA, Rio, 21/7/1987, s/p.

\_\_\_\_\_, Rio, 31/5/2011a, p. 17.

\_\_\_\_\_, Rio, 1/6/2011b, p. 5.

O FLUMINENSE, Niteroi, 20/7/1987, s/p.

O GLOBO, Rio, 21/7/1987, s/p.

O GLOBO, Rio, 29/4/2006, Segundo Caderno, p. 3.

O POVO NA RUA, Rio, 31/5/1993, p.3.

PEREIRA, C. S. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.25, p.25-54, julho/dezembro 2005.

PETERSON, C. Bordéis, gabinetes e serviços de saúde ganham manuais sobre Aids. **Beijo da rua**, Rio, out/nov. 1989.

PISCITELLI, A. Gênero no mercado do sexo. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n.25, p. 7-23, jul/dez 2005.



RAGO, M. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *In*: \_\_\_\_\_. **Foucault, história & anarquismo**. Achiamé: Rio de Janeiro, 2004. p. 63-87. (p.78).

\_\_\_\_\_. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RANGEL, S. Prostitutas aderem à revitalização do Rio: ONG faz 'mutirão' no centro. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22/11/2005. Cotidiano, p.C3.

RIBEIRO, F.B. Proibições, abolições e a imaginação de políticas inclusivas para o trabalho sexual. **Bagoas**: revista de estudos gays. Natal, v.2, n.2. jan-jun 2008, p. 17-31. Disponível em: [http://www.cchla.ufrrn.br/bagoas/v02n02art01\\_ribeiro.pdf](http://www.cchla.ufrrn.br/bagoas/v02n02art01_ribeiro.pdf). Acesso em: 21/1/2011.

RIOS, R.R. Notas para o desenvolvimento de um direito democrático da sexualidade. *In*: RIOS, R.R. (org.). **Em defesa dos direitos sexuais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

ROCHA, M. Pesquisa no Mangue mostra que prostituta pode ajudar na prevenção da AIDS. **Beijo da rua**, Rio, abril-maio 1989, p. 11.

ROHDEN, F. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.133-152, jun. 2008.

SANTOS, J. F. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4/6/2010. Segundo Caderno, p.5.

SCHEFFER, M. Homossexuais e Aids no Brasil: até onde vai essa omissão. **Agência de Notícias da Aids**, São Paulo, abril 2011. Disponível em: [www.agenciaaids.com.br/artigos-resultado.asp?ID=339](http://www.agenciaaids.com.br/artigos-resultado.asp?ID=339). Acesso em: 18/4/2011.

SCHMIDT, V.V. Sociedade civil organizada, políticas públicas e políticas de saúde no Brasil. **INTERthesis**, Florianópolis, v.3, n.1, p.1-28, jan/jun 2006. Disponível em: <http://www.journal.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/745/10827>. Acesso em: 30/3/2011.

SIMÕES, S. S. Prostitutas do Rio recebem deputados e representantes de Saúde e Urbanismo para defender os interesses da categoria. **Beijo da rua**, Rio, nov.-dez. 2002(a), p.3-5. Disponível em [www.bejodarua.com.br/materia.asp?edicao=6&coluna=6&reportagem=201&num=1](http://www.bejodarua.com.br/materia.asp?edicao=6&coluna=6&reportagem=201&num=1). Acesso em: 18/3/2011.

\_\_\_\_\_. Esquinas do Brasil: Projeto nacional amplia prevenção e cidadania entre profissionais do sexo... **Beijo da rua**, Rio de Janeiro, nov.-dez. 2002(b), p.14-15. Disponível em: <http://www.bejodarua.com.br/materia.asp?edicao=6&coluna=6&reportagem=207&num=1>. Acesso em: 19/3/2011.

STRACK, F. Prostitutas querem convenção na OEA: ativistas e autoridades de 20 países exigem reconhecimento do trabalho sexual. **Beijo da rua**, Rio de Janeiro, março 2007, p.3-5.

SZWARCWALD, C. L. **Taxas de prevalência de HIV e sífilis e conhecimento, atitudes e práticas de risco relacionadas às infecções sexualmente transmissíveis no grupo das mulheres profissionais do sexo**. [Amostragem de populações de difícil acesso do tipo *Respondent-Driven Sampling* (RDS)], 2009.



THE LANCET, Londres, 14/5/2005, p. 1664. Disponível em:  
[http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(05\)66523-3/fulltext](http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(05)66523-3/fulltext). Acesso em:  
24/3/2011.

THEOPHILO, J. Parada de sucessos: personagens que mudaram de vida através da música. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29/4/2006. Segundo Caderno, p.3.

TRIBUNA DA IMPRENSA, Rio, 31/5/1993, s/p.

ÚLTIMA HORA, Rio, 24/7/1987, s/p.

VEJA RIO, ?/5/1993, p.52.

**ANEXOS**

